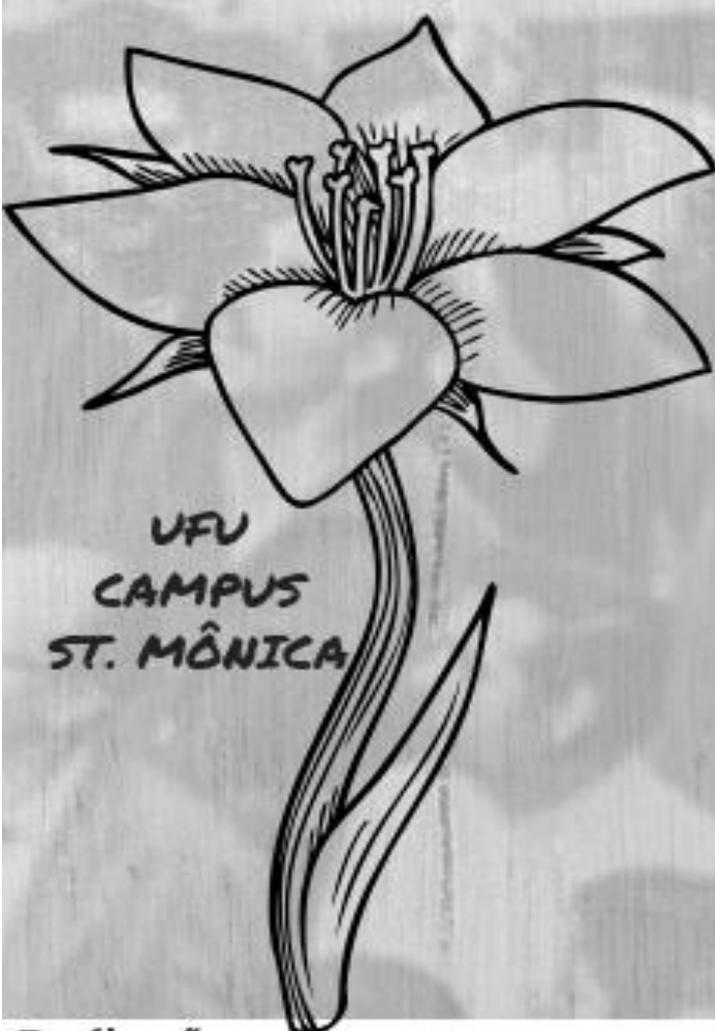




VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO
PPGCS E XVIII SEMANA DE CIÊNCIAS
SOCIAIS DA UFU

**ESPERANÇAS E DESILUSÕES:
OS ECOS DE MAIO DE 68
50 ANOS DEPOIS**

**ANAIS DO V SEMINÁRIO
INTERNACIONAL DO
PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS**



UFU
CAMPUS
ST. MÔNICA

ISSN: 2316-6819

**DE 27 A 30
DE NOVEMBRO**

Realização:



FICHA TÉCNICA

Universidade Federal de Uberlândia
Reitor Prof. Dr. Valder Steffen Júnior

Pró- Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho

Pró-Reitor de Graduação Prof. Dr. Armindo Quillici Neto

Pró- Reitor de Extensão e Cultura Prof. Dr. Hélder Eterno da Silveira

Chefe do Instituto de Ciências Sociais Prof. Dr. Edilson José Gracioli

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Prof. Dr. Diego Soares da Silveira

Coordenador do Curso de Ciências Sociais Prof. Dr. Luciano Senna Peres Barbosa

COMISSÃO ORGANIZADORA

Luciano Senna Peres Barbosa (COCIS)

Diego Soares da Silveira (PPGCS)

Ana Paula Nascimento (PPGCS)

Leidiane Lobo Albernaz (PPGCS)

Lucília Mendes de Oliveira e Silva (PPGCS)

Tayná Bonfim Mazzei Mazza (PPGCS)

Giovana Magalhães Martins (CACIS)

Dayana Alves Teixeira (Graduação CS)

Edílson José Gracioli (INCIS)

Edvandra Augusta Machado Pereira (INCIS)

Marilí Peres Junqueira (INCIS)

Lourival de Freitas (INCIS)

Nicemara Cardoso Silva (INCIS)

Thiago Marques (INCIS)

Núcleo de Pesquisa em Ciências Sociais (NUPECS)

Luís Augusto Meinberg Garcia (PET Sociais)

Maria Laura Succi Grego (PET Sociais)

Larissa Godoi Pereira (PET Sociais)

Maria Luíza Galdeano Damasceno (PET Sociais)

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Lucília Mendes de Oliveira e Silva (PPGCS)

Tayná Bonfim Mazzei Mazza (PPGCS)

Sumário

A INCORPORAÇÃO DO DEBATE DO MOVIMENTO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DENTRO DA LUTA PELA TERRA NO MST. (Vinicius Nunes Fileto).....	P. 4
GASTRONOMIA: UMA DISCUSSÃO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E CULTURA FRANCESA. (Rodrigo de Aguiar Ferreira).....	P.19
O <i>QUEER</i> PÓS-COLONIAL E A QUESTÃO DO LUGAR DE FALA. (Tailon Aparecido Gomes Garcia).....	P.31
POLÍTICA INDIGENISTA VERSUS POLÍTICA INDÍGENA NO ALDEAMENTO DE MARIA I – GOIÁS, SÉCULOS XVIII E XIX. (Gabriel Zissi Peres Asnis).....	P.42
POR UMA HISTÓRIA RIZOMÁTICA DOS CONTATOS: DO PROTAGONISMO INDÍGENA À ETNOGÊNSE. (Tayná Bonfim Mazzei Mazza).....	P. 59
GENEALOGIA DO PODER E ARQUEOLOGIA DO SABER EM MICHEL FOUCAULT (Daniel Féo Castro de Araújo / Bruno Castro Ribeiro).....	P. 75
NEOFACISMO E IDENTIDADE SOCIAL: RETRATOS DE UMA SOCIABILIDADE TOTALITÁRIA À BRASILEIRA (Lívia Maria Terra).....	P.91
A FASE OBREIRISTA DO PCB (1929-1934): UMA ANÁLISE DA EXPULSÃO DOS INTELLECTUAIS DO PARTIDO (Danilo Martins Brandelli / Aldo Duran Gil).....	P. 106
PROJETO APICE ON E O COMBATE À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA SAÚDE PÚBLICA (Lucília Mendes de Oliveira e Silva)	P. 123
O TRABALHO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PRISIONAL DE MINAS GERAIS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS (Charles Magalhães de Araújo).....	P. 137
TECNOLOGIA E PRECARIZAÇÃO, A EMERGÊNCIA DA UBERIZAÇÃO (Thiago Henrique Fracarolli)	P. 151
RECONFIGURAÇÃO ORGANIZATIVA DA CLASSE OPERÁRIA JOINVILENSE: O SURGIMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES E DO PARTIDO DOS TRABALHADORES EM JOINVILLE (SC) (Ana Paula Nascimento).....	P. 166

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PPGCS E XVIII SEMANA DE
CIÊNCIAS SOCIAIS

GT 1 – Gênero, Trabalho e Educação

A INCORPORAÇÃO DO DEBATE DO MOVIMENTO DE LÉSBICAS, GAYS,
BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DENTRO DA LUTA PELA TERRA
NO MST

Vinicius Nunes Fileto

RESUMO

O trabalho tem por interesse trazer o que foi analisado no projeto de pesquisa sobre a inclusão das discussões de gênero e sexualidade no âmbito da luta pela terra no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Neste vamos nos pautar, em uma discussão que, refletindo sobre a questão gênero e sexualidade no campo e os movimentos sociais de luta pela terra, tentar entender como tais temáticas influenciaram e ainda influenciam na inclusão do debate do Movimento de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais no MST. Este trabalho é parte desta pesquisa que está em andamento e por isso não tem análises conclusivas, e/ou propositivas.

Palavras-chave: Movimento LGBT; Territorialidades; MST; Movimentos de luta pela terra;

Introdução

A questão de gênero vem historicamente ganhando mais espaço na academia, nas políticas públicas e conseqüentemente no cotidiano da sociedade. Desde o “Segundo sexo” de Simone de Beauvoir, é notório um avanço considerável nas discussões de gênero em todos os âmbitos supraditos. Isso faz e fez com que o debate ficasse mais complexo e ainda mais instigante vista a ascensão de “novas” representações de gênero e sexualidade.

Esse processo de avanço do debate é marcada pelo texto “Tecnologias de Gênero” da Tereza de Lauretis (1987), com o apontamento dela de que as discussões de gênero não podem ser baseadas somente na diferencial sexual pelo fato de que

a ‘diferença sexual’ é antes de mais nada a diferença entre a mulher e o homem, o feminino e o masculino; e mesmo os conceitos mais abstratos de ‘diferenças sexuais derivados não da biologia ou da socialização, mas da significação e de efeitos discursivos acabam sendo em última análise uma diferença (da mulher) em relação ao homem – ou seja, a própria diferença no homem. (LAURETIS, 1987, p. 02)

Ou seja o sujeito-objeto da discussão não é exatamente a mulher, e sim o homem enquanto algo central, e a mulher como sua periferização. Desta maneira, as discussões passam a serem pautadas a partir desta movimentação iniciadas em resposta ao movimento feminista pautado na diferença sexual nos anos 60 e 70 (LAURETIS, 1987, p. 01)

Neste sentido, os debates de gênero a partir dos anos 1980 vão passar a ser mais plurais, no entanto com um enfoque em comum: a derrubada do patriarcado. Esta marca será determinante para o avanço destas discussões, pois será assim que a questão da sexualidade será colocada em pauta, como discorre Lauretis (1987) ao discorrer que “ sistema sexo- gênero, enfim, é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social, etc.” (LAURETIS, 1987, p. 05)

E, junto a esse avanço, as “novas” representações sexuais e de gênero ascendendo na sociedade trazem consigo demandas e organização com dinâmicas

distintas do que se configurava tradicionalmente o espaço. Essas novas dinâmicas, que vão abarcar o sistema sexo-gênero, tem por si só um papel fundamental na (re) organização do espaço pois envolve direitos humanos, relações de poder e expressões próprias de cultura.

Em relação a essa ascensão, vale lembrar também que há um caráter de luta por direitos. Quando a luta das mulheres passa a ser contra o patriarcado, abre-se um leque, pois não somente as mulheres são periferizadas na estrutura patriarcal. Os gays, as lésbicas, os bissexuais e, sobretudo os sujeitos transexuais, (os LGBT) são afetados diretamente por essa estrutura, obrigando estes, sem dúvida, a resistir no espaço em que se inserem para sobreviver.

Quando levamos o debate para o campo brasileiro, notamos que *o buraco é bem mais embaixo*. Neste recorte em que o patriarcado está ainda mais consolidado e a cultura cristã católica é predominante, a estrutura acaba sendo bem mais conservadora, e oprime ainda mais as mulheres e os sujeitos LGBT forçando-os a seguirem um, de dois processos principais. (1) comporem o processo de êxodo rural, em busca da ampliação de direitos e acesso que a cidade oferece, ou (2) por motivos de identidade cultural e de topofilia preferem resistir a toda opressão e continuarem no campo. Neste contexto, um componente pode ser determinante na segunda opção que confere em se manter no campo resistindo à estrutura patriarcal conservadora: a luta pela terra.

Quando pautamos a estrutura que oprime sujeitos no campo, é inevitável incluir o latifúndio e a estrutura que o mantém ainda consolidado. Dessa forma, os sujeitos que se envolvem nas lutas contra a estrutura do latifúndio, a favor da reforma agrária popular, se inserem em um processo de luta contínua por direitos haja vista a conjuntura do território brasileiro. Essas lutas precisam ser organizadas para que consigam chegar até o Estado, e, para que isso aconteça, os movimentos de luta pela terra precisam seduzir sujeitos a comprarem esta luta que é dura.

Assim, movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que tem papel importantíssimo na luta direcionada à reforma agrária popular, passam a se preocupar, em lutar contra o patriarcado no sentido de unir os sujeitos do campo, transformando-os e sujeitos de luta, e conseqüentemente se atentar as demandas destes que incluem mulheres e também, sujeitos LGBT.

O MST então, por sua setorização pioneira, abarcando em sua luta, além de várias outras pautas, a questão de gênero e sexualidade a partir do seu Setor de Gênero, é o movimento escolhido, que territorializado segundo Fernandes (2009), tem um caráter geográfico. E, de todas suas lutas, encarar o desafio de incluir a pauta LGBT como parte do movimento, nos instiga a entender como isso pode transformar a dinâmica da vida destes sujeitos no campo, influenciando no processo do campo brasileiro.

A discussões de gênero e sexualidade no campo brasileiro

Ao adentrar nas discussões sobre gênero e sexualidade é necessário acionar os escritos de Simone de Beauvoir, de sua obra “O Segundo Sexo: Experiência vivida”, que é inaugurado com os dizeres “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 09). Essa afirmação traz problematizações extremamente latentes, até nos dias de hoje, vista as defesasatuais sobre os estudos da construção social do gênero. Além disso, em relação à infância, a autora também dispara que as crianças “exploram o corpo com a mesma curiosidade e a mesma indiferença; do clitóris e do pênis tiram o mesmo prazer incerto;” (BEAUVOIR, 1967, p. 10)

No entanto, tal proposição de Beauvoir, é considerada um tanto quanto binária, pois considera enquanto gênero somente o homem e a mulher. Porém, mesmo assim, para seu tempo histórico, teve um papel muito importante, pois, mesmo minimamente, pautou as feminilidades do masculino.

“Muitos meninos, assustados com a dura independência a que são condenados, almejam então ser meninas; nos tempos em que no início os vestiam como elas, eram muitas vezes com lágrimas que abandonavam o vestido pelas calças, e viam cortar lhes os cachos.” (BEAUVOIR, 1967, p. 12)

Esta também tem papel importante ao expor claramente como a opressão sempre fez parte da vida dos sujeitos que representam feminilidade. Entretanto, em uma perspectiva pós- estruturalista adoçada pelas tecnologias de gênero, Butler (1987) traz uma noção bastante interessante de que

“O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor.” (BUTLER, 1987, p. 37)

Essa noção de gênero é por si só fluida. O que a autora chama de “uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor” seria a oposição ao binarismo que acaba por propor Simone de Beauvoir. Butler tem o interesse em desconstruir a ideia de que o gênero é algo fechado e concreto, e neste caminho construir ideias que contribuam para uma nova construção identitária dos sujeitos.

Em relação à identidade, Butler coloca que

“Seria errado supor que a discussão sobre a “identidade” deva ser anterior à discussão sobre a identidade de gênero, pela simples razão de que as ‘pessoas’ só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero, conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero.” (BUTLER, 1987, p. 46)

Ou seja, nesta perspectiva, para ser compreendido o sujeito, é preciso que este adquira seu gênero. No entanto, o gênero que trata Butler, não é o gênero na perspectiva binária, mas sim em uma perspectiva não-binária, em que o sujeito, a partir do seu corpo, carregando masculinidades e/ou feminilidades, desejos, construa sua própria identidade a partir dos padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero.

Butler, além destas, traz outra contribuição importante para os estudos de gênero. A autora desta vez distingue o gênero da sexualidade.

“A construção da coerência oculta às discontinuidades do gênero, que grassam nos contextos heterossexuais, bissexuais, gays e lésbicos, nos quais o gênero não decorre necessariamente do sexo, e o desejo, ou na sexualidade em geral, não parece decorrer do gênero – nos quais, a rigor, nenhuma dessas dimensões de corporeidade significativa expressa ou reflete outra.”(BUTLER, 1987, p. 189)

A perspectiva que adota a autora, defende que o desejo, atribuído à sexualidade, não está diretamente ligado ao gênero. Esta noção coloca o gênero, como já posto, em uma posição diferente da sexualidade, pois um diz respeito à construção da identidade e outro diz respeito ao desejo sexual. Perspectiva esta, reestruturou a maneira de pensar

os movimentos feministas e LGBT, e adensou o debate sobre a transexualidade. Butler até hoje é a intelectual que fundamenta significativa parte das discussões do Movimento LGBT.

Esse debate nos força a voltar em algo que Beauvoir já sinalizava como o grande problema para a periferização das mulheres e dos sujeitos que fugiam a hegemonia masculina. “A esfera a que pertence é por todos os lados, cercada, limitada, dominada pelo universo masculino: por mais alto que se eleve, por mais longe que se aventure, haverá sempre um teto acima de sua cabeça, muros que lhe barrarão o caminho.” (BEAUVOIR, 1967, p. 39) E isso é o que, por mais que se negue as denotações identitárias, estas existem para apontar problemas estruturais de dominação.

Uma abordagem interessante de gênero cabe nessa discussão. Danièle Kergoat (2016) propõe uma noção de interseccionalidade que, como é apontado pela autora, ganha força a partir dos anos 1990. Esta abordagem reconhece que certos grupos de pessoas têm facetas múltiplas e camadas de vida com as quais tem de lidar, como o racismo, a LGBTfobia, o machismo e também por serem sujeitos do campo.

Estas camadas querem dizer que os sujeitos experimentam a opressão em configurações variadas a partir da sua identidade que se relacionando com sua posição sócioespacial a sentem em diferentes graus de intensidade. Exemplo disso é a mulher, o sujeito LGBT que também precisa lidar com outras experiências sociais, como a de viver no campo brasileiro, e estes, além de precisarem lidar com as questões de gênero em uma sociedade patriarcal, se encontram em situação ainda mais complicada por enfrentar a periferização de serem sujeitos do campo.

Neste sentido, as mulheres e os sujeitos LGBT ao existirem no campo, passaram durante a história e ainda passam por um processo de exclusão, que é a causa do significativo êxodo rural destes grupos. A exemplo disso, como aponta Deere e León (2002), na época da ditadura havia uma grande discriminação pelo Estado para com as mulheres camponesas. As autoras afirmam que

“os critérios relativos à quantidade de força de trabalho da família introduziram um preconceito contra mulheres chefes de família, pois estas, por definição, são menores em tamanho, dada a ausência de um homem membro adulto” (DEERE, LEON, 2002, p.128, 129)

Ou seja, o simples fato de não ter um homem, em casa, as faziam menores em poder como se não tivesse força o suficiente para sustentar sua família. Isso prova, é claro, o machismo estruturado no campo brasileiro desde a colônia.

Outra autor também reforça essa idéia é Ferreira (2006) ao defender que a masculinidade está alicerçada ao sucesso, a ser uma pessoa respeitável. E essa masculinidade é estruturada desde a infância como exemplifica Ferreira,

“o pesquisador cita o exemplo do pequeno Gabriel que, aos oito anos, era um rapaz tímido, bem comportado e bom aluno, que queria fazer ponto de cruz nas aulas definidas pelos professores como exclusivamente femininas. Perante a insistência do rapaz não souberam que atitudes tomar, mas as outras crianças, por sua vez, como discorre o antropólogo, resolveram o assunto apontando-o como ‘maricas’. Mas, como exímio no ponto de cruz, Gabriel continuou a praticar em casa, graças a uma mãe tolerante. Por outro lado, na escola nunca mais foi visto praticando o ofício.” (FERREIRA, 2006. p. 63)

A estrutura que apontamos é também estruturante. A escola sendo intolerante com tal prática, só por não reproduzir masculinidades, e por não se opor a ridicularização dos colegas, já aponta pra uma continuidade destas ideias e logo desta práticas, que nem sempre foram assim.

Inseridos também no campo, os indígenas brasileiros, antes da colonização luso cristã, eram sujeitos com éticas bastante distintas em relação às relações de gênero e sexualidade. Naquele período, as relações de gênero, como propõe Butler, condizia um pouco mais com a realidade. Como confirma os escritos de Gomes e Novais (2013)

“o autor inclui entre os responsáveis, sobretudo pelo trabalho ‘domestico’ ou mesmo manual a figura do efeminado, que participava normalmente das tarefas femininas, e em algumas etnias se recolhiam junto com as mulheres nos períodos de menstruação a exemplo dos índios kadiweu.” (GOMES E NOVAIS, 2013, p. 49)

Esta passagem nos surpreende e nos instiga a pensar como essas ideias puderam mudar com o decorrer do tempo. Os efeminados, como é colocado, eram sujeitos que nasceram em um corpo masculino, porem preferiam espaços socialmente femininos, e tinham desejos por homens, o que o faziam, também, homossexuais. Além disso, nem só as relações de gênero, hoje subversivas, eram reconhecidas e respeitadas pelas sociedades indígenas brasileiras, mas as questões relacionadas à sexualidade também tinham configurações bastante distintas das de hoje. Gomes e

Novais (2013) dispõem que

“entre os indígenas brasileiros a bissexualidade poderia ser comum entre eles e chama a atenção, ainda, para o fato de que os homossexuais, comumente não eram hostilizados pelos membros do grupo, pelo contrario, eram tratados como indivíduos virtuosos e extraordinários.” (GOMES E NOVAIS, 2013 p. 49)

Isso evidencia que foi preciso algo para que essas concepções sobre as relações de gênero e sexualidade deste contexto mudassem para chegar a hegemonia do patriarcado. Esse algo foi a colonização europeia. Quando os portugueses chegaram em solo brasileiro se assustaram com tamanha liberdade e tamanha distinção a moral luso cristão.

Neste sentido, Gomes e Novais também assinalam que “os jesuítas, aliados do Estado, tiveram como principal a função de domesticar os corpos e apetites sexuais dos ameríndios”. (GOMES e NOVAIS, 2013, p. 55) Além disso, ainda completam que os colonizadores, através do clero “buscaram a todo custo introduzir a tradição da monogamia e a heteronormatividade como padrão.” (GOMES e NOVAIS, 2013, p. 56) Porém, os autores concluem que “embora, tal empreitada parecesse ter sido totalmente eficaz no interir dessas sociedades indígenas, elas continuavam sub-repticiamente presentes nas ações destes povos.” (GOMES e NOVAIS, 2013, p. 56)

E talvez seja isso que ainda, mesmo subversivos, ou como ainda afirma Ferreira (2006) com uma conduta sexual mal-dita e maldita, ainda existem e resistem no campo. Talvez seja isso que fez e faz os sujeitos LGBTs se organizarem no sentido de lutar por direitos dentro dos movimentos de luta pela terra como veremos mais a frente.

Movimentos sociais no campo como fomentadores do debate de gênero e sexualidade no Campo Brasileiro

Sobre o espaço do campo brasileiro, ele sempre foi e anda é recheado de hostilidade. Oliveira (1989) afirma que os “conflitos sociais no campo, no Brasil, não são exclusivamente de nossos tempos. São isto sim uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país” (OLIVEIRA, 1989, p.

15). Desde o genocídio indígena para a consolidação da ocupação colonial até as lutas mais latentes pela reforma agrária no Brasil experimentam sangrentos conflitos. O latifúndio subsidiado pela estrutura capitalista patriarcal desde sempre se apresenta como o motivo para volumosos embates por resistência organizados pelos grupos que defendem a necessidade pela reforma agrária.

A re-emergência dos movimentos sociais no final dos anos 1970, em especial aqueles ligados a questão agrária no pós Ditadura militar somente foi possível graças ao contínuo apoio recebido por parcelas da sociedade civil, e da igreja no papel da Comissão Pastoral da Terra, durante os tempos nebulosos que sofreram intensa repressão, pois vários movimentos de luta pela terra foram criminalizados, bem como várias lideranças foram perseguidas.

O projeto de desenvolvimento rural difundido durante o período militar, considerado como uma modernização conservadora expropriou milhares de camponeses pobres e que ficaram a margem desse processo. A resistência popular durante esse período culminou com a organização dos movimentos sindicalistas, e especialmente a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos primeiros anos da década de 1980, como estopim de um projeto de desenvolvimento excludente.

Um movimento quando luta por poder dentro de um determinado território (neste caso o rural), este se territorializa. E foi isso que processualmente aconteceu com o MST. Em um contexto como o dado, desde a perda na constituinte de 1988, o MST passa a tratar da sua principal prática no movimento, o trabalho de base. “Isso se inicia com a formação de um grupo de famílias e sua interligação posterior com outros grupos de famílias que irão participar do mesmo acampamento.” (FERNANDES, 2009, p. 180)

Esse processo de territorialização segundo Fernandes (2009) se deu então a partir da sua institucionalização que transformou a realidade dos integrantes do movimento, visto que a dinâmica utilizada a partir daí, era integradora e pioneira. Sua estrutura consistia e consiste em “três partes interativas: (1) as instâncias de representação; (2) os setores de atividades; e (3) as organizações com registro público.” (FERNANDES, 2009, p. 178)

A territorialidade do MST, a partir daí ganha um caráter educativo e de

continuidade. Isso fortaleceu o movimento e deu luz a idéia de que a reforma agrária ela esta para além da divisão de terras. Com essa consciência o movimento passou por um processo até chegar à conclusão que é necessária instancias de representação política, que segundo Fernandes (2009) “reúnem diferentes espaços, formados por diversas modalidades: núcleos, coordenações, direções, encontros e Congresso nacional. Uma instancia elege ou indica membros de outra instancia em nível superior.” (p. 182, 183)

No sentido de evidenciar a importância desta Estrutura para consolidação do Movimento, Fernandes também salienta a importância da Setorização e dos Coletivos.

“Os setores e as Secretarias tem caráter administrativo e executivo e são responsáveis pela realização de projetos de desenvolvimento socioterritorial nos assentamentos e nos acampamentos. [...] Os coletivos e as organizações convencionais são transversais à estrutura organizativa do Movimento.” (FERNANDES, 2009, p.183)

Em 1990, com as demandas colocadas, as mulheres se organizaram e criaram o setor de Gênero do MST. Este por muito tempo protagonizou lutas significativas em relação aos direitos à propriedade da/para a mulher do campo, no empoderamento das mulheres que estão na luta, pela diminuição da violência doméstica e, como linha de frente, a derrubada do patriarcado. Isso motivou e ainda motiva mulheres que se sentem periferizadas a não saírem da terra, mas ficarem, resistirem e lutarem pelos seus direitos sempre ou quase sempre alinhadas com os debates feministas cada vez mais disseminados e complexos.

Seguindo este caminho em que o gênero não é só a diferença binária entre homem e mulher, que as sexualidades subversivas também precisam ser pautadas neste setor, e que o patriarcado no campo precisa ser combatido no MST enquanto um movimento organizado, o setor de Gênero se reproduziu a ponto de colocar em pauta algo nunca visto em toda história do movimento, e do campo brasileiro, as demandas do movimento LGBT.

As efetividades da inclusão destes debates podem ser vistos na organização do coletivo LGBT sem Terra, que existe desde 2006 como um intermédio entre as demandas do movimento LGBT no campo e o MST. Além disso é possível identificar a partir das investigações feitas no site do movimento que já há uma preocupação considerável com a inclusão de tais sujeitos no processo do movimento. Podemos

analisar melhor a partir do quadro 1.

Quadro 1: Reportagens com o tema LGBT no site do MST nos anos de 2015 a 2017

DATA	TÍTULO DA REPORTAGEM	SUBTÍTULO DA REPORTAGEM
19 Mar 2015	Na luta contra homofobia, Juventude Sem Terra pede o fim da violência	Para Beth Rocha, travesti e acampada, construir mecanismos que garantam uma sociedade igualitária perpassa o respeito às diversas identidades.
20 Mai 2015	Sem Terra vão às ruas na 1º Marcha baiana contra LGBTfobia	Os espaços de luta e debate realizados durante o Maio da Diversidade cumpriu o objetivo de alertar a sociedade baiana sobre os crimes de homofobia.
19 Jun 2015	Em parceria com a UENP, acampados participam do projeto “Sexualidade em Movimento”	Foram realizadas ações em educação em sexualidade, saúde, cultura, meio ambiente, trabalho e produção de artesanatos.
29 Jun 2015	Atividade discute diversidade sexual e identidade de gênero na ENFF	O Brasil é primeiro colocado no ranking mundial de mortes de LGBT
11 Ago 2015	Sou gay, sou lésbica, sou trans, sou bi, sou Sem Terra, sou humano, sou como você	Sem Terra realizam seminário “O MST e a Diversidade Sexual”, e acreditam que a incorporação de lutas identitárias também faz parte do amadurecimento do movimento
21 Set 2015	Juventude Sem Terra desafia educadores a avançar na luta contra a LGBTfobia nas escolas do campo	A intervenção provocou a desconstrução sobre o ser homem e ser mulher, propondo construir uma sociedade de iguais baseada em valores socialistas.
25 Nov 2015	"Procuramos construir novas relações de gênero, em que todas e todos sejamos respeitosos um com o outro", afirma dirigente	Mais de 300 Sem-Terras de todas as regiões estão presentes na atividade.
13 Dez 2015	Encontro Estadual do MST em MS debate organicidade e igualdade de gênero	Mais de 300 Sem-Terras de todas as regiões estão presentes na atividade.

6 Jan 2016	LGBTs debatem os desafios enfrentados na construção da Reforma Agrária	"Vivemos um cenário político que é preciso agregar todos os trabalhadores, que estão nos assentamentos e acampamentos, nos debates em torno da construção da Reforma Agrária em nosso país".
13 Jan 2016	Formação e a luta são desafios apontados pelos LGBT Sem Terra	O debate ocorreu na 1º Roda de Conversa realizada durante o 28º Encontro Estadual do MST na Bahia.
29 Jan 2016	"Sou uma mulher trans, Sem Terra, pedagoga e comprometida com a luta pela Reforma Agrária"	O dia 29 de janeiro é marcado como o Dia da Visibilidade Trans e tem o objetivo de ressaltar a importância da diversidade e o respeito para o Movimento Trans em todo país.
13 Jun 2016	MST emite nota sobre atentado homofóbico e fundamentalista nos EUA	o documento, o Movimento se solidariza com as vítimas e se compromete no combate à LGBTfobia.
12 Dez 2016	Seminário discute questões de gênero no DF	O evento integra a programação do 1º Circuito de Feiras e Mostras Culturais da Reforma Agrária
16 Dez 2016	MST contra homofobia: nota de solidariedade ao deputado Jean Wyllys	A homofobia e as agressões de Bolsonaro são reflexos do poderio das bancadas fascistas e reacionárias que dominam o Congresso Nacional
20 Dez 2016	MST realiza IV assembleia LGBT no Ceará	A atividade teve como um dos objetivos centrais a construção de novas relações de gênero dentro do MST
17 Jan 2017	MST na Bahia se levanta contra LGBTfobia	O painel aconteceu nesta última quarta-feira e foi mediado por Erivan Hilário, da direção nacional do MST e do coletivo LGBT Sem Terra
2 Fev 2017	Coletivo LGBT Sem Terra lança o 1º caderno de formação para militância	Em 37 páginas, diversos temas são desenvolvidos, como a história da luta do Movimento LGBT.
10 Fev 2017	No Ceará, coletivo de juventude debate ações para 2017	A atividade tem como objetivo analisar a atual conjuntura, discutir o papel dos jovens no contexto da luta de classes
2 Mai 2017	Paraná realiza 1º curso de formação em corpo, gênero e sexualidade	Curso terá mais duas etapas durante o ano, e reúne cerca de 30 pessoas.

8 Mai 2017	Liniker e Os Caramelows levam diversidade à Feira Nacional da Reforma Agrária	Artista lotou o Parque da Água Branca, em São Paulo, no último dia do evento, organizado pelo MST.
21 Jun 2017	Esvaziamento da democracia e dos direitos LGBTs estão conectados, aponta seminário	Reformas em curso são algumas das medidas que intensificam violações de direitos. População LGBT rural ainda luta por visibilidade.
05 Jul 2017	LGBT Sem Terra realizam curso de formação política no nordeste	Participantes debateram sobre a sexualidade humana, o patriarcado, a história do movimento LGBT, além dos desafios na luta pela Reforma Agrária Popular.
27 Jul 2017	MST cria peça teatral sobre realidade das mulheres e da comunidade LGBT	Iniciativa é do Grupo de Teatro 'Peça Pro Povo', constituído em 2005 pelo MST no Rio Grande do Sul.
04 Ago 2017	Em Sergipe, iniciam-se os preparativos para o Grito dos Excluídos	Para a dirigente MST em Sergipe, Gislene Reis, O Grito é uma oportunidade de criar unidade em torno das lutas sociais, no campo e cidade.
11 Ago 2017	Coletivos da Paraíba realiza atividades da 8ª Jornada Nacional da Juventude Sem Terra	Atividades ocorrem desde o dia 7 até o próximo dia 15 de agosto em diversas regiões do estado.
18 Ago 2017	Via Campesina inicia o debate sobre a diversidade de gênero e orientação sexual	Pela primeira vez na história da Via Campesina, sujeitos LGBTI* debatem aberta e internacionalmente sobre a diversidade de gênero e orientação sexual
25 Ago 2017	MST realiza encontro de jovens de assentamentos e acampamentos no Maranhão	Atividade foi realizada no Assentamento Vila Diamante, como parte da Jornada Nacional de Lutas da Juventude Sem Terra.
4 Nov 2017	LGBT Sem Terra: uma identidade de luta	Fruto da auto-organização dos sujeitos LGBT dentro do movimento, o MST tomou como decisão política pensar e articular o processo de fortalecimento das lutas e visibilidade dos LGBT Sem Terra.
10 Nov 2017	MST lamenta a morte de Felipe Doss e se solidariza com amigos e familiares	Militante LGBT foi mais uma vítima do extermínio da juventude negra nas periferias.
14 Nov 2017	A vida não é abstrata, é estrutural	Novembro chegou, e com ele a memória de Luta e Resistência do povo Negro que transpassa o calendário há mais de 400 anos
20 Dez 2017	LGBTs Sem Terra realizam assembleia Encontro Estadual no Ceará	Objetivo da assembleia foi construir novas relações de gênero dentro do MST, fomentar a discussão entre os sujeitos LGBTs e consolidar um coletivo no estado de Ceará.

Considerações Finais

O MST cumpre um papel importantíssimo quando a questão é a organização do movimento LGBT no contexto do campo brasileiro. Fomentar tais demandas em uma estrutura que oprime os sujeitos subversivos da questão de gênero e sexualidade cumpre um papel determinante nos direitos humanos. Além disso, ainda seduz mais pessoas para a luta no campo contra o latifúndio.

Estudar tal, tema, é, sem dúvida, um desafio. No entanto se faz importante, principalmente por documentar a ascensão dos sujeitos LGBTs na luta pela terra efetivamente. Documentar, também, cumpre o papel de dar visibilidade a um movimento massificadamente marginalizado pelas mídias, por ser a favor dos direitos humanos, e sendo desumanamente invisibilizadas.

Mesmo com interesse em documentar tais articulações, o projeto anda está em andamento, pouco ainda foi discutido em relação a uma temática que se trata do estudo de um proceso complexo. Logo, este trabalho tem o interesse em fazer análises não conclusivas de um tema latente e pertinente que ainda está em aberto, e que pretendemos trazer até o fim deste, análises mais concretas sobre.

Referências bibliográficas

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

CARTER, Miguel. **Combatendo a Desigualdade Social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DEERE, Carmen Diana. LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Editora da UFRGS, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel. **Combatendo a Desigualdade Social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.p. 161-198.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MARTIN, Jean Yves. **Movimento socioterritorial e globalização: algumas reflexões a partir do caso do MST**. Lutas sociais, 12, 2004.

FERREIRA, Paulo Rogers. **Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas**. São Paulo: Hucitec, 2006.

GOMES, Aguinaldo Rodrigues; NOVAIS, Sandra Nara da Silva. Práticas Sexuais e Homossexualidade entre os Indígenas brasileiros . **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 26, n. 2, p.44-57, jul. 2013.

KERGOAT, Daniele. Em defesa de uma Sociologia das relações sociais. IN: KARTCHEVSKY- BULPORT, Andrée et al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 79 -93.

LAURETIS, Tereza de. **A tecnologia do gênero**. Indiana University Press, 1987, p. 01-30.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umberlino de. **A geografia das lutas do campo**. São Paulo: Contexto, 1989

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PPGCS e XVIII SEMANA DE CIÊNCIAS
SOCIAIS

GT 3 - Culturas e Sociabilidades

GASTRONOMIA: UMA DISCUSSÃO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E
CULTURA FRANCESA

Rodrigo de Aguiar Ferreira

RESUMO

O conceito de gastronomia ressurge na França no século XIX em meio a um contexto burguês e industrial depois de estar esquecido desde a Grécia antiga. Para Brillat-Savarin gastronomia é tudo que se refere ao homem na medida em que ele se alimenta, e assim deve zelar pela conservação do homem por meio da melhor alimentação possível. A gastronomia envolve temas importantes dentro dos estudos sobre comida e alimentação e ajuda a entender mais sobre a cultura e identidade de um povo. Procura-se entender a gastronomia então a partir do conceito de identidade e cultura do historiador Montanari. Para ele, as identidades culturais são modificadas e redefinidas incessantemente, adaptando-se a situações sempre novas, fazendo com que a cultura fique na intersecção entre a tradição e a inovação. Essa pesquisa então irá buscar fazer uma discussão a partir desses elementos para ajudar na compreensão do que é a identidade cultural gastronômica, se baseando na construção histórica da gastronomia francesa.

Palavras chaves: Identidade, Cultura, Gastronomia.

Introdução

A gastronomia é um tema que nas últimas décadas vem sendo cada vez mais pesquisado por estudiosos de diversas áreas do conhecimento no Brasil. Esse trabalho busca, assim, contribuir para a discussão sobre a gastronomia na sociologia, pois segundo Poulain “a gastronomia é um fenômeno social muito pouco abordado pela sociologia” (POULAIN, 2004, p.223).

Dessa forma, será discutida a construção da identidade cultural gastronômica, tema que envolve importantes aspectos dentro dos estudos da comida e da alimentação. Esse trabalho irá partir dos conceitos de cultura e de identidade para assim analisar a história da gastronomia francesa. Num primeiro momento, iremos utilizar como base para esses conceitos o que o historiador Massimo Montanari descreve sobre identidade e cultura, para que no segundo momento possa-se discutir sobre a gastronomia e seu surgimento dentro de um contexto histórico francês. Ao final, então, serão realizadas algumas reflexões para utilização desses conceitos dentro dos aspectos discorridos sobre história gastronômica francesa.

Identidade e Cultura em Massimo Montanari

O historiador Montanari vê uma necessidade em seu trabalho de se fazer enfrentar temas clássicos da antropologia e sociologia que são indispensáveis para a compreensão da comida como cultura e parte da identidade de um povo. Ao discutir esses conceitos, o autor se baseia na sua experiência nos estudos históricos que ele aborda.

Ele afirma que:

“A comida é cultura quando produzida, porque o homem não utiliza apenas o que encontra na natureza (como fazem todas as outras criaturas animais), mas ambiciona também criar a própria comida, sobrepondo a atividade de produção à de predação. Comida é cultura quando preparada, porque, uma vez adquiridos os produtos-base de sua alimentação, o homem os transforma mediante o uso do fogo e de uma elaborada tecnologia que se exprime nas práticas da cozinha. Comida é cultura quando consumida, porque o homem, embora podendo comer de tudo, ou talvez justamente por isso, na verdade não come qualquer coisa, mas escolhe a própria comida, com critérios ligados tanto às dimensões econômicas e nutricionais do gesto quanto

aos valores simbólicos de que a própria comida se reveste. Por meio de tais percursos, a comida se apresenta como elemento decisivo da identidade humana e como um dos mais eficazes instrumentos para comunicá-la” (MONTANARI, 2008, p.15 e 16)

Para Montanari “o sistema alimentar contém e transporta a cultura de quem a pratica, é depositário das tradições e da identidade de um grupo” (MONTANARI, 2008, p.183). Assim, a identidade é algo existente na própria cultura, que deve se diferenciar do que está fora ou externo a ela. Pode-se imaginar que surge uma desconfiança, um medo pela contaminação do que é externo e assim se torna necessário que haja uma conservação da identidade.

Ao fazer uma análise histórica pode-se ver que a identidade é que se modifica com o tempo:

“as identidades culturais não são realidades metafísicas (o ‘espírito dos povos’) e nem estão inscritas no patrimônio genético de uma sociedade, mas se modificam e se redefinem incessantemente, adaptando-se a situações sempre novas, determinadas pelo contato com culturas diversas” (MONTANARI, 2008, p.184)

Assim, a identidade pode ser entendida como algo que tenta conservar ao longo do tempo, mas que se modifica constantemente de acordo com o contato de diferentes culturas e em momentos e espaços históricos diferenciados.

Além do conceito de identidade é importante a discussão do que é cultura. Para isso, o autor entende que:

“a cultura coloca-se no ponto de intersecção entre tradição e inovação. É tradição porque constituída pelos saberes, pelas técnicas, pelos valores que nos são transmitidos. É inovação porque aqueles saberes, aquelas técnicas e aqueles valores modificam a posição do homem no contexto ambiental, tornando-o capaz de experimentar novas realidades. Inovação bem sucedida: assim podemos definir tradição. A cultura é a interface entre as duas perspectivas” (MONTANARI, 2008, págs. 26, 27)

A cultura colocada entre a tradição e a inovação é um caminho para se entender esse conceito. Para isso, é importante que se possa entender que cultura é algo dinâmico que pode mudar em função do tempo e espaço.

Ao analisarmos a gastronomia podemos entendê-la como algo dentro de uma identidade que vai sempre se modificando com o tempo e inserida em uma cultura onde há uma tradição que normalmente é respeitada e passada de geração para geração, mas

ao mesmo tempo é inovadora e traz novas técnicas e valores que devem estar dentro de um contexto ambiental e histórico sendo capaz de experimentar novas realidades. Assim, podemos dizer que a identidade cultural gastronômica de um povo seria aquela que está em constante movimento buscando sempre inovação, mas que respeita regras tradicionais que lhes são colocadas.

Posto isso faremos uma breve descrição da história da gastronomia francesa para que possamos ao final discutir esses conceitos de cultura, identidade e gastronomia no contexto histórico francês.

Uma Breve História Gastronômica Francesa

O termo gastronomia surgiu na Grécia no século IV a.C. por Arquestrato, pensador e estudioso dedicado a procura de experiências e descobertas culinárias. O termo cunhado por ele é “composto de *gaster*, (ventre, estômago), *nomos* (lei) e do sufixo *-ia*, que forma o substantivo. Assim, gastronomia significa, etimologicamente, estudo ou observância das leis do estômago” (FRANCO, 2010, p.37). Esse termo fica assim adormecido por séculos e é retomado anos depois na França.

Segundo Poulain (2004), a França passa a despontar em relação à questão gastronômica, partir do século XVII ainda dentro das cortes francesas e vai se complexificando por meio de inúmeras receitas criadas durante vários anos.

Até então não havia ainda uma descrição ou definição do que era a gastronomia e esse termo só é popularizado em 1801 pelo poeta Joseph Berchoux, em seu livro *La Gastronomie ou l'homme des champs à table*, publicado e reeditado várias vezes na França e traduzido para o inglês, espanhol, italiano e alemão.

Nascem juntamente nesse contexto às críticas gastronômicas que passam a ganhar força e são importantes para se compreender a composição de um imaginário gastronômico no povo francês, o crítico gastronômico então “define o bom e o belo. Pois o gastrônomo burguês não sabe na verdade o que é bom, ele não tem critérios” (POULAIN, 2008, p.240)

O primeiro deles foi Grimod de la Reynière (1758 – 1837), que publica um guia de restaurantes chamado *L'Almanach des Gourmands*, que “foi tão imensamente popular que em 1806, Grimod lançou um boletim gastronômico mensal, *Journal des*

Gourmands et des Balles, que também atraiu um vasto público” (STEINBERGER, 2010, p.24).

Depois de Grimod, a gastronomia irá ser mais ainda divulgada e discutida por Brillat-Savarin (1755 – 1826) no seu livro *Fisiologia do Gosto* e depois incorporado no dicionário da Academia Francesa em 1835 (RAMBOURG, 2010).

Brillat-Savarin procura fazer da gastronomia uma nova ciência e tenta definir o termo, para ele:

“A gastronomia é o conhecimento fundamentado de tudo o que se refere ao homem, na medida em que ele se alimenta. Seu objetivo é zelar pela conservação dos homens, por meio da melhor alimentação possível. Ela atinge esse objetivo dirigindo, mediante princípios seguros, todos os que pesquisam, fornecem ou preparam as coisas que podem se converter em alimentos. Assim, é ela, a bem dizer, que move os lavradores, os vinhateiros, os pescadores, os caçadores e a numerosa família dos cozinheiros, seja qual for o título ou a qualificação sob a qual disfarçam sua tarefa de preparar alimentos” (SAVARIN, 1995, p.57)

O pensador complementa defendendo que a gastronomia se relaciona com a história natural, com a física, com a química, com a culinária, com o comércio, com a economia política, governando a vida inteira do homem.

Outro importante crítico será Alexandre Dumas (1802 – 1870) que criou um dicionário de culinária que tinha a ideia de agradar aos *chefs* e *gourmets* da época, seu livro junta a gastronomia com a literatura com curiosidades e histórias dos ingredientes contando com mais de 400 receitas.

Essa complexificação de receitas então perpassará todo século XIX até o século XX com o livro *Le dictionnaire pratique de la gastronomie française*, em 1914, de Gringuire e Saulnier já com mais de 7000 fórmulas. Assim, Poulain (2004) irá nos dizer que:

“mais de 7000 fórmulas descritas, mas na realidade muito mais receitas possíveis, pois a obra é simultaneamente um livro de vocabulário e um manual de gramática. Ele expõe um código complexo que distingue os produtos base, as técnicas de cozimento, as técnicas de combinações, os acompanhamentos de legumes, os molhos; outros tantos elementos que se combinam entre si segundo regras de uma extrema precisão, para dar nascimentos à novos pratos, ele fala uma língua” (POULAIN, 2004, p.226)

Essa foi uma racionalização que ocorreu na gastronomia francesa no século XIX. Na França a grande nobreza foi destituída do poder por meio da Revolução Francesa e isso fez com que a alta cozinha dessa corte ficasse “abandonada”. Os chefs que cozinhavam para essa corte passam então a montar seus restaurantes ou trabalhar para a nova burguesia no poder. Paris passa assim a ser uma referência em relação aos restaurantes, “de uma centena antes da revolução, o número de restaurantes passou para 500 ou 600 no período do império e 3.000 durante a restauração” (PITTE, 1998, P.757), pois muitos dos chefs que trabalhavam para a nobreza passam agora a trabalhar nesse novo espaço.

Nessa época, podemos então pensar em uma “racionalização” do mundo e conseqüentemente da gastronomia, um aspecto importante para se entender a moderna sociedade ocidental capitalista segundo Weber. Dois chefs irão se destacar nesse processo Antonin Carême (1783 – 1833) e Auguste Escoffier (1846 – 1935), eles irão racionalizar e estruturar toda a cozinha francesa.

Em meio a esse contexto o conceito de gastronomia foi sendo construído, segundo Brillat-Savarin, “ressuscitou-se do grego a palavra *gastronomia*; ela apareceu suave aos ouvidos dos franceses; e, embora pouco compreendida, basta pronunciá-la para fazer surgir em todas as faces o sorriso de alegria” (SAVARIN, 1995, p.277).

Além dos restaurantes, com o desenvolvimento do turismo e hotelaria, principalmente a partir da metade do século XIX, foi possível fazer uma maior difusão da gastronomia francesa, pois os grandes chefs de cozinha franceses passam também a atuar das grandes redes de hotéis espalhadas pela Europa.

Um exemplo que podemos utilizar dessa modernidade do século XIX, segundo Ortiz (2007), foram as Exposições Universais, “em alguns centros, como Paris, Londres e Nova York, elas reuniam as realizações econômicas e culturais das nações existentes na face da terra. Era uma miniatura do mundo” (ORTIZ, 2007, p.54). Elas começam a ser realizadas no século XIX e a gastronomia passa a estar presente, principalmente quando essa se realizava em Paris, pois isso mostrava que uma das principais linhas de afirmação da cultura francesa era a gastronomia.

Três delas chamam a atenção para a questão gastronômica francesa. A primeira delas a Exposição Universal de Paris de 1855, onde pela primeira vez aparece uma tentativa de se fazer uma classificação de vinhos da região de Bordeaux, “essa exposição produziu a ‘Classificação de 1855’ do Médoc (região de Bordeaux), a

tentativa mais famosa e duradoura já feita para dar uma hierarquia de qualidade aos vinhos da região do Médoc” (SANTOS, 2014, p.109).

Na edição da Exposição Universal de Paris de 1889, com a inauguração da Torre Eiffel se destaca a presença dos *traiteurs*¹ que organizam um suntuoso jantar para o presidente Sadi Carnot. “Este jantar foi organizado pela Potel & Chabot, uma empresa de *traiteurs*, que em 1900 organizou também o banquete do presidente da Câmara Municipal, no Jardim das Tulherias, o maior já realizado na França (...) A Potel & Chabot trabalha ainda hoje para o governo francês, mas também a nível internacional com filiais nos EUA e na Rússia” (SUTCLIFFE, 2001, p.37).

No ano de 1900, na Exposição Universal de Paris, foi lançado o guia Michelin, da empresa de pneus francesa, que tinha a intenção de mostrar locais da França com informações úteis de assistência técnica e reparação de automóvel, como também serviços de hotelaria e alojamento, restaurantes e serviços de correio, telégrafo ou telefone. Esse guia iria décadas depois, em 1926, iniciar um sistema de classificação dos restaurantes por estrelas.

A história da cidade de Lyon (conhecida como a capital da gastronomia francesa) ficou marcada primeiramente pelas suas *mères* (mães de Lyon). Lyon era uma das principais cidades na França em relação ao comércio, por sua localização, e no período da revolução industrial francesa, por causa de suas fábricas têxteis. Devido a uma nova forma de sociedade que se constituía com a indústria, à morte de muitos homens durante a guerra franco-prussiana (1870-1871) e a crise econômica instalada, Lyon precisava alimentar uma população que trabalhava nas fábricas e as mulheres também precisavam ganhar mais dinheiro para sustentar suas famílias. Assim, criou-se os *bistrots lyonnaises*, ou *bouchons*, que eram comidas baratas, simples e rápidas servidas para os operários nas próprias casas das *mères*. Além dessa comida simples, algumas delas trabalhavam para uma burguesia e aristocracia têxtil sendo feitas refeições refinadas (SUTCLIFFE e DOMINÉ, 2001). Essas cozinheiras formaram as conhecidas mães de Lyon que se tornaram referências na história da gastronomia francesa por ganharem estrelas Michelin, principalmente no período entre guerras.

Ainda no começo do século XX, o Estado francês passa a ser o primeiro Estado a legislar sobre a *Appellation d’Origine Controlle* (AOC) que surge como uma lei para reprimir as fraudes nas regiões agroalimentares. Começa com os vinhos em 1905, com o

¹ Em uma tradução livre seria banqueteiros ou buffeteiros, são os profissionais que trabalham com *buffet*.

primeiro queijo roquefort, em 1925. Em 1935, um decreto lei de 30 de julho institui a AOC, aos produtos de indicação de proveniência “com características herdadas por fatores naturais ou humanas” e assim cria-se o *Institut National des Appellations d’Origine* (INAO) para controlar, legislar e reconhecer produtos de origem garantida (RÉGNIER, LHUISSE, GOJARD, 2006, P.84). As cozinhas regionais ao longo dos anos vão se consolidando e incorporando elementos gastronômicos, como criação de restaurantes estrelados no interior, denominações de origens das mais variadas (queijos e vinhos das mais diversas regiões, frutas, carnes, embutidos, sal, mostarda dentre outros produtos).

Nos anos 60 e 70, influenciado pelos movimentos culturais em toda a França, surge um movimento forte que ocorre dentro da gastronomia. Há uma crítica assim ao modelo de cozinha que estava sendo empregado até então, “a gastronomia reflete os novos tempos: florescem os restaurantes vegetarianos e macrobióticos e surge a *nouvelle cuisine* acompanhando a nova estética corporal de esbelteza” (BRAUNE e FRANCO, 2017, p.37). Isso tudo ocorreu, pois “em plena década de 1960, as cozinhas se pautavam por normas concebidas no final do século XIX” (BUENO, 2016, apud. DROUARD, 2007; POULAIN; NEIRINCK, 2004; RAMBOURG, 2010).

Gault e Millau dois jornalistas franceses criaram um guia chamado *Le Nouveau Guide Gault-Millau* que propunha ser um contraponto ao guia Michelin, que segundo eles, era conservador “visto como uma influência reacionária que transformava a culinária sofisticada num tédio congelado” (STEINBERGER, 2010, p.38). Essa nova cozinha nascente recebeu várias críticas, mas também trouxe elementos que perduram até hoje, como a utilização de tecnologias, uma influência da cozinha japonesa que se utiliza de alimentos frescos, com uma simplicidade na apresentação, a utilização de produtos simples e regionais além de uma nova preocupação com a saúde, indo contra o movimento das comidas industrializadas e dos *fast foods* que passaram a ganhar muito espaço no mercado. Apesar dessa revolução dentro das cozinhas o movimento se enfraquece nos anos 80.

Mas a gastronomia francesa continua em alta e em 1989 é lançado o Inventário do Patrimônio Culinário da França, pelo Conselho Nacional das Artes Culinárias que:

“ilustra tanto a modelagem do processo de patrimonialização dos bens culturais ‘criados’ durante a década revolucionária – repertório, institucionalização, transferência à soberania nacional, restituição – quanto a dualidade das abordagens – materiais e imateriais – que é

vinculada ao patrimônio gastronômico. O Inventário se apresenta como um catálogo de produtos (patrimônio material) nascidos de saberes, de *savoir-faire* e gestos inscritos na memória de gerações e originários de uma tradição (patrimônio imaterial)” (CSERGO, 2011, p.16 e 17)

Tendo como base essa construção da identidade cultural gastronômica francesa, em 2010, a UNESCO reconhece a “comida gastronômica francesa” como um patrimônio imaterial da humanidade. No documento oficial aprovado pela UNESCO, o termo gastronômico é explicado:

“Outros nomes são geralmente dados nas refeições chamadas "gastronômicas", um termo que refere-se, na língua francesa, à cultura popular do bem comer e beber: refeições festivas, festas, banquetes, boa comida (nas gerações mais jovens) onde se pratica ‘A arte da boa comida’” (UNESCO, 2010).²

Para esse trabalho nos limitaremos a discutir apenas esses breves fatos históricos da gastronomia francesa, para que possamos então discutir em seguida suas implicações na cultura e identidade a partir de Montanari.

Reflexões sobre a gastronomia, identidade e cultura francesa

Montanari descreve a comida como cultura quando produzida, preparada e consumida na França. Isso se deu de forma a se buscar e saber o que se comer e beber da melhor forma possível, ou seja, buscando a ideia de *gourmet*³, herdada das cortes francesas e espalhadas por toda a França por todas as classes sociais, isso pode ser visto por exemplos pelas *mères* de Lyon que ao fazerem comidas em seus bistrôs com insumos bem simples se tornaram ícones da gastronomia francesa, ou então, no movimento da *Nouvelle Cuisine* que se preocupou com a melhor forma de produzir, preparar e comer a comida valorizando a qualidade do alimento. Além de produtos

² Tradução livre do trecho: “D’autres noms sont donnés couramment au repas qualifié de “gastronomique”, un terme qui renvoie, dans la langue française, à la culture populaire du bien manger et du bien boire: repas festif, festin, banquet, gueuleton, bonne bouffe (dans les jeunes générations) où se pratique «l’art de la bonne chère”.

³ A diferença existente entre o *gourmet* e o *gourmand* apesar de algumas controvérsias, vê que o primeiro de modo geral seria aquele que quer comer bem, mas também pesquisa é curioso e procura os melhores lugares e as melhores formas para se comer. Enquanto o segundo está preocupado apenas em comer bem e muitas vezes em grandes quantidades.

alimentícios fabricados pelos franceses como os queijos e os vinhos e que foram protegidos pelas leis do Estado para manterem-se como algo nobre ou exclusivo.

A cultura gastronômica então passa a ser vista como algo entre a tradição e a inovação, tradição por utilizar de elementos fundamentais básicos da cozinha francesa como as codificações dentro da cozinha, mas também de novas tecnologias que vão sendo incorporadas ao processo gastronômico. Nesse caminho Montanari irá nos dizer que “a qualidade da comida, portanto, além de quantidade, tem forte valor comunicativo e exprime imediatamente uma identidade social” (MONTANARI, 2008, p.125 e 126), nesse termo o autor quer dizer sobre o consumo de diferentes classes, ou religião ou plano dietético ou estilos de vida, mas podemos dizer que se encaixa dentro da identidade francesa que busca sempre uma qualidade do alimento.

O Estado Francês passa a ter uma função importante dentro da formação dessa cultura gastronômica, pois procura através de novos processos burocráticos ao legislar na *Appellation d’Origine Controlle* (AOC), ou na construção do Inventário do Patrimônio Culinário da França, ou na busca pelo reconhecimento do patrimônio imaterial da humanidade, valorizar e defender a tradição cultural gastronômica francesa, o que nas palavras de Montanari seria a inovação bem sucedida.

Como Montanari nos fala, a identidade foi se modificando e se adaptando ao longo do tempo também. Um exemplo foi a influência japonesa no movimento da *Nouvelle Cuisine*, trouxe novas técnicas se adaptando com novas situações que são determinadas pelo contato com outras culturas, os alimentos assim passaram a ser cozidos com menor tempo e tendo uma valorização estética da comida. Ou então, as modificações por meio dos guias gastronômicos, seja o Michelin ou o *Gault-Millau*.

No documento levado a UNESCO, eles defendem a mistura de culturas na França com uma pluralidade regional que é compartilhada em uma refeição gastronômica, reforçando assim a ideia de identidade discutida por Montanari.

Considerações finais

Ao se realizar essa breve análise podemos dizer que “a gastronomia aparece como um dispositivo central da dinâmica social francesa que, além dos jogos de diferenciação, participa da construção da identidade nacional” (POULAIN, 2008,

p.240). E ainda que essa internalização dessa identidade cultural gastronômica não está restrita a cozinha ou o simples comer:

“ela constitui um ‘patrimônio’ reivindicado com algum orgulho por todos os que participam da cultura francesa, quaisquer que sejam suas posições sociais. A gastronomia apresenta-se como ‘fato social’ de primeira importância para compreender a originalidade da sociedade francesa e de sua organização” (POULAIN, 2008, p.223)

Esse trabalho então buscou trazer questões que poderão ajudar a compreender outros tipos de identidades culturais gastronômicas e contribuir para a ampliação do debate sobre a conceitualização da identidade cultural gastronômica atualmente.

Referências bibliográficas

BRAUNE, R.; FRANCO, S.; **O Que é Gastronomia?** São Paulo: 1ª edição eBook. Ed. Brasiliense, 2017.

BUENO, M. L. **Da Gastronomia Francesa à Gastronomia Global** – hibridismo e identidades inventadas. In: Caderna CRH, Salvador, v.29, n.78, p.443-462, set./dez. 2016.

CSERGO, J. O Patrimônio Gastronômico da França: Como Pensar um Monumento, do Artefato ao Mentefato. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 54, p. 13-17, Ed. UFPR, jan./jun. 2011.

DOMINE, A.; SUTCLIFFE, S. Lyon Rhône-Alpes. In: DOMINE, A. (org) **Especialidades Francesas**. Ed. Konemann, 2001.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007.

PITTE, J. Nascimento e expansão dos restaurantes. IN: FLANDRIN, J. e MONTANARI (ORG.). **História da Alimentação**. São Paulo: Estação da Liberdade, 1998.

RÉGNIER, F.; LHUISSE, A.; GOJARD, S. **Sociologie de l’Alimentation**, Ed. La Découverte, Paris, 2006.

SANTOS, J. I. **Vinhos – o essencial** . São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2014.

SAVARIN, B. **A Fisiologia do Gosto**. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 1995.

STEINBERGUER, M. **Adeus aos Escargot**: ascensão e queda da culinária francesa. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2010.

SUTCLIFFE, S. Paris île-de-France. In: DOMINE, A. (org) **Especialidades Francesas**. Ed. Konemann, 2001.

UNESCO. **Convention pour la sauvegarde du patrimoine culturel immatériel**. Comité intergouvernemental de sauvegarde du patrimoine culturel immatériel dossier de candidature N° 00437 Cinquième session Nairobi, Kenya novembre 2010.

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PPGCS e XVIII SEMANA DE CIÊNCIAS
SOCIAIS

GT 4 Estudos na e da cidade: reflexões sobre as dinâmicas socioculturais urbanas, suas
continuidades e transformações

O *QUEER* PÓS-COLONIAL E A QUESTÃO DO LUGAR DE FALA

Tailon Aparecido Gomes Garcia⁴

RESUMO

O trabalho tem como objetivo central entender a teoria *queer* no contexto pós-colonial, focando na noção de lugar de fala. Buscará compreender como a academia brasileira caminhou para a produção de teorias queer pós-coloniais e como os movimentos LGBTI se organizam para ocupação de seus lugares. Vivemos hoje um contexto que se busca desconstruir discursos únicos, regras totalitárias, noções que unificam povos e culturas, além de estarmos em constante debate e em constante alerta para os perigos de histórias únicas. É assim que emergem os chamados estudos pós-coloniais, para que possam se romper com as ideias de um único caminho. É neste espaço que se abre possibilidade e caminho para os estudos *queer*, que oferecem uma torção desse olhar para o social e revelando-se como uma maquinaria que também mostra seu potencial em construir forma subjetivas de opressão, ajudado assim a conferir uma espessura política aos comportamentos sociais.

Palavras chaves: Queer, pós-colonial; lugar de fala

⁴ Graduado em Ciências Sociais e Mestrando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia.

Introdução

Vivemos hoje um contexto em que se busca desconstruir discursos únicos, regras totalitárias, noções que unificam povos e culturas, além de estarmos em constante debate e em constante alerta para os perigos de histórias únicas. É assim que emergem os chamados estudos pós-coloniais, para que se possa romper com a ideia de um único caminho.

Trata-se de uma temática com relevância acadêmica e social, no sentido de se buscar a construção de uma análise com base em dados fora do eixo tradicional de pesquisa marcado pelo eurocentrismo.

Entender como a academia brasileira se movimentou para a construção de um pensamento que quebrasse os tradicionais paradigmas, e como os movimentos LGBTs se organizam, de que lugar falam, como emitem suas questões pode trazer importantes ganhos epistemológicos para a ciências sociais em seu sentido geral.

Os estudos que envolvem identidades de gênero e orientação sexual vem ganhando espaço na academia e na política internacional, muitas vezes atrelados à abordagens, discursos e lutas históricas em prol dos direitos humanos. Cabe destacar que esta temática emerge nos debates internacionais de direitos humanos principalmente nos anos 80 e 90, vinculado a epidemia de HIV, quando a doença estava duramente associada aos homens homossexuais. (ARCÂNGELO, 2018)

Arcângelo (2018) indica que desde os anos 90 as questões envolvendo LTGBI vem sendo tratadas dentro da Organização das Nações Unidas, o que contribuiu para esta temática fosse discutida em nível internacional.

Pode-se tomar como um importante marco teórico dos Estudos de Gênero as reflexões feitas por Scott (1995), que possui uma originalidade e um grande impacto ao realizar a ruptura com a dualidade de sexo e gênero, influenciando os estudiosos além das fronteiras norte-americanas, criticando aquilo que chama de usos descritivos do gênero, ou seja, direcionamentos para as questões que envolvem homens e mulheres, sem avançar nas torções que essas relações produzem.

Neste caminho, alerta para o uso do termo gênero em um sentido meramente classificatório, sem dissociá-lo desses limites, realizando assim uma verdadeira ruptura epistemológica do conceito de gênero, alertando que o uso do gênero enfatiza todo um

sistema de relações, que pode incluir o sexo, mas não é determinado pelo sexo e nem determina diretamente a sexualidade.

Scott (1995) então é clara ao apontar que o sexo refere-se às diferenças biológicas entre homens e mulheres e o gênero emerge como uma categoria fluida, que se refere aos papéis sociais atribuídos ao sexo, assim, sendo o sexo predominantemente biológico, mas o gênero, por sua vez uma categoria de ideias e ideais de masculinidade e ou feminilidade que podem diferir em sociedades distintas e em momentos distintos da história.

Dentre os estudos que marcam a *Teoria Queer*, Judith Butler (2003), traz uma valiosa contribuição, apresentando o conceito de performatividade, que é um coletivo de ações e símbolos externos dos corpos individuais que representa as identificações de gênero e sexualidade, argumentando que assim como o gênero e a sexualidade, essa performatividade também é socialmente construída e não obedece padrões biológicos determinados por órgãos sexuais.

Na perspectiva de Arcangêlo (2018) deve-se diferenciar Estudos *Queer* de Teoria *Queer*, no sentido que o primeiro diz sobre produções que tomam a sexualidade como objeto de sua análise, enquanto o segundo é uma das vertentes teórica que reflete sobre gênero e sexualidade.

De forma que,

Se refletir enquanto verbo, a palavra *queer* nos traz o sentido questionador de estranhar aquilo que foi dado, aquilo que de alguma forma se consolidou enquanto norma, enquanto práxis padrão. A Teoria *Queer* não é só *queer* por tratar daqueles não correspondentes à normalidade sexual e de gênero, mas é também o *queer* enquanto verbo, enquanto proposta epistemológica e vem para questionar os modelos vigentes de ciência. (ARCANGÊLO, p. 24, 2018)

Saberes Insurgentes

Desta forma, cabe aqui fazer um breve apontamento sobre os estudos ditos pós-coloniais, Gaytri Spivak (2010) traz à tona um discurso muitas vezes controverso, porém necessário, que é o de se questionar se os subalternos podem falar.

Um dos objetivos de Spivak é rediscutir as implicações da representação daquilo que é denominado terceiro mundo, com base no discurso do ocidente, ela possui uma

postura firme, e defende fervorosamente a sua responsabilidade e a de outros intelectuais de combater a subalternidade, de mecanismos de articulação, para que estes possam se articular e serem ouvidos.

Ela então define subalterno como,

às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante. [...] a mulher subalterna encontra-se em uma posição ainda mais periférica pelos problemas subjacentes às questões de gênero. (SPIVAK, p. 12-15, 2010)

No decorrer de seu trabalho Spivak ao realizar o debate com outros autores, traz à tona Michael Foucault e Gilles Deleuze, aos quais ela faz uma dura crítica por conta de se distanciarem das questões ideológicas e suas implicações na história. Também chama ao debate Jacques Derrida, o qual ela aponta que teve uma postura mais ampla e crítica nos assuntos políticos e suas críticas de se apropriar de discursos de terceiros.

É neste caminho que ela então apresenta uma crítica à então chamada violência epistêmica, cuja opção de neutralização de subalternos consiste em inviabilizá-los de qualquer possibilidade de representação e assim deixá-los silenciados e inscritos em uma posição secundária.

Ao tratar da violência epistêmica ela faz uma crítica aos intelectuais, que desconsideram a divisão internacional do trabalho, que ignoram as relações de trabalho, as relações que poder que condicionam a inferioridade dos sujeitos não ocidentais. Atuando assim, estes teóricos exercem uma estratégia de domínio, denunciando assim as manutenções de desigualdades, tirando as vozes dos outros e impedindo-os de falar.

Spivak (2010) aponta que isso acontece, pois, os teóricos falam do lugar em que se encontram, e a teoria pós-colonial pretende analisar as relações de poder com base nas margens e na periferia, onde as desigualdades são mais amplas e visíveis.

Essa teorização é exemplificada por meio da análise direta da mulher, focando-se nas pobres e negras, que carregam todos os requisitos para a condição de subalternidade, que são: pobreza, o gênero, a cor, que colocam esta mulher em um lugar demarcado ideologicamente, que foi reservado para si, um lugar fora do círculo, porém, cabe destacar, que apesar desta profunda análise, ela não indica quais são os caminhos para que os subalternos possam ter voz. (SPIVAK, 2010)

No caminho da análise, recorreremos então a Ramón Grosfoguel (2008), que apresenta um profundo debate que se fundamenta na libertação latino-americana, das perspectivas de colonialidade de poder. O porto-riquenho, tem como base uma série de questionamentos para que se possa superar as noções colonialistas, como o seguinte: “será que podemos criar conhecimentos que vão além dos fundamentalismos terceiro-mundistas e eurocêntricos?”

Neste contexto, a proposta de Grosfoguel (2008) é uma perspectiva epistêmica baseada no lado subalterno da diferença colonial, uma perspectiva crítica que será útil para superar dicotomias delineadas e para o rearranjo do capitalismo enquanto um sistema universal. Nesse caminho, os estudos subalternos são caracterizados como

Esta não é uma crítica anti-europeia fundamentalista e essencialista. Trata-se de uma perspectiva que é crítica em relação ao nacionalismo, ao colonialismo e aos fundamentalismos, quer eurocêntricos, quer do Terceiro Mundo. O pensamento de fronteira [...] é, precisamente, uma resposta crítica aos fundamentalismos, sejam eles hegemônicos ou marginais. (GROSFOGUEL, 2008, p. 117)

É neste espaço que a perspectiva epistêmica que saia de lugares subalternos pode contribuir para uma teoria crítica descolonial radical, que tem como objetivo de extrapolar as formas tradicionais da economia política. O caminho então a ser assumido é o reconhecimento e discussão das perspectivas dos debates étnico-raciais e feministas, estas que questionam os padrões europeus do sistema social dominante, de forma que ninguém está isento destes padrões.

Assim, Grosfoguel chega naquilo que ele chama de “*lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala*”, dando o significado que sempre falamos de um determinado lugar, que se encontra dentro das estruturas de poder e nossos conhecimentos são sempre situados, sendo assim essencial compreender o lugar geopolítico e o corpo-político do qual o sujeito fala.

Neste contexto,

O fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que se pense epistemicamente a partir de um lugar epistêmico subalterno. Justamente, o êxito do sistema-mundo colonial/moderno reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes. As perspectivas subalternas são uma forma de conhecimento que, vindo de baixo, originam uma perspectiva crítica

do conhecimento hegemônico nas relações de poder envolvidas.
(GROSFOGUEL, 2008, p. 119)

É reconhecido pelo autor que nenhuma das culturas mundiais permaneceram livres da modernidade europeia, assim, ele traz como exemplos a expansão do Cristianismo, as missões civilizadoras, projetos desenvolvimentistas, intervenções em defesa da democracia e direitos humanos, o que culminou com a emergência de pensamentos nacionalistas e fundamentalistas.

Assim, Grosfoguel (2009) abre espaço para o então pensamento crítico de fronteira, que seria uma resposta epistemológica dos subalternos aos projetos eurocêntricos de modernidade, essas epistemologias de fronteira buscam a retórica emancipatória do subalterno, e estão localizadas no lado dos oprimidos e explorados da diferença colonial, assim, esse pensamento de fronteira é uma resposta descolonial para a modernidade eurocêntrica.

Desta forma, conseguimos observar o esforço intelectual de se romper com as análises conforme apresentou-se no começo tomando como base apenas um referencial de história e buscando então dar vozes aos subalternos.

Assim, observamos também no Brasil movimentações intelectuais neste sentido, com o despertar do nome de Djamila Ribeiro, questionando o que é o lugar de fala. A filósofa feminista, parte das diferenças dentro dos movimentos sociais, deixando claro que essa heterogeneidade é extremamente importante, de forma que as pessoas não precisam engajar-se em uma única luta, mas sim interligar as lutas, usar essas diferenças para se pensar em um projeto amplo e não como fator de separação.

Neste caminho então Djamila Ribeiro propõe os questionamentos de quem tem direito a voz em uma sociedade regida pelas normas heterossexuais e brancas, de forma a romper com padrões e ressaltando a importância da multiplicidade de vozes nos discursos.

Assim, passar por questões do feminismo negro, das diferenças de discursos dentro do feminismo, desigualdade social, machismo, opressão de gênero, conceitos esses fundamentais para chega-se ao conceito do lugar de fala, de forma que

Dentro desse projeto de colonização, quem foram os sujeitos autorizados a falar? O medo imposto por aqueles que construíram as máscaras serve para impor limites aos que foram silenciados? Falar, muitas vezes implica em receber castigos e represálias, justamente por isso, muitas vezes, prefere-se concordar com o discurso hegemônico como modo de sobrevivência? E se falarmos, podemos falar sobre

tudo ou somente sobre o que nos é permitido falar? Numa sociedade supremacista branca e patriarcal, mulheres brancas, mulheres negras, homens negros, pessoas transexuais, lésbicas, gays podem falar do mesmo modo que homens brancos cis heterossexuais? Existe o mesmo espaço de legitimidade? Quando existe algum espaço para falar, por exemplo, para uma travesti negra, é permitido que ela fale sobre Economia, Astrofísica, ou só é permitido que ela fale sobre temas referentes ao fato de ser uma travesti negra? Saberes construídos fora do espaço acadêmico são considerados saberes? (RIBEIRO, 2017, p. 77)

Assim, unindo essa série de influências acadêmicas Ribeiro (2017) nos brinda com uma definição de lugar de fala como a possibilidade de pensar quem pode falar em uma sociedade patriarcal, racista, na qual o discurso legitimado é dos homens brancos heterossexuais. Como essas “outras” vozes são consideradas, outras no contexto de não serem não a norma e esse regime que vivemos impede que esses “outros” façam parte desse regime e tenham mesmo direito a voz.

Assim, o lugar de fala não deve ser confundido com representatividade, ele deve ser compreendido como a capacidade de todos falarem, porém, dentro de sua ação e de sua perspectiva.

Desta forma, recorremos ao exemplo usado pela própria Ribeiro (2017) de que uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse mesmo homem pode teorizar sobre a realidade travesti a partir do lugar que ele ocupa, cada um falando de sua localização social, todos são responsáveis por se fazer o debate.

Assim, fica claro que falar a partir dos lugares que ocupamos significa romper com a lógica de que somente os subalternos falem de suas realidades, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer pensem, Ribeiro (2017) então conclui que é preciso que cada vez mais homens brancos cis estudem sua branquitude, sua cisgeneridade e sua masculinidade.

Os estudos Queer insurgentes

A estratégia usada pelos ativistas e intelectuais para nomear um campo do saber como teoria *queer* partiu da apropriação de um xingamento, um insulto dirigido a gays, lésbicas e transgêneros.

Pelúcio (2012) é enfática ao apontar que por décadas conhecemos apenas uma teoria potente de transformação social que foi o marxismo, que possuía uma leitura

aguda sobre as desigualdades de classes e sobre a maquinaria de exploração que o sistema capitalista produziu e que denunciava as formas objetivas de opressão.

É neste espaço que se abre possibilidade e o caminho para os estudos *queer*, que conforme Pelúcio (2012) oferece uma torção desse olhar, revelando uma maquinaria que também mostra seu potencial em construir formas subjetivas de opressão, ajudado assim a conferir uma espessura política aos comportamentos sociais.

Os estudos *queer* ganharam espaço no Brasil por meio da academia, diferente dos Estados Unidos por exemplo, que foram como influência dos movimentos sociais. Pelúcio (2014) então analisa que o primeiro momento da teoria no Brasil foi de se buscar e aplicar as teorias que eram encontradas e não as pensar e produzir nosso próprio conhecimento, postura essa que vem sendo alterada nos últimos anos, porém, ressalta que ainda se dá mais atenção a produção vinda da Europa ou Estados Unidos, do que nações com condições próximas a nossa.

É necessário então que estejamos em alerta constante, pois

é preciso ter cuidado para não reforçar dicotomias perigosas como aquelas que separam filiações teóricas de posições políticas. O pensamento *queer* foi desde seu início acadêmico em terras brasileiras eminentemente uma teoria de combate. Posso dizer que a teoria *queer* é para mim um espaço de luta política, uma arena de embate de ideias que procura enfrentar a naturalização de uma série de opressões. (PELÚCIO, p. 7, 2014)

Guacira Lopes Louro (2001) é muito clara ao definir o *queer* como um caminho contra a normalização, seja de onde for que ela vier, ele é contra o modelo heteronormativo, que questiona não somente as ciências, mas também a vida compreendida como “normal”. Neste caminho, ela questiona as exclusões sociais desconstruindo discursos que estabelecem fronteiras.

Os teóricos *queer* delimitavam um específico objeto de investigação, que era a dinâmica da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais, que pode ser analisado e compreendido conforme

termos teóricos e metodológicos, os estudos *queer* surgiram do encontro entre uma corrente dos Estudos Culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês, o qual problematizou concepções classistas de sujeito, identidade, agência e identificação. Central foi o rompimento com a concepção cartesiana (ou iluminista) do sujeito com base de uma ontologia e de uma epistemologia. Ainda que haja variações entre os diversos autores, é possível afirmar que o sujeito no

pós-estruturalismo é sempre encarado como provisório, circunstancial e cindido. (MISKOLSCI, p. 2, 2009)

Nesta perspectiva Miskolsci (2009) aponta que ao questionar as coerências e estabilidades que os modelos construtivistas nos dão, o *queer* traz um olhar mais afiado para processos sociais normatizadores, que criam classificações e geram a ilusão de sujeitos e identidades sociais estáveis e de comportamentos coerentes e reguladores.

Uma série de estudos marca a Teoria Queer, porém, utiliza-se como delimitação os estudos subalternos ou pós-coloniais, que trazem um amplo e vasto campo de atuação dos movimentos sociais contemporâneos na reconstrução de identidades culturais que foram duramente exploradas e dominadas pela colonização.

No Brasil, de acordo com Miskolsci (2009), a teoria *queer* foi incorporada pela via do campo da educação através dos trabalhos de Guacira Lopes Louro no início dos anos 2000. Nesta perspectiva é apontado que a Teoria *Queer* no Brasil emergiu em caminho oposto ao observado nos Estados Unidos, lá surgiu aliada a movimentos sociais por visibilidade e por problematizações das noções de gênero, enquanto aqui foi primeiramente apropriado pelas universidades.

Considerações Finais

Muito tem de falado da política sexual atualmente como algo novo, porém, está em andamento há bastante tempo, na verdade, como pesquisadoras feministas e pós-coloniais entendem que edifício político moderno como um todo se montou em torno dessas diferenças que estão no centro das nossas discussões, uma discussão que vem de longe, porém somente hoje temos vocabulário para questionar e fazer a crítica.

Esse edifício político moderno foi sustentado sobre a tríade sexo, gênero e raça, esses eixos de diferenciação social eles vêm sendo apontados desde o século 18 quando a filosofia política colocava em xeque concepções de sociedade.

Conforme analisa Miskolsci (2009), o colonialismo ainda marca nossas sociedades por meio da colonialidade do poder – ordem epistemológica que deu ordem à modernidade como um todo e ainda orienta a maneira como lugares e pessoas são hierarquizados, impondo não apenas a dicotomia homem e mulher, mas um caráter de não humanidade, que se valeu também de uma dicotomização do gênero e sexualização

do gênero de pessoas que foram racializadas, processos esses articulados, como forma de delimitação de cidadania são objetos importantes de reflexão.

Nesse caminho, emergem estudos que buscam construir concepções brasileiras ou latino-americanas sobre a teoria *queer*. Pelucio (2012) nos traz uma dessas possibilidades, buscando superar a dicotomia entre centro-periferia respeitando os diferentes gêneros e sexualidades.

Referências

ARCÂNGELO, Elton de Mello. **Do global ao regional: um mapeamento dos Estudos Queer Globais nas Relações Internacionais**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. 2018

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. SANTOS, Boaventura Sousa e MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Edição Almedina S/A, Coimbra, 2009

LOURO, GUACIRA LOPES. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista de Estudos Feministas**, v.9 nº 2, 2001.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil. **Revista Periódicas**. 1ª edição maio-outubro.2014

_____. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea**. V. 2. Nº 2. P. 395-418. Jul-Dez. 2012

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Ed. Letramento, 2017.

MISKOLCI, Richard. Uma Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, junho de 2009.

SPIVAK, Gaytri. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol.20, n.2, jul./dez. 1995, p. 71- 99.

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PPGCS E XVIII SEMANA DE CIÊNCIAS
SOCIAIS

GT 6 Museus, Memórias e Patrimônios Etnográficos

POLÍTICA INDIGENISTA VERSUS POLÍTICA INDÍGENA NO ALDEAMENTO
DE MARIA I – GOIÁS, SÉCULOS XVIII E XIX

Gabriel Zissi Peres Asnis

RESUMO

No decorrer do século XVIII, mais precisamente a partir de 1723, há um intenso combate entre as frentes coloniais que adentravam os “sertões” das minas de Cuiabá e Goiás e as populações indígenas que ali habitavam. De uma forma geral, para ambos os lados, as políticas se concentraram na guerra, baseados em uma prática da estrutura de seus sistemas simbólicos. Tais relações entre os agentes começam a se modificar, em uma estrutura da prática, a partir do surgimento do Diretório Pombalino, em 1750, dando início às políticas dos aldeamentos e, do outro lado, às políticas indígenas de negociações, comércio, entre outros. É neste contexto que no ano de 1781 é construído o aldeamento de Maria I, exclusivo para os grupos denominados “Cayapó”, e que em seu microuniverso apresenta o choque entre as políticas indigenistas instituídas pelos interesses coloniais e as políticas indígenas, que colocam as populações silvícolas como protagonistas primárias nas histórias dos contatos.

Palavras-chave: Aldeamentos; Cayapó Meridional; Diretório Pombalino; Goiás; Maria I.

Para compreendermos melhor o surgimento da política dos aldeamentos, é necessário entender o que ocasionou a mudança na forma de tratamento com relação aos indígenas, que antes eram vistos como um empecilho aos interesses coloniais e que agora se tornariam parte necessária deste.

Essa busca em modificar as relações entre índios e não-índios se deu a partir da década de 1750, quando surge o Diretório pombalino de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, secretário de Estado durante o reinado de D. José I, rei de Portugal. O Diretório, criado no ano de 1755 e já aplicado na região amazônica, instaurou um novo modelo para a política indigenista colonial e passou a valer em 1758 para todo o Brasil, incluindo Goiás, muito em virtude dos insucessos das investidas de guerra contra essas populações durante quase todo o século XVIII, como mostrado no primeiro capítulo. Os principais pontos estabelecidos pelo Diretório eram, de acordo com Anderson Batista de Melo (2008, p. 87) e Marivone Matos Chaim (1983, p. 135-138), a introdução da língua portuguesa em detrimento das línguas nativas e língua geral; escolha de nomes e sobrenomes lusitanos para os “gentios”; proibição da punição a casamentos mistos; organização urbana dos aldeamentos semelhantes ao modelo europeu;⁵ reconhecimento de súdito do rei de Portugal ao “gentio” devidamente cristianizado; persuasão do uso de vestimentas;⁶ incentivo à lavoura e ao comércio; proibição de referir-se aos indígenas utilizando a alcunha de “negro”;⁷ e que postos públicos e honoríficos poderiam ser delegados aos indígenas.

Um de seus principais objetivos era o de povoar o território de Goiás pelos próprios indígenas, transformando-os em vassalos e partes de um projeto de ocupação através de sua redução “pacífica” propiciada pela construção dos aldeamentos. Dessa

⁵ Segundo Luís Augusto Bustamante, “Os aldeamentos indígenas criados pelo Estado colonial não se assemelhavam a núcleos pré-urbanos, mas a *aldeias* no sentido europeu, ou seja, *habitats* rurais concentrados. O termo *aldeia* era usado em Portugal para designar aglomerados camponeses, equivalente ao *villagio* italiano ou à *village* francesa. No Brasil, os colonizadores passaram a designar de *aldeias*, indistintamente, tanto as tabas indígenas, isto é, os aglomerados pré-coloniais, quanto os aldeamentos, núcleos de reclusão indígena compulsório. O rótulo de *aldeia* seria uma forma de caracterizar a inferioridade do aglomerado indígena, associando-o ao *rural*, portanto inferior aos arraiais e vilas: esses teriam caráter *urbano*, mesmo se tratando de aglomerações extremamente modestas” (2015, p. 33)

⁶ “Debaixo do numero á margem, dirijo a V. M. outra Portaria para se comprar o pano de Algodão necessario a cobrir a desnudez dos referidos Indios, para o que mandará fazer para os homens camizas e Bombachas, e para as mulheres camizas e sayas, para no dia 20 do corrente (que determino venhão todas a minha prezença) apparecerem com aquella decencia, e honestidade que devemos principiar a inspirar-lhes” (R.IHGB, TOMO 84, p. 104).

⁷ Sobre o uso do termo “negro” para as populações indígenas, ver John Monteiro, 1994.

maneira, o Diretório estaria inserido em uma moral econômica de Portugal, na qual o indígena tornava-se força de trabalho dos interesses coloniais, além de garantir, mais efetivamente, a ocupação do poder português em terras brasileiras. Segundo Chaim, “Pombal objetivava transformá-los em cidadãos ativos na tarefa de povoamento, através da sua integração na comunidade” (1983, p. 76).

Isso porque, com a queda do número das auríferas de ouro e a consequente crise em que entrava a Capitania de Goiás,⁸ outros meios de mantê-la economicamente ativa tiveram que ser aplicados, entre eles, a agropecuária, daí a necessidade de mais mão-de-obra, já que se tornava difícil a importação de escravos africanos em virtude desta crise. “Os povos indígenas não eram, para esse novo espírito, um entrevero que deveria ser eliminado ou expulso das áreas de interesse econômico e territorial, da metrópole. Os índios eram agora parte imprescindível das necessidades do engenho colonizador” (BATISTA DE MELO, 2008, p. 96).

É nesse contexto que, a partir de 1750, os reformadores pombalinos começam a enviar diretores para as aldeias a fim de incentivar os indígenas a praticar a agricultura, a coleta de frutos e o comércio nas cidades. Entretanto, em virtude da resistência ao trabalho forçado, as contínuas fugas e ataques aos colonos, o Diretório não obteve sucesso em Goiás até a década de 1770 durante o governo de José de Vasconcelos Soveral Carvalho, o futuro barão de Mossâmedes, e os governadores, nesse período (1758-1770), continuaram autorizando a organização de expedições para se fazer guerra aos “gentios que infestavam a capitania”, como foi mostrado no final do primeiro capítulo sobre as cartas e ofícios que pediam que se promovessem guerra ofensiva, mesmo sendo proibida. “Mas a guerra não resolvia um dos principais objetivos do Diretório, que era transformar os índios em agricultores sedentários” (KARASCH, 1992, p. 398).

⁸ Segundo Ossami de Moura, (2006, p. 33) em 1755, a mineração em Goiás começa a entrar em fase de decadência, agravando-se a partir de 1780. Em carta datada de 29 de dezembro de 1784, o então governador Tristão da Cunha Menezes diz: “A abundancia d’ouro que nos principios desta Capitania appareceu pelas partes do Norte; as esperanças de novos descobertos; a commodidade de poderem os moradores daquellas partes fundir as suas respectivas parcellas, sem passar pelo incommodo de o hir fazer quazi cem legoas desta Capitania por caminhos naquelle tempo infestados, forão os motivos de se erigir e estabelecer no Arrayal de São Felix huma casa de Fundição: Porem a falta geral que hoje se experimenta dos mesmos descobertos e as poucas forças que ha para extrahir das partes ja conhecidas o pouco ouro que ellas offerecem, tem dalguma forma tornado inutil e effeito desnecessario esta sabia e então bem acertada providencia” (R.IHGB, TOMO 84, p. 164). O naturalista Johann Emanuel Pohl, faz um pequeno resumo em sua obra “Viagem no interior do Brasil” (1951, p. 341), mostrando a decadência das lavras de ouro e o declínio da extração na capitania de Goiás dos anos 1788 até 1819, evidenciando a crise que Goiás estava enfrentando.

Essa nova política que entraria em vigor no Brasil e mais especificadamente na capitania de Goiás, era contrária ao trabalho realizado pelos Jesuítas, por considerar que a Companhia de Jesus não tinha como interesse a integração da população indígena no processo de colonização e, sim, “a propagação da fé e defesa dos interesses da Igreja ou das respectivas ordens religiosas” (CHAIM, 1983, p. 67), frustrando os interesses da Coroa, que pretendia utilizar as populações indígenas como povoadoras para fins econômicos e não religiosos. Dessa forma, de acordo com Chaim (1983), Pombal, contrário aos jesuítas, que defendiam o índio como segregado, objetivava integrá-los na comunidade, transformando-os em sujeitos ativos na tarefa de povoamento, como queria a Metrópole, ocasionando uma mudança na política indigenista durante o reinado de Dom José I, tornando os indígenas mão-de-obra agrícola. Mas para alcançar tais objetivos, deveria haver um convívio pacífico com os colonizadores, dado através da catequese e dos aldeamentos visto que, de acordo com Chaim, “até o início da política pombalina para o Brasil (1750), em Goiás como no restante do país, o relacionamento entre o colonizador e o índio pautou-se pelas hostilidades mútuas, face às quais as leis tornavam-se sem efeito” (1983, p. 75).

Assim sendo, a responsabilidade administrativa dos aldeados, que antes pertencia aos jesuítas, passa para as mãos dos diretores e estes seriam escolhidos pelo capitão-geral da capitania.

O aporte legal pombalino proibiu o trabalho compulsório indígena e retirava da Companhia de Jesus o controle dos aldeamentos, passando-o aos diretores funcionários do Estado. Os aldeamentos eram povoações que, desde o século XVI eram formados para concentrar, por motivos variados, as populações indígenas. Agora, seriam utilizados como instrumentos governativos. (BATISTA DE MELO, 2008, p. 86)

À essas mudanças na organização dos aldeamentos correspondiam igualmente mudanças nas relações com os povos indígenas, pois se antes do Diretório o objetivo principal era concentrar diferentes grupos indígenas em um mesmo local para a realização da cristianização e “civilização” dos mesmos pelos jesuítas, responsáveis pela construção dos primeiros aldeamentos; após o Diretório, e particularmente em Goiás, sua finalidade foi a de

desocupar as terras indígenas para a expansão mineral e das atividades agropastoris; a sedentarização, cristianização e civilização dos

indígenas para uma melhor integração à sociedade colonial; e a implantação de núcleos populacionais, visando a sua transformação em centros urbanos. (OSSAMI DE MOURA, 2006, p. 32)

De acordo com Karasch (1992), a política indigenista em Goiás tinha a pretensão de livrar a capitania dos índios não assimilados e concomitantemente trazê-los para debaixo da autoridade da Igreja e do Estado como leais vassalos da monarquia portuguesa. Mas enquanto as autoridades lusitanas buscavam a cristianização e a civilização indígena para convencê-los a aceitar o aldeamento, as milícias, as bandeiras e os colonos armados procuravam “desinfestar” a capitania, escravizando as mulheres e os filhos.⁹ Dessa forma, como aponta a autora, quaisquer que fossem as diretrizes de Lisboa, a busca de riquezas minerais, fazendas e escravos indígenas, orientava a política indigenista, causando uma violenta resistência ou fuga¹⁰ dos atacados e escravizados.

Isso mostra que este meio de “pacificação” não promoveu, como aponta Batista de Melo, “uma normalidade e tranquilidade antes inexistentes” (2008, p. 97), segundo Lourenço,

a aplicação das medidas do *Diretório* não fez amenizar, mas sim piorar a situação dos índios dos aldeamentos. Os homens nomeados como diretores estavam, em sua maioria, ligados aos interesses dos fazendeiros locais e não às intenções da Coroa. Sem o controle e a ação moderadora dos jesuítas, viam-se desimpedidos para a prática sistemática da escravidão indígena. A permissão de que brancos se estabelecessem em terras indígenas incentivou a violência e a expulsão de índios em áreas sob jurisdição dos aldeamentos. As rebeliões indígenas ocorridas no período da vigência do *Diretório* atestam o nível de maus-tratos a que as populações estavam sendo submetidas. Por exemplo, em 1755, ocorreu uma rebelião acroá-xacriabá nos aldeamentos do Duro e Formiga. Apesar de o governador de Goiás José de Almeida Vasconcelos, Barão de Mossâmedes, ter tentado estabelecer as diretrizes pombalinas para os aldeamentos em 1771, teve de ceder às pressões dos fazendeiros que queriam manter a escravidão indígena, pois a decadência do ouro empobrecia a capitania e tornava difícil a importação de escravos africanos. (2015, p. 32)

Os próprios grupos indígenas assimilados do norte da capitania (possivelmente Xavantes e Akroás) estavam requerendo missionários para os serviços religiosos em

⁹ Claramente o choque entre estruturas da prática e práticas das estruturas.

¹⁰ Ossami de Moura (2006) também aponta que as fugas estariam relacionadas aos termos da dizimação e dos maus-tratos que os indígenas recebiam, porém, essa visão desconsidera os agenciamentos por parte dos próprios indígenas, que como veremos, fugiam não somente pelas ações dos não-índios, mas também por seus próprios interesses.

suas comunidades, além de proteção contra a escravidão que sofriam por parte dos colonos e fazendeiros da região (KARASCH, 1992, p. 398). Isso nos mostra a dupla face da política indigenista em Goiás (a da legislação pombalina e a dos poderes locais), tanto quanto a política (dos) indígena(s) em face da política indigenista, que aprofundaremos no decorrer do capítulo.

Foi no governo do Barão de Mossâmedes¹¹ (1772-1778) que teve início em Goiás o processo de integrar os índios ao sistema pombalino. Ele foi o responsável por colocar o Diretório em prática ao criar o aldeamento de Nova Beira (1775), no norte da capitania, para abrigar os Karajá e Javaé e o aldeamento de São José de Mossâmedes (1775) com o objetivo de servir de modelo aos demais, e que abrigou os Acroá, Xavantes, Krajá, Javaé, “Cayapó”, Carijó, Naudez e Xacriabá.

Com os contínuos ataques principalmente dos “Cayapó” e Xavantes, como mostrado no capítulo anterior, e a situação não resolvida nas fronteiras goianas, no dia primeiro de outubro de 1771, Martinho de Mello e Castro, diplomata e político português responsável por reformar o sistema colonial de Portugal, enviou uma carta para o então governador de Goiás, José de Almeida Vasconcelos (Barão de Mossâmedes), dizendo que os territórios “vazios”¹² da capitania deveriam ser ocupados pelos próprios “nacionais”, ou seja, pelos indígenas,¹³ insistindo que sua civilização era o objetivo mais importante a se fazer naquele momento, aconselhando as autoridades a ganhar a confiança dos índios por meios de suavidade e brandura, “fazendo-lhes presentes para os atrair, dando-lhes os gêneros que mais os agradavam em troca dos que traziam do sertão e deixando-os voltar para as suas habitações sossegados, seguros e contentes, até virem por suas livres vontades” (CHAIM, 1983, p. 399).

Em virtude das Instruções recebidas para agir com suavidade e brandura, pode-se imaginar que o barão de Mossâmedes foi o administrador que melhor geriu o sistema de aldeamentos de acordo com o Diretório Pombalino, tendo como meta a pacificação dos indígenas através da persuasão. Entretanto, como aponta Cancelier Dias (2017, p.

¹¹ Segundo Cancelier Dias (2017, p. 40), quando o governo de José de Vasconcelos chegou ao fim em 1778, este entrou com um pedido para receber o privilégio de mercês e o título de Barão de Mossâmedes, recebendo-os em Carta Régia assinada pelo Visconde de Villa Nova da Cerveira em 31 de julho de 1779. “Os argumentos apresentados pelo Visconde em prol do pedido de Mossâmedes eram embasados na sua trajetória militar, política e administrativa, como governador da capitania de Goiás”.

¹² Entendido como ausente da presença portuguesa.

¹³ Esses espaços já eram ocupados pelos índios, porém, eram aqueles considerados bárbaros e selvagens. A ocupação deveria ser realizada por aqueles que já estivessem sido cristianizados e “civilizados”.

42), durante seu governo houve a destruição de uma aldeia “Cayapó” e uma Xacriabá, ocasionando centenas de mortos e prisioneiros. Seu mais importante projeto, o aldeamento de São José de Mossâmedes, chegou a abrigar mais de 8000 habitantes, dando início à época dos aldeamentos em Goiás a partir dos princípios estabelecidos pelo Marquês de Pombal. E a partir desse momento, no final do século XVIII, as mudanças na política indigenista em Goiás parecem coincidir com mudanças na política dos indígenas.

O Aldeamento de Maria I

Em 1780 é formada uma bandeira com 26 índios Bororo, 12 soldados Pedestres¹⁴, 12 índios Acroá e provavelmente 3 intérpretes ou línguas da própria nação “Cayapó” – a mando do então governador Luís da Cunha Menezes e comandada por um soldado Pedestre da Capitania, de nome José Luís Pereira (CHAIM, 1983, p. 124; SAINT-HILAIRE, 1975, p. 63; R.IHGB, TOMO 84, p. 135), o qual já havia tomado parte em várias expedições contra os índios e agora se encarregava de subjugar os “Cayapó” (tidos até então como “indomáveis”), sob a proteção do Capitão-geral – com o intuito de cercar uma aldeia “Cayapó” e persuadi-los a aceitar o aldeamento. “Essa tentativa de atrair os Kayapó do sul para um aldeamento era visto pelo governador de Goiás, como uma maneira eficiente de cessar as hostilidades entre índios e não-índios e expandir o controle da capitania” (MORI, 2015, p. 123).

Partiram no dia 15 de março de 1780 (R.IHGB, TOMO 84, p. 139), embrenhando-se em território indígena. Após vários meses percorrendo os “sertões” da capitania e aproximando-se com sinais de amizade com todos os “Cayapó” que encontravam, graças a ajuda dos três línguas foi se estabelecendo um contato entre os sertanistas e os indígenas, sendo estes, tratados com bondade e presenteados a fim de convencê-los a acompanhar a bandeira até Vila Boa para conhecer o governador Luís da Cunha Menezes. Persuadidos, no dia 21 de setembro do mesmo ano, tendo-se passado 6 meses e 6 dias desde que a expedição saiu, um grupo de cerca de quarenta pessoas,

¹⁴ “Nos principios da Capitania as necessidades d’ella obrigarão os Governadores a levantar quarenta mestiços comandados por dois Alferes a cujo corpo denominarão pela sua instituição tropa de Pedestres; variarão-se as obrigações e exercicio destes soldados em dezenfestar os caminhos e guardar as vezinhanças da Villa e Arrayaes dos frequentes insultos do Gentio, [...]” (R.IHGB, TOMO 84, p. 161-162).

composto por um velho cacique, seis guerreiros, mulheres e crianças, adentraram, junto ao soldado Luís e toda sua tropa, na capital da capitania de Goiás. A recepção foi calorosa e realizada na casa do governador com a maior pompa possível de acordo com o próprio Luís da Cunha Menezes (R.IHGB, TOMO 84, p. 139). Uma grande festa foi organizada; tiros de canhão foram disparados; a artilharia e mosquetaria se apresentaram; e na Igreja Matriz foi realizada uma missa na qual foi cantada *Te Deum*. Além disso, de acordo com a documentação, uma senhora “Cayapó” que havia saído doente da sua aldeia e estava prestes a morrer, foi batizada e sepultada na Igreja Matriz.¹⁵

Após a grande recepção, os “Cayapó” permaneceram na capital e no aldeamento de São José de Mossâmedes por aproximadamente 25 dias. Depois foram mandados de volta para suas aldeias carregando presentes a fim de atrair suas nações, demonstrando o sucesso que a amizade com Sua Majestade poderia proporcionar. Foi então que no dia 16 de outubro de 1780 saíram da capital todos os “Cayapó”. No dia 10 de maio de 1781, 237 índios “Cayapó” de ambos os sexos e diferentes idades entram em Vila Boa liderados por dois caciques, recebendo uma recepção semelhante à dos primeiros. Em junho do mesmo ano, 113 crianças foram batizadas por meio da graça do Reverendo Parocho da Igreja Matriz e mais 6 que haviam nascido na capital. Com este contingente de grupos pertencentes aos Jê meridionais adentrando a capitania, o governador mandou construir para todos eles, a 11¹⁶ léguas de Vila Boa (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 63), um aldeamento que recebeu o nome de Maria I, em homenagem a rainha de Portugal D. Maria I.¹⁷ Logo em seguida de sua construção, “cerca de 600 índios Kayapó foram abrigados na aldeia Maria I, deixando de constituir perigo às caravanas que transitavam pela estrada de São Paulo” (CHAIM, 1983, p. 124). Tal informação não condiz com a documentação histórica pois pesquisas mostram que os ataques continuaram pelos próprios índios aldeados em Maria I. Chaim, ao mencionar que os “Cayapó” deixaram

¹⁵ A pergunta que nos fica é a de qual teria sido o motivo para uma senhora “Cayapó”, prestes a morrer, aceitar o batismo? O real motivo nunca saberemos, mas, através de uma passagem sobre as técnicas que os missionários utilizavam para a catequização dos Tupinambás, Eduardo Viveiros de Castro diz que, “aos pedidos de cura e longa vida, respondiam com o batismo e a pregação da vida eterna” (1992, p. 34), ou seja, trazendo para a ótica deste trabalho, talvez tenha acontecido que, diante da morte, a doente “Cayapó” tenha pedido pela cura e, em um movimento de interesses, em vez de ser tratada com medicamentos, foi-lhe oferecido o batismo, com a promessa da vida eterna.

¹⁶ Raymundo José da Cunha Mattos diz que Maria I se encontrava a 13 léguas a sudoeste de Vila Boa, na margem esquerda do ribeirão da Fartura, pouco distante da serra Dourada (1979, p. 42).

¹⁷ “Aldeia Maria a Primeira, por ser a primeira que se conseguiu estabelecer-se da referida Nação Cayapó como a V. Ex.^a já comuniquéi em carta de 20 de Julho deste prezente anno” (R.IHGB, TOMO 84, p. 145).

de constituir perigo às caravanas a partir do momento em que foram aldeados, acaba interpretando a história desses grupos como linha reta: da guerra à paz. Mas, efetivamente não é isso que aconteceu, e assim como mostra a documentação histórica, o objetivo principal desta pesquisa é propor uma história descentrada, de caminhos múltiplos e diversas possibilidades não excludentes.

O ponto mais importante sobre a construção deste aldeamento está na passagem descrita por Luís da Cunha Menezes no que se refere a escolha do local:

os mandei aldear no sitio que elles mesmos escolherão distante desta Capital para a parte do Sul 11 legoas, na margem do rio chamado dos Índios abundantissimo de peixe, que é huma das adições não pequena para ajuda da subsistência, de estabelecimentos semelhantes. (R.IHGB, TOMO 84, p. 141)

Esta decisão tomada pelos próprios indígenas mostra que, mesmo concordando em serem aldeados e assentindo em viver sob certas condições impostas pelos não-indígenas, os “Cayapó” criaram mecanismos que permitiram a eles expressar seus anseios (MORI, 2015, p. 125), colocando-os no patamar de protagonistas históricos, afinal, negociavam, de alguma maneira, sua participação no projeto dos aldeamentos, possibilitando a permanência de algumas formas ou traços culturais indígenas. Segundo Giralдин,

deve ter havido algum tipo de negociação entre o governador e as lideranças Cayapó, pois foram eles que escolheram o local para o novo aldeamento: ficava nas margens do riacho chamado Fartura, próximo dos rios Claro e Pilões. Com isso, poderiam permanecer em uma região com as mesmas características ambientais das áreas de suas aldeias. (1994, p. 99)

Segundo Luís da Cunha Menezes, o local escolhido atendia aos interesses da capitania, pois estaria próxima da fazenda de gado estabelecida para o aldeamento de São José de Mossâmedes, distante 8 léguas, além de ficar a uma distância que viabilizaria, com bastante facilidade, a ida do governador para cuidar de seu adiantamento, o que seria dificultado caso fosse mais longe.

Tal agenciamento indígena mostra que esses grupos estavam inseridos nos jogos de interesses, pois desde o início souberam negociar e, por isso, não foram apenas obrigados a aceitar o que vinha de fora. Passados meio século desde os primeiros contatos, as experiências de seus agenciamentos, de seus sucessos e fracassos

ilustravam, a exemplo do que consideram Deleuze & Guatarri, que o agenciamento desses grupos foi “precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões” (2011, p. 24). Ao colocarem-se em face a diferentes alteridades e terem experimentado diferentes estratégias de contato, as dimensões dos seus agenciamentos aumentaram, as diferenças culturais em diálogo e a natureza dos processos históricos modificaram à medida do aumento de suas conexões, interações e intersecções com diferentes outros. Nesse jogo, sistemas práticos e simbólicos foram ressignificados, a prática da estrutura se modificou no choque com a estrutura da prática, mas, em um caso como noutro, os indígenas permaneceram protagonistas, colocaram em ação suas vontades, seus desejos e seus interesses; tanto o é que o regimento interno do aldeamento permaneceu sendo feito pelos caciques (OLIVEIRA, 1861, p. 514).

Interpreta-se assim, que os motivos que levaram os “Cayapó” a escolherem este local para a construção do aldeamento de Maria I estariam relacionados, como nos mostram os documentos, com a abundância de peixes nos rios próximos, bastante caça, região fértil, características naturais parecidas com a dos locais de suas aldeias de origem, proximidade com o aldeamento de São José de Mossâmedes e consequentemente da fazenda de gado que seria de grande importância para a subsistência no aldeamento, proximidade com a serra Dourada (região que historicamente foi dominada pelos grupos Jê Meridionais), e proximidade com Vila Boa, permitindo que, caso as coisas saíssem do controle, eles estivessem próximos da sede administrativa da capitania para negociarem pessoalmente sua estadia e/ou para realizar um possível ataque se necessário.

De acordo com esses dados a guerra se tornou insustentável para os grupos “Cayapó”, levando-os a negociar o aldeamento. Ainda que eles obviamente tenham participado ativamente desse processo, o que espanta nos documentos é a dimensão da transferência para os aldeamentos. A julgar pelo número de pessoas de diferentes idades, entre homens, mulheres jovens, velhos, crianças e recém-nascidos que vieram inicialmente se aldear em Maria I, é certo que estava havendo um deslocamento de aldeias inteiras. Na tentativa de entender quais os motivos do aldeamento em massa, Giralдин (1994) aponta uma epidemia de varíola. Na que seria uma das maiores responsáveis pela quase extinção de diversos grupos indígenas: “Os portugueses transmitiram doenças venéreas aos Coiapós. Como estes não têm meios de se tratar,

tudo indica que essas doenças irão contribuir para o seu extermínio” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 69); e pelas consequências de uma grande estiagem. Já Karasch (2017, p. 29), ao fazer um levantamento do número de indivíduos que habitavam Maria I apontou que, dos 518 indivíduos enumerados por José Luís Pereira, apenas 112 eram homens adultos em oposição a 151 mulheres adultas e quase a metade restante foi identificada como estando abaixo dos 10 anos. Em virtude destes dados, a autora se questiona dos motivos de haver tantas crianças convivendo com os inimigos tradicionais dos “Cayapó”, aludindo que a justificativa estaria na promessa de presentes e comida feitas por José Luís Pereira; na proteção do governador de Goiás “para salvar as mulheres e crianças do aprisionamento pelas bandeiras que perpetravam incursões escravagistas a partir de São Paulo e Mato Grosso” (KARASCH, 2017, p. 29); e na falta de chuva na região entre 1778-1780; sendo essas duas últimas hipóteses defendidas também por Giralдин (1997, p. 94).

Obviamente que estas suposições fazem sentido e podem ter sido fatores determinantes para a aceitação, por parte dos índios, do aldeamento. Entretanto, apesar de imponderáveis, porque capazes em si de fazer com que aldeias inteiras pudessem se deslocar, seca, varíola, escravização, presentes e proteção são de origem externa; não permitem captar quais signos e interesses internos motivaram os indígenas na negociação do aldeamento e, trazendo para esta nova história que estamos buscando construir, percebe-se a necessidade de demonstrar que esses grupos indígenas tinham autoridade política e social dentro da ordem de mundo em que viviam. A política indigenista não predominou e nem foi a única no processo de transformação dos universos práticos e simbólicos, ela estava em diálogo com a política indígena, que como vimos, possuía suas próprias instâncias. Neste caso, uma possível teoria da história na Antropologia deve se iniciar com o pressuposto de que a transformação da cultura também é um modo de reprodução (SAHLINS, 1990). Interpreta-se assim, que ao aceitar os aldeamentos, os “Cayapó” não estavam somente fugindo daquilo que vinha de fora, mas sim ressignificando o que vinha de dentro. Não eram somente as doenças e a fome, mas também as estratégias do contato. Durante toda a documentação histórica observamos que os aldeamentos foram construídos como forma de apaziguar as populações indígenas, mas e se, ao contrário, a aceitação dos índios em serem aldeados não estaria diretamente relacionada com a pacificação dos não-índios? E se essas populações não estavam agenciando os colonizadores para que interrompessem as

matanças que vinham causando? E se os “Cayapó” levaram várias mulheres e crianças como forma de recomeçarem suas vidas em um ambiente praticamente igual ao de suas aldeias de origem que tantos ataques sofriam? É fato dizer que o “e se” é inexistente na história, mas serve aqui como forma de trazer novos questionamentos com vista a novas respostas para os discursos das “minorias”.

Segundo Marcel Mano (2011), as relações com o mundo exterior “Cayapó” se mantiveram, em certo aspecto. Embora mudassem ou transformassem as modalidades de contato, guerra e paz em si não importavam, senão como meios pelos quais as relações fins estariam presentes na aquisição da cultura material do não-índio. O que acontece é que se antes tais aquisições se davam através de conflitos, logo, da guerra, “agora eles tratavam de consegui-lo por meio de trocas comerciais, embora às vezes bastante desvantajosas” (MANO, 2011, p. 205). De guerreiros a comerciantes (pois negociavam suas formas de inserção nos aldeamentos), a “transformação cultural – migração, diáspora, deslocamento, relocação – torna o processo de tradução cultural uma forma complexa de significação” (BHABHA, 1998, p. 241).

Assim sendo, embora extremamente desvantajosas e arriscadas, as trocas comerciais possibilitavam aos Kayapó o afluxo de bens que antes eles só conseguiam mediante o roubo. Pedir coisas e dar outras, exigir mercadorias para apaziguar os ânimos, tratar relações e vender outros índios por objetos cujo processo de produção os mesmos desconheciam, fez da paz não uma ruptura, mas um prolongamento da guerra. Ou em outros termos, estabelecer a paz foi estratégia de continuar a guerra por outros meios (MANO, 2011, p. 206)

Um exemplo da negociação como forma de aquisição da cultura material do não-índio pode ser dado com um fato ocorrido em 27 de junho de 1783. Devido aos sucessivos ataques que a população do norte da capitania de Goiás vinha sofrendo por parte dos Xavantes, foi organizada uma bandeira composta por 40 soldados da companhia de Pedestres armados e munidos e mais 40 índios da nação “Cayapó” provenientes de Maria I, também armados com seus arcos e flechas. Em troca de se aliarem na luta contra os Xavantes, os “Cayapó” receberam presentes, como pólvora e chumbo, 40 camisas e 40 ceroulas de pano de algodão fabricadas no aldeamento de São José de Mossâmedes pelos índios Carajá e Javaé, com a justificativa de que já não queriam mais andar nus. Para além das possíveis mudanças no imaginário percebe-se a criação de uma rede de relações de prestações de serviço e redes de contatos entre diferentes sujeitos. Os “Cayapó” aldeados, por meio de trocas comerciais, prestavam

serviços para os interesses coloniais, aliando-se aos não-índios na luta contra outros índios, em troca de produtos que estavam sendo produzidos por índios aldeados em São José de Mossâmedes. Não-índios, índios hostis, outros índios aldeados, ora eram inimigos e ora aliados aos interesses que moviam parte da comunidade “Cayapó” de Maria I. Por meio desse agenciamento circulavam elementos materiais e simbólicos, interesses pragmáticos e signos culturais em rede na qual há sempre a necessidade do outro, do que produz, do que utiliza, do que comercializa etc.

O que podemos observar nestas descrições são passagens que ilustram as transformações dos eventos históricos. De inimigos a aliados, de guerreiros a comerciantes. Como mencionado acima, essa problemática pode ser interpretada como linha de causalidade que leva de uma à outra. No entanto, pensar assim nos arrasta para dualismos opostos, incompatível com o modelo em rede. Afinal, uns e outros (não-índios, índios aldeados, índios silvícolas) não deixaram de ser totalmente inimigos e não se tornaram totalmente aliados, e o mesmo vale para uma possível imagem de si que passa de guerreiros a comerciantes. É preciso lembrar que entre extremidades há sempre uma multiplicidade de possibilidades. Afinal, comerciavam com os não-índios, mas guerrearam com os Xavantes; se aliaram e aceitaram o aldeamento, mas quando suas exigências não eram atendidas voltavam a atacar nos matos, como será mostrado adiante. Isso significa que no momento em que temos dois polos distintos, suas naturezas vão se modificando a partir das combinações (alianças, interesses, contatos, entre outros), e uma abundância de caminhos vão sendo construídos e diferentes “ervas daninhas”¹⁸ históricas se formam. “Uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade)” (DELEUZE & GUATARRI, 2011, p. 23).

Após a primeira leva de grupos “Cayapó” e na medida que a notícia do assentamento se espalhava entre eles, houve uma constante chegada de novos agrupamentos nos anos que se sucederam a 1781. Em 1782, aproximadamente 555 indígenas desta nação habitavam Maria I e 328 crianças foram batizadas (R.IHGB, TOMO 84, p. 153). Em 1783 dez guerreiros prometeram deslocar em 7 luas um novo

¹⁸ Os autores Deleuze & Guatarri (2011) exemplificam o rizoma como sendo, também, uma erva-daninha, que nasce espontaneamente, cresce rápido, não possui raiz, logo, não se prende a estruturas, se espalha como uma teia em diferentes sentidos, não possui começo nem fim, é múltipla e variada, assim como deve ser o rizoma.

contingente de pessoas (MORI, 2015) de sua aldeia, situada nas margens do rio Grande, mais próximo da capitania de São Paulo do que de Goiás. Ao retornarem, alguns guerreiros ficaram espalhados pelos matos ao redor do aldeamento, provavelmente desconfiados, montando guarda para a proteção de seu povo. Com isso, acredita-se que nos anos que se seguiram, habitavam, aproximadamente, 600 guerreiros de acordo com o governador Tristão da Cunha Menezes,¹⁹ contabilizando, segundo Giraldin (1994), mais de 2.400 “Cayapó” espalhados em quatro aldeias já em um primeiro momento.

Em virtude do grande número de pessoas presentes em Maria I, começam a aparecer as primeiras preocupações referentes ao bom funcionamento do aldeamento e do planejamento realizado pelo governo de Goiás com relação à segurança, alimentação, entre outros. No dia 6 de janeiro de 1784, o sargento regente de Maria I apresenta ao governador sua desconfiança com relação aos índios, que devido a pouca guarnição no aldeamento, têm demonstrado desrespeito e desobediência, destemendo até mesmo as forças que os contêm. Mais uma vez, os eventos mostram que enquanto as demandas dos “Cayapó” estavam sendo atendidas, eles permaneciam em “paz”, mas quando faltava-lhes guarnições, se rebelavam, o que claramente demonstra um certo controle por parte desses grupos em obedecer quando fossem atendidas suas exigências e desobedecer não fossem. Segundo Giraldin:

Havia um tamanho receio que se conjecturava que eles poderiam, com aquele contingente, rebelar-se e matar todas as pessoas “brancas” do aldeamento sem maiores problemas. Este número elevado também provocou problemas de fornecimento de comida para os Cayapó, levando a crer que o governo não se preparara para receber tantos índios de uma só vez. (1994, p. 103)

O próprio governador de Goiás, Tristão da Cunha Menezes presenciou um ataque realizado pelo último grupo “Cayapó” aldeado em Maria I, desmitificando a ideia de que esses índios estariam agora pacificados, bem como a de que a capitania de Goiás estaria passando por um período de total tranquilidade. Segundo o relato do Capitão-geral:

[...] vi na minha jornada da Capitania de São Paulo para esta terem sahido aquelles a hum comboio matando a mulher do domno, e hum Primo, fazendo o mesmo a 8 ou 10 bestas e destruindo parte dos

¹⁹ Assumiu a capitania de Goiás no ano de 1783, sucedendo seu irmão Luís da Cunha Menezes, que permaneceu no governo de 1778 até 1783, tornando-se, após seu mandato em Goiás, governador da capitania de Minas Gerais.

efeitos do mesmo comboio confessando estes novamente chegados serem elles mesmos os agressores de hum semelhante delicto, [...]. (R.IHGB, TOMO 84, p. 154)

Com essa situação foi deliberado o aumento e elevação da Companhia de Pedestres ao número total de 178 praças de soldados, no qual 80 seriam destinados a fazer a guarda em Maria I, sendo responsáveis por sujeitar os índios ao trabalho nas plantações e na construção do aldeamento, buscando assim dar fim aos ataques. Dentre estes 178 praças, 20 eram Acroás, provenientes de São José de Mossâmedes, pelo motivo de serem inimigos dos “Cayapó”.²⁰

Em carta de 16 de janeiro de 1784, Tristão da Cunha Menezes continua apresentando os problemas relacionados a Maria I, dessa vez relembrando uma carta de 18 de dezembro de 1782 escrita por seu antecessor à rainha de Portugal, na qual expunha que as quatro aldeias da nação “Cayapó” que se encontravam aldeadas em Maria I eram provenientes das campanhas do Varadouro de Camapuã, mais pertencente à capitania de Cuiabá do que de Goiás, e aqueles que estavam chegando, como apontamos anteriormente, habitavam as margens do rio Grande, localizado mais na capitania de São Paulo. Por este argumento, o governador de Goiás alega que enquanto essas duas capitanias (Mato Grosso e São Paulo) estavam se livrando das hostilidades causadas por esses indígenas, os custos e o trabalho estavam sendo arcados pela capitania de Goiás. Com isso, ele justifica o fato de não conseguir suprir todas as despesas do aldeamento, cujas consequências eram o grande e deplorável atraso no sucesso desta empreitada.

O medo que prevalecia na capitania era o de ocorrer o mesmo que João Manoel de Mello, governador entre 1759 e 1770, havia enfrentado com os Acroá e Xacriabá, que permaneciam nos aldeamentos enquanto estavam sendo sustentados pela Real Fazenda e que uma vez desamparados, tornavam a se meter nos matos, praticando novos ataques. E por mais que durante o período do governo de Tristão da Cunha Menezes houvesse “paz”, esta poderia ser facilmente perturbada pela “natural

²⁰ Aqui observamos novamente a utilização de grupos inimigos para a concretização dos interesses coloniais, assim como foi feito com os Bororo durante o período de guerra contra os “Cayapó”. Dessa forma, percebe-se o erro em utilizar de generalizações quando se trata da história. É preciso aferir sobre a multiplicidade dos acontecimentos, buscando compreender como que os eventos são movediços e não fixos e que as denominações de bárbaros e indefesos, agressivos e mansos, são construções alegóricas e que não correspondem as reais situações históricas.

inconstancia dos Indios” (R.IHGB, TOMO 84, p. 169) se a capitania os desamparasse, pois assim, fugiriam dos aldeamentos, provocando mais cruel e devastadora guerra.

Referências Bibliográficas

MATTOS, Raymundo Jose da Cunha. *Chorographia histórica da província de Goyaz*. Goiânia: Líder, 1979.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. OLIVERIA, Machado de. Os Cayapó: Sua origem; descobrimento; acommettimentos pelos Mamelucos; represalia; meios empregados com violencia, e com arma em punho para subtrahil-os ás mattas; esses meios substituidos pelos de brandura; seus beneficos resultados; aldeamento; conclusão. Rio de Janeiro, TOMO 24, 1973.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Subsídios para a história da Capitania de Goiaz (1756 – 1806). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 84, 1919.

SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1975.

BATISTA DE MELO, Anderson. *A política indigenista pombalina na capitania de Goyaz: o tempo de rendição (1772-1783)*. Dissertação (Mestrado). Brasília, UNB. 2008.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *O mármore e a murta*. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, 1992, v. 35, p. 21-74.

CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811 – 2.ed. ver. – São Paulo: Nobel, 1983*.

DELEUZE, Gilles & GUATARRI, Félix. *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia 2*, vol.1. – São Paulo: Editora 34, 2011.

GIRALDIN, Odair. *“Cayapó e Panará”*. Luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

GIRALDIN, Odair. *“Cayapó e Panará”*. Luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

KARASCH, M. C. Catequese e cativo: Política indigenista em Goiás: 1780-1889. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil* – São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

KARASCH, M. C. *Índios aldeados*: um perfil demográfico da capitania de Goiás 1775-1835. *Habitus*: Goiânia, v. 15, n. 1, p. 21-38, jan/jun, 2017.

LOURENÇO, Luís A. B. Populações Indígenas e políticas Indigenistas no Triângulo Mineiro nos séculos XVIII e XIX. In: FILHO, Aurelino J. F. (org). *Índios do Triângulo Mineiro – MG*. História, arqueologia, fontes e patrimônio: pesquisas e perspectivas. Uberlândia, EDUFU, 2015.

MANO, Marcel. *Contato, guerra e paz*: problemas de tempo, mito e história. Política e Trabalho, n. 34, João Pessoa, p. 193-212, 2011.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra*: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORI, Robert. *Os aldeamentos indígenas no Caminho dos Goiasés*: guerra e etnogênese no “sertão do Gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre) – séculos XVIII e XIX. Dissertação de mestrado, 2015.

OSSAMI DE MOURA, M. C. *Aldeamento carretão*: “marco zero” da história das relações interétnicas dos Tapuios. *Revista de História (UFES)*, v. 18, p. 28-48, 2006.

SAHLINS, Marshall David. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PPGCS e XVIII SEMANA DE CIÊNCIAS
SOCIAIS

GT 6 Museus, Memórias e Patrimônios Etnográficos

POR UMA HISTÓRIA RIZOMÁTICA DOS CONTATOS: DO PROTAGONISMO
INDÍGENA À ETNOGÊNSE

Tayná Bonfim Mazzei Mazza

RESUMO

Por muito tempo os povos indígenas no Brasil foram descritos enquanto vítimas passivas do processo violento de colonização. Alocados como povos fora da história ou sem história foram relegados às crônicas do desaparecimento, como se os contatos estabelecidos com os diferentes outros e a própria mestiçagem levariam fatalmente a sua assimilação e/ou aculturação pelo avanço da “civilização” europeia. Na contramão dessa perspectiva, demonstraremos estudos que nas últimas décadas permitiram a desconstrução dessas visões equivocadas, indicando em amplos aspectos a participação ativa dos povos indígenas nos processos de conquista e colonização, atestando que para além do etnocídio, os povos indígenas resistiram, reagiram e agenciaram as situações pelos quais foram submetidos, passando por processos de construção e reconstrução de suas identidades e culturas. Uma realidade que é múltipla e transcultural, necessita de uma metodologia que seja capaz de captar esse múltiplo. Assim, indica-se uma leitura da história indígena e dos contatos a partir do rizoma. Uma história rizomática não tem núcleo, começo nem fim, mas dimensões, que crescem, recuam, se encontram, se desencontram, voltam a se conectar, e se desenvolvem, sem regras a qual se submeter, numa conexão (quase) infinita de possibilidades, dentre as quais surgem os processos de etnogênese vivenciados por essas populações.

Palavras-chave: História Indígena; Identidade; Etnicidade; Rizoma.

Introdução

Por muito tempo os povos indígenas no Brasil foram descritos enquanto vítimas passivas do processo violento de colonização. Alocados como povos fora da história ou sem história foram relegados às crônicas do desaparecimento, como se os contatos estabelecidos com os diferentes outros e a própria mestiçagem levariam fatalmente a sua assimilação e/ou aculturação pelo avanço da “civilização” europeia. Na contramão dessa perspectiva, demonstraremos estudos que nas últimas décadas permitiram a desconstrução dessas visões equivocadas, ao indicar em amplos aspectos a participação ativa dos povos indígenas nos processos de conquista e colonização não só no Brasil, mas em toda a América. Não apenas vivenciando as experiências coloniais, mas também as agenciando, se posicionando ora como aliados, ora como inimigos, movimentando a história a seu favor de acordo com os signos e interesses colocados em jogo.

Esta perspectiva demonstra que as sociedades indígenas vivem num processo histórico contínuo que opera um misto de permanência e mudança, estrutura e evento. Rompendo com a crença de que a cultura é estática e estabelecendo outros parâmetros para a análise das etnicidades ao afirmar que a cultura é dinâmica, permeada de processos de transformação pelos fluxos históricos e contatos estabelecidos que permitem um reconstruir constante das culturas e identidades. Essas complexas redes de contatos permitem a construção de entre-lugares, dentro dos quais surgem fenômenos emergentes como o da etnogênese vivenciados por comunidades indígenas. Tendo em vista os pressupostos a serem apresentados, indica-se uma metodologia análoga as tradicionais para o estudo da história dos contatos, na possibilidades de compreendê-los a partir do modelo do *rizoma*, proposto por Deleuze e Guattari (1980), em que é possível se captar uma multiplicidade de dimensões, que crescem, recuam, se encontram, se desencontram, voltam a se conectar, e se desenvolvem sem regras às quais devem se submeter, numa conexão (quase) infinita de possibilidades a serem visualizadas.

A criação dos povos indígenas na historiografia brasileira

Os povos indígenas no Brasil foram tardiamente situados na historiografia brasileira. Como indica John Manuel Monteiro, foi apenas no final do século XVI que se começou a produzir relatos sistemáticos a respeito dos povos indígenas no Brasil, com o intuito de descrever e classificar essas populações. (MONTEIRO:2001:12). E mesmo quando apresentados, esses povos foram retratados como selvagens, vencidos, dominados, aculturados ou em vias de extinção.

Um dos relatos quinhentistas mais ricos e de maior importância foi o *Tratado Descritivo* de Gabriel Soares de Souza, um senhor de engenho e sertanista português. Tendo em vista a necessidade de conferir sentido a sociodiversidade encontrada no Brasil, Gabriel Soares de Souza criou uma grande divisão dicotômica – que nunca existiu na realidade – para organizar em categorias os povos indígenas. A grande divisão estabelecida se deu entre índios Tupi e índios Tapuia. Os Tupi eram tidos como aqueles mansos, que se deixavam catequisar, e que falavam o *nhengatú*, língua comum utilizada no período colonial tanto pelos Tupinambá, quanto pelos agentes coloniais. Quanto aos Tapuias, à antítese dos Tupi, eram caracterizados por termos negativos, tais como selvagens, bárbaros, falantes de uma língua “truncada” da qual nada se compreendia. Não obstante, outra dicotomia criada foi a divisão entre o povoado, ordenado pela lei e governo; e sertão, terra sem lei, sem rei e sem fé, ambiente hostil.

A obra de Gabriel Soares de Souza permaneceu inédita por mais de duzentos anos, e suas ideias foram reproduzidas por inúmeros intelectuais séculos a frente, dificultando por muitos anos um entendimento mais fidedigno a respeito dos povos indígenas no Brasil. A atualização dos documentos quinhentistas no século XIX também reconfigurou a dicotomia Tupi /Tapuia. Os Tupi foram relegados a um passado remoto, descritos em tom heroico pelas alianças políticas e matrimoniais que estabeleceram com os portugueses, sendo retratados de forma romântica e nostálgica, sobretudo nas artes e na literatura. Os Tapuia, situados do lado oposto, enquanto inimigos e bárbaros, representavam um obstáculo ao avanço da civilização, sendo relegados a brutais políticas visando seu extermínio. (MONTEIRO:2001:29-30).

Em *História Geral do Brasil*, o Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen reflete a respeito dos índios igualmente em tom de memória, chegando a conclusão de que “de tais povos na infância não há história: há só etnografia” (VARNHAGEN, 1980 [1854], 1:30). Essa visão alocou os povos indígenas como fora

da história, fadados ao desaparecimento pelo avanço da civilização europeia. Carl Friedrich Von Martius, poucos anos antes havia ganhado o concurso do recém criado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) intitulado “Como se deve escrever a História do Brasil” em que classificou os povos indígenas em categorias fixas e atemporais, indicando que os povos indígenas rapidamente seriam absorvidos pelo sangue português, levando a dissolução moral e civil de seus costumes, já que seriam possuidores de uma história a muito tempo perdida. Esses povos “desapareciam, porém, deve-se ressaltar, apenas da história escrita.” (ALMEIDA, 2010, p.14), pois apesar das violentas formas de tratamento, continuaram a resistir, participando ativamente dos acontecimentos enquanto protagonistas de sua história.

Nessa perspectiva assimilacionista que vigorou por anos, a História e a própria Antropologia, ciências que se mantiveram distanciadas por longos períodos, continuavam a perpetuar a ideia de que o contato através da colonização causaria nos indígenas a perda de suas culturas, identidades, pertencimentos, e inclusive, sessariam as suas possibilidades de resistência. Os historiadores posicionavam os povos indígenas enquanto sem história, por sua vez os antropólogos buscavam com urgência catalogá-los a fim de preservar o que brevemente desapareceria. De tal forma que a imagem dos povos indígenas foi construída e pensada a partir de dualismos reducionistas: Tupi/ Tapuia; pureza original/ contaminação pós-contato; aculturação/ resistência; estrutura cultural/ processos históricos. Perspectiva essencialista e imutável das culturas dos povos indígenas, que vislumbrava o fenômeno do contato de forma assimétrica, como se apenas os povos indígenas estivessem sendo afetados pelas alteridades existentes, e de forma a perderem as suas culturas. Imagens distorcidas que ecoaram na construção da História Indígena no Brasil, na produção literária e no entendimento desses povos até os dias atuais.

O cenário só começa a mudar a partir dos anos 1970, com o avanço dos movimentos sociais e dos índios em movimento que manifestavam intensamente a fim de reivindicar os seus direitos; protestos que levaram a importante garantia do direito à diferença na Constituição de 1988. Momento em que as evidências já demonstravam claramente que as populações indígenas não estavam desaparecendo, mas pelo contrário, aumentavam progressivamente. Esses movimentos permitiram não apenas desvelar as crônicas do desaparecimento, como também demonstrar os povos indígenas

enquanto agentes históricos conscientes, promovendo agenciamentos, manipulações, interesses, articulações em prol de seus direitos.

Articulados com essas demandas, alguns antropólogos, historiadores, arqueólogos, linguistas, começaram a elaborar o que é chamado por John Manuel Monteiro de uma “nova história indígena”, comprometida em romper com os modelos dualistas de análise, com as classificações reducionistas, provocando inovações, práticas e teóricas. Esses intelectuais, produzindo a respeito dos povos indígenas nesse momento, passaram a fazer novos usos das documentações históricas e da teoria social. Historiadores começaram a se empenhar em encontrar, à la Ginzburg (1989:77), “sinais, indícios, zonas privilegiadas” nos documentos históricos, que os permitissem decifrar uma história opaca, ocultada, silenciada. Antropólogos buscaram rever pressupostos teóricos e dar ênfase às produções como as de Marshall Sahlins, “cujas abordagens davam um papel dinâmico para a história na discussão das culturas, das identidades e das políticas indígenas” (MONTEIRO:2001:6). Aproximações entre a História e a Antropologia que permitiram pela primeira vez demonstrar os povos indígenas enquanto sujeitos históricos conscientes. Trazendo um novo retrato das respostas ativas e criativas dos atores indígenas que conseguiram forjar espaços significativos no período colonial e atual.

Resistências e agenciamentos dos povos indígenas no Brasil: Da cultura estática à dinâmica social

É certo de que o avanço colonial provocou transformações profundas nas sociedades indígenas. A guerra biológica/ bacteriológica, os genocídios, as prisões, a escravização, a catequização, e outros diferentes meios de violência afetaram de forma significativa essas populações. No entanto, o impacto do contato e do avanço da expansão europeia não se resumem apenas à dizimação dos povos indígenas. Essa ideia desconsidera o caráter construtivo das formações sociais e das identidades e retira o dinamismo das culturas. Na contramão de uma História Indígena dada pelas crônicas do desaparecimento e por essa visão limitada e essencializada dessas populações, surgem produções que buscam demonstrar a agência e o protagonismo dos povos indígenas, suas articulações e resistências frente as violentas formas de tratamento a eles relegadas.

Uma visão que dá ênfase aos fluxos históricos, mostrando as dinâmicas dos processos de transformação pelas quais essas populações passam através dos contatos.

John Manuel Monteiro é um dos intelectuais que vai reconstruir a História Indígena ao desconstruir os modelos fixos e as dicotomias utilizadas por tanto tempo nas descrições e classificações desses povos. Ao demonstrar que, ao contrário do que por muito tempo se imaginou, os povos indígenas não aceitaram passivamente as consequências do avanço colonial, muito pelo contrário, resistiram e reagiram criativamente aos acontecimentos que vivenciavam.

Em certa parte, Monteiro (2001:61) demonstra de que forma os indígenas estavam dando respostas ativas as inúmeras mortes ocorridas devido as doenças deflagradas entre eles pelo avanço dos não-índios. Por vezes os jesuítas e missionários foram acusados de “feitiçaria”, como aqueles que estariam disseminando as doenças entre as populações através da água benta do batismo. Os indígenas passaram a evitar os jesuítas como quem evitava a morte, buscando mecanismos de contornar a atual realidade das mortes recorrentes devido as doenças. Outro indicativo está no que desde o período colonial foi indicado como uma inconstância da alma selvagem. Isto é, os índios eram expostos diariamente à música sacra, aos diálogos de fé, aos rituais encenados pelos jesuítas; no entanto, para desgosto dos padres, isso não impedia que eles continuassem a proferir os seus cantos, a realizar os seus próprios rituais e a agir de acordo com os seus costumes. Indicativos que demonstram que a participação dos indígenas nas festividades e ritos cristãos eram permeadas de agenciamentos, quando estes povos estavam mais voltados a garantia de sobrevivência, do que a uma possível conversão à fé cristã.

Contra a crença de que o contato faria com que os povos indígenas fossem absorvidos pelos costumes e ritos cristãos, Monteiro traz relatos de Fernão Cardim que indicam a existência no período colonial de festejos de caráter híbrido: “Fica claro, no entanto, que os índios das aldeias mobilizavam os rituais de encontro com os padres e outras autoridades de modo a afirmar a sua devoção sem abrir mão de suas tradições que ganhavam novas feições a cada encenação” (MONTEIRO:2001:72). Demonstrando que os contatos permitiram a construção de entre-lugares, espaços e festividades permeadas de elementos vindos tanto dos costumes cristãos dos jesuítas e missionários quanto dos costumes indígenas, num misto de rupturas e permanências.

Outro interessante relato indicado por John Monteiro, pode-se observar claramente de que forma os indígenas estavam se posicionando diante da história. Em *História das Missões Capuchinhas no Maranhão* está o seguinte relato do líder Tupinambá Japiaçu, ao narrar as origens da radical separação entre índios e brancos:

Éramos uma só nação, nós e vós: mas Deus, após o dilúvio, enviou seus profetas de barbas para instruir-nos nas leis de Deus. Apresentaram esses profetas ao nosso pai, do qual descendemos, duas espadas, uma de madeira e outra de ferro e lhe permitiram escolher. Ele achou que a espada de ferro era pesada demais e preferiu a de pau. Diante disso o pai de quem descendestes, mais arguto, tomou a de ferro. Desde então fomos miseráveis, pois os profetas vendo que as de nossa nação não queriam acreditar neles, subiram para o céu, deixando as marcas dos seus pés cravadas com cruzeiros no rochedo próximo de Potiú. (ABBEVILLE:1975:60-61 apud MONTEIRO:2001:74-75)

Os povos indígenas não só estavam movimentando interesses, como também se posicionando com relação aos acontecimentos pelos quais estavam passando. O relato acima nos traz a imagem de como esses povos estavam se alocando enquanto agentes de seu destino, e não como passivos em seu momento histórico. No relato, pode-se observar que os indígenas podem ter escolhido mal ao escolher a espada de madeira, mas afinal, eles escolheram, deixando os brancos com a arma que restasse. Um exemplo claro que demonstra os povos indígenas enquanto sujeitos conscientes de suas próprias historicidades.

As políticas de aldeamento e colonização também foram retratadas por muito tempo apenas pelos interesses da Coroa, dos missionários e dos colonos. Os aldeamentos eram compreendidos como espaços de dominação e escravização de índios, que submetidos a esse regime perdiam progressivamente as suas culturas e identidades, retratados como sujeitos passivos deste processo. No entanto, Maria Regina Celestino de Almeida nos indica que os indígenas que ingressavam nesses aldeamentos não tiveram um posicionamento passivo como sugerido pela historiografia. Muitos deles inclusive buscavam o aldeamento como opção por ser um mal menor diante das situações ameaçadoras e desfavoráveis em que viviam. (ALMEIDA:2010:72). Estudos recentes demonstram a participação dos indígenas enquanto sujeitos ativos nos processos de construção e manutenção dos aldeamentos.

Apesar dos prejuízos incalculáveis, a política de aldeamentos colocava os índios numa condição jurídica específica atribuindo-lhes, além das

obrigações, alguns direitos que eles lutaram para garantir até o século XIX, agindo conforme os códigos do mundo colonial. (ALMEIDA:2010:72)

As políticas de aldeamento fizeram com que os indígenas fossem submetidos a inúmeros prejuízos: eram sujeitados às regras portuguesas; ao trabalho compulsório; seu acesso à terra era drasticamente reduzido; suas práticas sociais eram proibidas. No entanto, apesar das inúmeras violências, os indígenas fizeram as suas exigências mesmo nas condições de aldeados: “queriam garantir suas terras, queriam cargos, aumentos de salários, ajuda de custo, destituição de autoridades não reconhecidas por eles, e principalmente, recusavam a escravidão.” (ALMEIDA:2010:80).

Nesse sentido, devemos ter por certo que se para a Coroa e para os colonos os aldeamentos foram espaços para integrar os índios à sociedade colonial e assegurar mão-de-obra necessária a diferentes atividades; para os povos indígenas os aldeamentos significaram espaços de sobrevivência, onde foi possível a reelaboração de suas culturas e identidades. Ainda mais pelo fato de os aldeamentos terem sido espaços de intenso contato entre índios de diferentes etnias e entre os diferentes agentes coloniais, constituindo locais de trocas interétnicas e intertribais.

Tendo em vista estes exemplos que demonstram a agência dos povos indígenas com relação aos acontecimentos históricos pelos quais vem passando, podemos ter em vista de que as dicotomias criadas que alocavam esses indivíduos enquanto puros/contaminados; mansos/selvagens; resistentes/aculturados, não servem mais para explicar a história indígena. Nesse sentido, compreende-se que existem processos endógenos de transformação dentro das sociedades, mas existem também processos exógenos, que permitem a incorporação e ressignificação de elementos que vão levar a transformações dentro dessas sociedades. Ainda mais, os povos indígenas, ao sofrerem transformações, não estão se aculturando; muito embora tenham absorvido elementos do exterior, continuaram a praticar os seus costumes, os seus rituais, continuaram a manipular estratégias e políticas que visavam os seus interesses. Num processo constante de criação e renovação de suas identidades, em contextos de descontinuidades.

Entre continuidades e descontinuidades: Culturas, Identidades e Etnogênese

Se esses pressupostos estiverem corretos, as sociedades indígenas vivem num processo histórico contínuo que opera um misto de permanência e mudança, estrutura e evento. Afinal, a abertura para a alteridade e a apropriação de bens externos, por mais que coloque em prática uma estrutura original, simultaneamente carrega eventos com novas significações. Assim, tal como pensa Marshall Sahlins (1987), a história é culturalmente ordenada, tanto quanto a cultura é historicamente ordenada.

A História é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, [...] esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática. [...] a cultura é historicamente reproduzida na ação. [...] as circunstâncias contingentes da ação não se conformam necessariamente aos significados que lhe são atribuídos [...]. É nestes termos que a cultura é alterada historicamente na ação. (SAHLINS:1987:7)

Marshall Sahlins compreende o misto entre estrutura e evento, ou seja, a junção entre estrutura e práxis histórica, pois os indivíduos agem e movimentam a história de acordo com seus interesses, signos e circunstâncias como vimos nos exemplos dados acima. E mesmo que a ação seja realizada a partir de pressupostos culturais pré-existentes, a práxis, a ação humana consciente, será capaz de movimentar essa estrutura, redefinindo-a e atualizando-a constantemente, já que a transformação de uma cultura é também modo de sua reprodução.

Manuela Carneiro da Cunha em seus extensos estudos sobre a etnicidade afirma categoricamente que “a cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas sim algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados; e é preciso perceber a dinâmica, a produção cultural.” (CARNEIRO DA CUNHA:2009:239). Assim temos por certo de que o próprio existir no mundo, e o existir em relação à alteridade, nos tornam seres em constante processo de mutação. Nenhum povo é fixo, mas se movimenta, encontrando em todos os lugares aonde chega os seus contrários, permitindo com que o ato de afirmar e o de incorporar se confunda num misto de permanência e mudança, que leva a transformações da cultura.

Tendo em vista a cultura como processo continuamente reinventado, poderíamos conceber a identidade da mesma forma. Isso significa pensar, como Sahlins (1987), que em processos de encontro com suas alteridades, num primeiro momento o grupo aguça e exerce os elementos e representações que lhes são particulares, seja para a seu

posicionamento político ou de reconhecimento de uma situação de contraste; e num segundo momento, o movimento é de abertura, de contato, de aquisição de elementos dessas alteridades, e de ressignificação e (re)construção de sua cultura e identidade. Portanto, cultura e identidade são construções simbólicas e históricas, e enquanto tais mutantes, pois dispostas às intrincadas redes de significação histórica que os homens produzem e da qual são parte.

Do ponto de vista concreto, a identidade só poderia se constituir e (re)constituir de forma relacional, se encontrando, se formando e reformando em seus pontos de encontros com as alteridades. No caso aqui em questão, o encontro de diferentes povos indígenas com diversas alteridades (índios de diferentes etnias, não índios, negros, mestiços etc.) durante o período colonial, criou uma série de variáveis possíveis cujo desenho já se definiu como mandala (MANO: 2015b), porque composta de diferentes pontos de cruzamentos e intersecções, num sistema aberto e cambiável de relações que formam encontros variáveis.

Tendo em vista essas constatações, e em face dos estudos acima mencionados, podemos certamente afirmar que a identidade dos povos indígenas no Brasil jamais poderia ser dada em termos de uma unidade rígida ou fixa, na medida em que, diante de diferentes agentes históricos, esses povos acionaram diferentes identidades, num jogo consciente de escolhas de diferentes formas e estratégias para se relacionarem com suas alteridades.

Home Bhabha (1998) em *O local da cultura*, nos indica que para entendermos essas complexas redes de representações e ações de diferentes agentes históricos, não devemos focar nossos pensamentos nos polos: passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão, puro e impuro, tradição e modernidade, primitivo e civilizado, já que estes são modelos fixos e essencializados que não dão conta da realidade empírica. Ele indica o sujeito colonial como sendo aquele que se transforma a partir da incerteza que os contatos com os diferentes outros vão gerar. Nas palavras de Bhabha, o sujeito se torna “o menos que um duplo”, pois ele não perde a sua cultura, mas também não deixa de absorver traços da cultura do outro, possuindo elementos culturais diversos em detrimento de seus contatos. É um ser, ou um povo, que é representação do outro através da mímica. Essa mímica revela este ser no “entre-lugar”, na fronteira, onde se dão os contatos e as transformações e (re)construções das culturas e das identidades.

Nesse sentido, temos por certo que devemos buscar as respostas para construção da identidade étnica nas figuras complexas híbridas, pois é justamente nos interstícios que nascem as experiências intersubjetivas que nos permitem uma melhor compreensão das complexas realidades existentes, como a dos povos indígenas no Brasil, que ora mantiveram estratégias guerreiras de contato, ora comerciais, ora comerciais e guerreiras simultaneamente, ora de alianças, mas sempre extraíndo do exterior bens materiais e simbólicos, historicamente manipulados a seu favor, comportando-se como sujeitos históricos conscientes de suas próprias historicidades.

A partir dos fluxos históricos e dos contatos estabelecidos há a construção de entre-lugares, de comunidades que se encontram no local da fronteira, e que fazem parte do repertório de figuras complexas híbridas. São etnogêneses, movimentos emergentes de indivíduos que se unem em comunidades buscando alcançar condições de reconstrução de suas comunidades, de suas identidades e na busca pela concretização de seus direitos. Nesses movimentos, comunidades afirmam a sua indianidade, lutando pelo reconhecimento da sua condição étnica frente às autoridades de Estado, e buscando o acesso e garantia de seus direitos básicos já previstos na legislação.

Essas novas sociabilidades que tem surgido sobretudo nos últimos anos, contrapõem e impacta toda uma crença da sociedade nacional e das políticas indigenistas que supunham que os povos indígenas fatalmente acabariam dispersos e confundidos com a massa da população “civilizada”, os levando a deixarem de ser índios. Essa imagem fixa e imutável dos povos indígenas serviu na história do Brasil como estratégia política utilizada por agentes do poder para deslegitimar a reivindicação de direitos de grupos que se autodenominam indígenas, ou mesmo quilombolas, e como mecanismos de expulsão desses sujeitos de suas terras. A dispersão e miscigenação das populações indígenas devido à colonização, e sobretudo às políticas de aldeamento que colocaram em contatos uma série de agentes históricos, serviram como justificativa para que se determinasse a aculturação e extinção desses povos. Levando a agência indigenista estatal a atestar a falta de “autenticidade” de indivíduos e grupos indígenas que clamam por seus direitos enquanto tais.

João Pacheco de Oliveira em seus estudos a respeito da etnicidade indica que desde o período colonial os indígenas que viviam em aldeamentos eram dados como “índios misturados” – como também hoje são considerados sobretudo os índios do nordeste - agregando-lhes uma série de atributos negativos para os desqualificar, os

opondo ao índio “puro”, do passado, idealizado e apresentado como os antepassados místicos destes. O que João Pacheco de Oliveira afirma ser uma fabricação ideológica e distorcida da realidade. (OLIVEIRA:2004:19).

Se por um lado a política indigenista oficial insiste em demarcar descontinuidades culturais nessas comunidades; por outro, estas comunidades se organizam para protagonizar e atuar para os atores sociais na situação interétnica uma série de rituais, danças, grafismos, trançados, que servirão como traços diacríticos de afirmação de sua indianidade (OLIVEIRA:1988:2004:28), numa compreensão da lógica externa que nos afirma mais uma vez o agenciamento e o jogo competente dos elementos culturais.

Um exemplo desse protagonismo é o ritual do Toré, passado por pajés e outros agentes por meio de visitas – atualizado a sua forma por cada comunidade - e que se tornou um ritual político sempre que necessário para se demarcar fronteiras entre os índios e não-índios. De modo que as próprias comunidades passaram a ter a sua concepção de identidade étnica, cobrando dos indivíduos o modo de “ser indígena”, isto é, “uma conduta moral e política julgada adequada, mantendo-se uma lista que fica em mãos do cacique e que é atualizada de tempos em tempos em reunião do conselho indígena”. (OLIVEIRA:2004:28).

Se estas comunidades são dadas enquanto em condição de “mistura”, elas se articulam, mesmo quando cadeias genealógicas e memórias foram perdidas, em busca de uma reconexão com os “encantados”, que as colocam enquanto “pontas de rama”, na reconstrução de uma descendência direta com seus ancestrais míticos. O que demonstra que para além do etnocídio, há a etnogênese. (SIDER:1976; MONTEIRO:2001; OLIVEIRA:2004). Isto é, quando se imaginava que as populações indígenas estavam em vias de desaparecimento pelo avanço não-índio, novas sociabilidades surgem no entre-lugar, reclamando as suas formas de existência, num processo de *bricolage* das experiências históricas nas experiências de resistência, fazendo surgir uma nova força que é despertada. (GOLDMAN:2015:6).

Isto indica que - contrariando a visão equivocada de que é a distância e o isolamento de um grupo social que mantém a diversidade cultural - “as fronteiras étnicas permanecem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam.” (BARTH:1997:26). As categorias étnicas são mantidas apesar e em detrimento dos contatos estabelecidos, em movimentos de exclusão e incorporação, em transformações nas formas de

pertencimento ao longo dos fluxos da história, cujos caminhos, desde a origem, são sempre diversificados.

No mesmo caminho, Manuela Carneiro da Cunha (2009), ao retomar Weber, já indicava que as comunidades étnicas são formas de organização política muito eficientes para resistência e conquista de espaços. O pressuposto é de que a cultura se atualiza em situações de contato.

A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna *cultura de contraste* [...]. A cultura tende ao mesmo tempo a acentuar, tornando-se mais visível, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos. (CARNEIRO DA CUNHA:2009:237)

Neste sentido, a etnogênese enquanto termo e fenômeno nativo com os quais os Antropólogos começaram a ter de lidar, é um acontecimento concreto que por muitas vezes ultrapassada os limites da academia. Pelas palavras de Goldman (2015), se Lévi-Strauss estava certo em sua afirmação de que “a antropologia é uma ciência empírica e que, nela, o material empírico deve guiar as problematizações e as conceptualizações.” (GOLDMAN:2015:5), devemos incorporar a dialética da pesquisa antropológica e aprender com os protagonistas envolvidos na história, e ainda mais, buscar metodologias análogas às tradicionais que nos permitam compreender as intrincadas e múltiplas redes de relações que se estabelecem a partir dos fluxos históricos.

Por uma história rizomática dos contatos

Tendo em vista as conclusões chegadas acima, temos por certo de que um pensamento que não apreenda o movimento, a mutação e a transformação de todas as coisas não entende o múltiplo. Nas dicotomias estabelecidas para se explicar os povos indígenas no Brasil coexistem milhares de possibilidades no caminho que leva de um a outro. Uma realidade que é múltipla, plural, transcultural, necessita de uma metodologia que seja capaz de captar esse múltiplo. Não é pela raiz da árvore do conhecimento que

se melhor apreende o real, nem pelos polos binários. Segundo Deleuze e Guattari, em *Mil Platôs*, é pelo rizoma.

Num rizoma, há princípios de conexão que fazem com que qualquer ponto possa ser conectado a outro, e deve sê-lo. Sem raiz, começo ou fim, os pontos não se fixam em linhagens, hierarquias, cadeias biológicas, políticas, e econômicas, mas permeiam uma gama de significantes e significados ao entorno de um signo. O rizoma não possui raiz, não privilegia dimensões, mas age justamente no descentramento do conhecimento, não se fechando em si mesmo, mas se abrindo a expor as múltiplas dimensões da realidade, como aqui, na compreensão da História Indígena no Brasil.

Assim como na realidade, não há no rizoma unidade central, núcleo, raiz. Há a multiplicidade de dimensões, que crescem, recuam, se encontram, se desencontram, voltam a se conectar, e se desenvolvem sem regras às quais devem se submeter, numa conexão (quase) infinita de possibilidades. E “essas multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem as outras”. (DELEUZE; GUATTARI:2011:25). A realidade é rizoma na medida em que seus múltiplos ramos se desencontram, se rompem, mas podem, a qualquer momento, se reencontrar, reconstituindo um sujeito, reestruturando um significado, ressignificando um signo.

A consciência tem de alcançar o múltiplo, ora, pois é ela fruto de um sistema múltiplo. O que acontece é que “Muitas pessoas têm uma árvore plantada na cabeça, mas o próprio cérebro é muito mais uma erva do que uma árvore.” (DELEUZE; GUATTARI: 2011: 34). Se é da nossa natureza sermos rizomáticos, porque cortar as arestas, classificar, hierarquizar, segmentar, fragmentar; se podemos abrir, encontrar, misturar, alcançar, e compreender, sem divisões ou essencializações, mas dimensões de encontros.

Apenas dessa forma teríamos espaço e liberdade para fazer ouvir e enxergar à inúmeras dimensões, ramificações que por muito tempo foram podadas, sendo deixadas na lixeira da história. No que diz respeito aos povos indígenas no Brasil, nos últimos anos vem surgindo um novo protagonismo reivindicado pelos próprios indígenas, que mostram a capacidade destes em rearticular as suas culturas, tradições e identidades, mesmo sendo submetidos as mais diversas formas de repressão e violência. Os indígenas, através de lutas, conquistam o seu espaço politicamente, a se colocam como

sujeitos históricos que agem em prol dos seus interesses. Novas sociabilidades têm surgido a partir dos contatos, sujeitos que se entrecruzam, rompem, voltam a se encontrar, numa organização de forças pelas conexões e disjunções que devemos ser capazes de compreender.

Há ainda muito a que se pesquisar no que diz respeito a essa nova perspectiva de se construir e desvendar a história dos povos indígenas no Brasil. Observamos que “Escreve-se a história, mas ela sempre foi escrita do ponto de vista dos sedentários, e em nome de um aparelho unitário de Estado”. (DELEUZE; GUATTARI:2011:46). Nesse sentido, a ciência, realizada dentro dos centros acadêmicos, muitas vezes alheia a seu exterior, precisa captar essas novas reivindicações, e para isso é preciso meios que nos permitam dar lugar a essas perspectivas, que parecem e são chamadas novas por nós, mas que sempre existiram, sendo, no entanto, renegadas, tolhidas, podadas por uma história hierarquizada e centralizada politicamente. “É desde logo uma questão de semiótica perceptível”. (Idem:2011:46). É desde logo uma questão de parar de classificar, para observar os fluxos incessantes.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BAHBBBA, Homi K. *O local da Cultura*. Belo Horizonte. Editora da UFMG, 1998. (Introdução: Locais da Cultura, p. 09-42)

BARTH, Fredrik. *O Guru o iniciador: E outras variações antropológicas*. Organização de Tomke Lask. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro, Editora Contra Capa, 1997.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas e outros ensaios*. 1ª ed. São Paulo, COSACNAIFY, 2009.

DELEUZE, Guiles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 1, São Paulo, Editora 34 Ltda, 2011.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GOLDMAN, Márcio. Quinhentos anos de contatos: por uma teoria etnográfica da (contra) mestiçagem. *Mana*, vol. 31, n. 3: Rio de Janeiro, 2015.

MANO, Marcel. *Itinerários e encontros culturais: índios e negros na história dos contatos dos Kayapó meridionais – séculos XVIII e XIX*. Relatório final de pesquisa. CNPq, Processo: 477230/2012-1 –APQ, 2015.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e os historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Campinas, Editora Unicamp, 2001.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *A Viagem da volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2ª. Edição. Contra Capa Livraria/LACED. Rio de Janeiro, 2004.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1987.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 7ª Ed. São Paulo e Belo Horizonte: Editora EDUSP, 1980 [1854-57].

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PPGCS e XVIII SEMANA DE CIÊNCIAS
SOCIAIS

GT 7 Pensamento Social e Político Brasileiro

GENEALOGIA DO PODER E ARQUEOLOGIA DO SABER EM MICHEL
FOUCAULT

Daniel Féo Castro de Araújo

Bruno Castro Ribeiro

RESUMO

Objetivo deste artigo é fazer uma breve abordagem de caráter introdutório sobre um tema amplo e complexo, abordado pelo filósofo e pensador francês Michel Foucault, sobre a questão do conhecimento e poder. Em termos mais específicos, o estudo procurou a relação existente entre estas duas categorias (conhecimento e poder). A metodologia utilizada para desenvolver este trabalho é caracterizada como revisão bibliográfica por meio da análise de descrição, nas obras de Foucault: *Microfísica do poder* (1979); *Em defesa da sociedade* (1999); e *Vigiar e punir* (2008). A obra de Veiga-Neto, com o exemplar *Foucault e a educação* (2003), e outra importante obra de Salma Tannus Muchail, *Foucault, simplesmente*, (2004) O texto se organiza da seguinte forma. O primeiro momento, será abordada com maior consistência a constituição do conhecimento, segundo Michel Foucault, efetuando um breve resgate de conceitos trazidos por este autor. Em seguida, apontar-se-á o poder e sua articulação com o saber, o qual é abordado pelas obras literárias do filósofo. Por fim, é elucidado no conceito de discurso, a questão do poder e a sua relação com as formas de controle na sociedade, a fim de responder à pergunta: segundo Michel Foucault, como é alcançado o conhecimento e como este é relacionado com o poder?

Palavras – Chaves: Foucault; Saber; poder; disciplina.

Introdução

Michel Foucault foi historiador, psicólogo e filósofo francês cuja trajetória intelectual que começou entre 1950, quando deu aulas de filosofia e psicologia na Sorbonne e em 1984 com seus últimos livros publicados. Foi docente nas Universidades de Clermont-Ferrand e Vincennes e ocupou a cadeira de História dos Sistemas de Pensamento, de 1970 a 1984, no Collège de France, e teve suas aulas transformadas em livros.

Foucault como visto acima, transitou por diversas áreas e abordou temas como a cultura, o poder, a história, a loucura, as instituições, a democracia. De todo modo, cabe sinalizar que:

O pensamento de Michel Foucault é um pensamento plural. Também seus escritos têm a marca da diversidade de temas e de abordagens. Percorrê-los exige uma dedicação cuidadosa para que se possa enfrentar esta diversidade e, ao mesmo tempo, dar conta de sua inventividade e de sua densidade conceitual. Por outro lado, ao percorrê-los, o próprio pensamento é instigado a tornar-se múltiplo e igualmente afinado com a inventividade e o rigor (MUCHAIL, 2004, p. 07)

Por isso Foucault é conhecido não apenas por ter desenvolvido uma técnica historiográfica própria nas ciências humanas, mas por ter articulado uma crítica da razão que ele chamou de *arqueologia* presente em sua obra *Arqueologia do Saber* (1969) e *As Palavras e as Coisas* (1966). Além disso também contribuiu com o saber universal a partir de suas críticas às instituições sociais, especialmente à psiquiatria, à medicina e à justiça; por suas ideias sobre a evolução da história da sexualidade à complexa relação entre poder e conhecimento e por estudar a expressão do discurso em relação à história do pensamento ocidental.

De acordo com Muchail, (2004), Foucault teria três faces distintas na sua trajetória literária. Primeira fase, estão atribuídos os textos desde “Doença mental e personalidade” (1954) até “A ordem do Discurso” (1971); trata das formações e das transformações discursivas. Enquanto a história das ideias busca discernir, na decifração dos textos, as grandes unidades do pensamento, Foucault procura evidenciar as condições de formação das “coisas ditas”, as regras de sua transformação, as

descontinuidades que as decompõem. Na verdade, trata-se de libertar a história do pensamento do preconceito da continuidade, livrá-la de pressupostos antropológicos baseados no par sujeito/objeto. A segunda fase, a que trata das problemáticas relativas ao poder, iria desde então até o primeiro volume da “História da Sexualidade” (1976) e “*Microfísica do Poder* (1979)” Foucault avalia a teoria do pensamento jurídico que na idade média girava em torno do poder do rei e o direito como um instrumento da dominação do rei sobre os súditos. Ao abordar a questão do poder e como este se aplica na sociedade, Foucault afirma que o poder está em todo lugar e este se baseia em saberes e discursos. Esses discursos têm como funções legitimar os direitos da soberania e legitimar a obrigação de obediência. E a terceira e última fase de Foucault, quando Foucault se dedica mais à subjetividade, visando a filosofia como um estilo de vida e não tanto uma caça da verdade, é quando rediscute a ética como um campo desvinculado da moral ao qual se pode exemplificar através dos livros *A vontade de Saber* (1976), *O Uso dos Prazeres* (1984) e *O Cuidado de Si* (1984), perpassando um dimensionamento da História da Sexualidade.

O primeiro, conhecido como período da “arqueologia”, é voltado principalmente para questões relativas à constituição dos saberes e inclui os principais livros publicados na década de 1960: *A história da loucura* (1961), *O nascimento da clínica* (1963), *As palavras e as coisas* (1966) e *A arqueologia do saber* (1969). O segundo momento, conhecido como período da “genealogia”, é centrado sobre questões relativas aos mecanismos do poder e inclui os principais livros da década de 1970: *Vigiar e punir* (1975) e o volume I da *História da sexualidade*, intitulado *A vontade de saber* (1976). O terceiro momento trata de questões relativas à constituição do sujeito ético e inclui os volumes II e III da *História da sexualidade*, intitulados, respectivamente, *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si* (1984) (MUCHAIL, 2004, p. 09)

Sendo assim, serão abordados neste texto, os comportamentos sociais, as lutas, as relações que irão dar origem ao conhecimento. Ou seja, o poder por si só não existe, mas as relações de poder, expostas em todos os âmbitos e esferas, é que originam o conhecimento.

Assim, o artigo pretende-se fazer uma breve abordagem de caráter introdutório sobre um tema amplo e complexo, abordando o filósofo, psicólogo e historiador francês Michel Foucault, sobre a questão do conhecimento e poder, especialmente a relação existente entre estas duas categorias (saber e poder).

O texto se organiza da seguinte forma. Primeiro momento, consistir em abordar com maior consistência a constituição do conhecimento, segundo Michel Foucault, efetuando-se um breve resgate de conceitos trazidos por este autor. Em seguida, destaca-se o poder articulado com o saber, o qual é muito abordado pelas obras literárias de Foucault. Por fim, é elucidado no conceito de discurso, a questão do poder e a sua relação com as formas de controle na sociedade, com o propósito de responder a seguinte questão: segundo Michel Foucault, como é adquirido o conhecimento e como este se relaciona com o poder?

A metodologia utilizada para desenvolver este trabalho é caracterizada como revisão bibliográfica por meio da análise de descrição, nas obras de Foucault: *Microfísica do poder* (1979); *Em defesa da sociedade* (1999); e *Vigiar e punir* (2008). A obra de Veiga-Neto, com o exemplar *Foucault e a educação* (2003), e outra importante obra de Salma Tannus Muchail, *Foucault, simplesmente*, (2004).

Arqueologia do Saber

O primeiro conceito importante a elucidar, conforme prescreve Michel Foucault é o conceito de Saber, procurando conhecer o que há por trás dos discursos expressos e suas intenções. O Arqueologia do Saber²¹ não é somente a formulação de um procedimento metodológico das pesquisas anteriormente realizadas, e muito menos uma sugestão para as próximas pesquisas. O autor analisou um período, até certo ponto dotada de propriedades próprias. A busca de Foucault centraliza-se em compreender no discurso real, pronunciado como materialidade. A definição de todo seu método se construirá na definição dos principais objetos: o discurso, o enunciado e o conhecimento. Por correlato, Foucault consagra em termos de método, uma nova história:

Em nossos dias, a história é o que transforma documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados,

²¹ Entre o renascimento (XVI) e a época clássica (XVII, XVIII), e posteriormente entre a época clássica e a modernidade (XIX).

agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; que poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento (FOUCAULT, 2009, p. 08)

O primeiro conceito importante a elucidar, conforme preceitua Michel Foucault é o conceito de Saber, buscando conhecer o que há por trás dos discursos, enunciados e suas intenções. Para este filósofo é necessário que nos desprendamos da maneira mais habitual e empírica do discurso.

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico; (...) um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; (...) um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; (...) finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (FOUCAULT, 2009, p. 220)

Assim, o que foi dito instaura uma realidade discursiva; sobretudo, sendo o sujeito um ser discursivo, cunhado ele mesmo pela linguagem. A arqueologia é o procedimento metodológico para descobrir como o sujeito ergue sua própria existência. Deste modo, os sujeitos e objetos não existem a priori, são constituídos discursivamente sobre o que é falado e se fala.

O corpo passou a existir a partir das modificações discursivas da passagem da Idade Média para a modernidade. Portanto, com o desenvolvimento da patologia, o corpo passa a ser entendido como um conjunto de órgãos, e a Medicina passa a discursivizá-lo, ou seja, a formulação práticas/dizeres sobre ele.

As principais investigações de Foucault encontram-se no discurso científico, e mais especificamente nas ciências humanas. Portanto, a partir de um aspecto eminentemente histórico, entre o recorte temporal que vai do século XVII, até os dias em que publica o livro *“As Palavras e as Coisas,”* Foucault busca evidenciar algumas transformações durante a época clássica, com suas apreciações sobre os estudos das gramáticas gerais, e os fisiocratas, com as análises das riquezas, colocaram suas análises

ao nível das representações, as novas ciências empíricas que advêm estes discursos que vão produzir uma mudança profunda. Estas chamadas “ciências empíricas²²”, a biologia, economia e filologia, alteram-se não apenas seus objetos específicos de conhecimento, mas, sobretudo, suas próprias condições de criação do sujeito como objeto do conhecimento. Este sujeito não é mais visto segundo a lógica das representações, mas como o próprio objeto a ser estudado e desvendado por estas ciências.

De acordo com (Habermas, 2000):

Em *As palavras e as coisas* (1966), Foucault examina as formas modernas do saber (ou epistemes) que estabelecem para as ciências o horizonte intransponível de conceitos fundamentais; poder-se-ia também dizer que estabelecem o a priori histórico da compreensão do Ser. Como na Histeria da loucura, também aqui, na história do pensamento moderno, Foucault centra o seu interesse nos dois limiares históricos de transição do Renascimento para o Classicismo e da época clássica para a modernidade. As razões internas da transição para uma teoria do poder se explicam pelas dificuldades oriundas desse estudo genial (HABERMAS, 2000, p. 361 – 362)

De acordo com Muchail (2004):

Assim é, por exemplo, que em *As palavras e as coisas* as análises mostram como na Europa dos séculos XVII e XVIII emergem determinadas formações discursivas que vão constituir a gramática geral, a história natural e a análise das riquezas, enquanto no século XIX vão surgir a filologia, a biologia e a economia, de que as primeiras não são meras precursoras. Estabelecer esse jogo ou conjunto de regras que, numa determinada época e para uma determinada sociedade, autoriza o que é permitido dizer, como se pode dizê-lo, quem pode dizê-lo, a que instituições isso se vincula etc., enfim, o que deve ser reconhecido como verdadeiro e o que deve ser excluído como desqualificável, eis o procedimento que Foucault chama de "arqueologia".²³

Foucault busca esquadriñar as formações discursivas da história das ciências Humanas, onde o sujeito se constitui historicamente. De tal modo, a fisionomia da epistemologia de Foucault depende do estado das emergências científicas e racionais localizado em um período do pensamento e da cultura.

O conceito ‘episteme’ foi repensado por Foucault conforme se verifica:

²² Para uma visão mais completa das formas de diálogo entre os pares de conceitos e as formulações das ciências empíricas e a filosofia, ver: MACHADO, 1981, p. 145-148.

A análise das formações discursivas, das positividades e do saber, em suas relações com as figuras epistemológicas e as ciências, é o que se chamou, para distingui-las das outras formas possíveis de história das ciências, a análise da episteme. (...) A descrição da episteme apresenta, portanto, diversos caracteres essenciais: abre um campo inesgotável e não pode nunca ser fechada; não tem por finalidade reconstituir o sistema de postulados a que obedecem todos os conhecimentos de uma época, mas sim percorrer um campo indefinido de relações (MUCHAIL, 2004, p. 12)

Este é, sem dúvidas, um dos conceitos mais importantes para os estudos culturais em História, e tem em Foucault um de seus formuladores. Esta teorização é clara nas palavras de Roberto Machado:

A representação que o homem se faz a partir deles [objetos das ciências empíricas] não é um aprofundamento daquilo que são esses objetos mas, pelo contrário, seu avesso, sua marca negativa. Os homens, pelo fato de viverem, trabalharem e falarem, constroem representações sobre a vida, o trabalho e a linguagem: essas representações são justamente os objetos das ciências humanas. As ciências humanas estudam o homem enquanto ele se representa na vida na qual está inserida, sua existência corpórea, a sociedade em que se realiza o trabalho, a produção e a distribuição, e o sentido das palavras (MACHADO, 1981, p. 145)

A epistemologia segundo abordagem Foucaultiana é caracterizada por vários saberes, não fundamentalmente racionais e positivistas (FOUCAULT, 2009), mas que envolvem relações que em determinado momento o discurso ganha forma e poder.

Todavia, o que constitui o discurso para Foucault? Para o autor, o discurso nada mais é do que um conjunto de pensamentos que são oriundos de relações de poder entre os sujeitos, protegendo e legitimando as ideologias de quem o agencia. Ou melhor, um discurso é produto de uma determinada período histórico, do poder e saber. Em função disso Foucault não se atenta em compreender como esta prática enunciativa era efetuada no passado. Contudo, procura evidenciar esta abordagem como uma prática do presente do sujeito e como forma de poder.

Para tanto, Foucault (2009), é imprescindível realizar um estudo da história, procurando conjecturar como o discurso está legitimado, levando em consideração que ele é fundamentado em pensamentos e condições de mundo em que o grupo ou sujeito procura legitimá-lo de acordo com seus interesses.

Foucault, traz outro conceito que é sobre heterogeneidade, o que constitui os discursos não são comuns (FOUCAULT, 2009). A título de exemplo para qualquer pesquisa no campo da gestão educacional o discurso que pode ser pesquisado é o discurso político, onde se evidencia a abordagem que está carregada o poder, para fim de sua comprovação. Com bases nessas primeiras acepções proporcionadas por este autor, apreende que para Foucault o saber se dá de acordo com as relações de poder, ou melhor, para o autor o conhecimento não é algo inseparável do homem, porém, algo inventado (FOUCAULT, 2009).

[...] uma análise causal, em compensação, consistiria em procurar saber até que ponto as mudanças políticas, ou os processos econômicos, puderam determinar a consciência dos homens de ciência o horizonte e a direção de seu interesse, seu sistema de valores, sua maneira de perceber as coisas, o estilo de sua racionalidade: assim em época em que o capitalismo industrial começava a recensar suas necessidades de mão-de-obra, a doença tomou uma dimensão social: a manutenção da saúde, a cura, a assistência aos doentes pobres, a pesquisa das causas e dos focos patogênicos tornaram-se um encargo coletivo que o Estado devia, por um lado, assumir e, por outro, supervisionar (FOUCAULT, 2009, p. 199)

Diante disso, compreendemos que Foucault está direcionando o conhecimento para os elementos das relações, ou seja, do sujeito e suas interações, como por exemplo neste caso, em que determinado época do capitalismo um sistema econômico forte e, portanto, alcançava seu status de poder. Todavia, com as doenças novas aparecendo, era imprescindível pesquisar as causas e suas curas, para que este poder não perdesse sua mão-de-obra e do mesmo modo, seu status. Em resumo, de acordo com Foucault (2009), as relações de poder de cada período da história da humanidade, é que determinam a busca de determinado conhecimento. Para Foucault a ciência, o conhecimento, é formado por meio de relações entre sujeitos, entre poderes.

Estudar o funcionamento ideológico de uma ciência para fazê-lo aparecer e para modificá-lo não é revelar os pressupostos filosóficos que podem habitá-lo; não é retornar aos fundamentos que a tornaram possível e que a legitimam: é colocá-la novamente em questão como formação discursiva; é estudar não as contradições formais de suas proposições, mas o sistema de formação de seus objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas teóricas. É retomá-la como prática entre outras práticas (FOUCAULT, 2009, p.224)

Nesta ocasião torna-se imperativo trazer o saber, o discurso que Foucault interpela, como uma forma de poder. Bem como a frase inicial deste texto, para o autor

o saber gera poder na pessoa que o legitima. Em seguida, qual é a relação do saber e do poder em nossa sociedade contemporânea? De que maneira está inserida esta concepção nos nossos dias de acordo com a perspectiva Foucault? A seguir vamos abordar Foucault sobre o tema, tais questionamentos serão trabalhados.

Genealogia do Poder

Foucault (1979) aborda a relação entre discurso e poder através da ilustração de um triângulo:



Autor ARAÚJO, D,F,C, 2018

Para o autor em estudo, o poder é um direito que está inserido na sociedade, uma vez que somos regidos por lei, a fim de sermos disciplinados. Também define o poder como uma verdade, em que está estabelecido nos discursos, em que se pauta pelos que legitimam o seu poder e os que são hostilizados e assim, aceitam em sua psique tais mecanismos. Os discursos de verdade na sociedade são aferidos por meio de comportamentos, linguagens e valores e assim, refletem relações de poder, podendo ou não, aprisionar indivíduos.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “Política geral” verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar

como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2007, p. 12)

Ou seja, para o autor, estes três vértices estão ligados e são distribuídos por todo o tecido social. A verdade não existe sem ou fora do poder; ela é produzida pelo poder.

Por isso, Foucault (2009) menciona que a verdade é histórica, é produto de sua época. Ela é o resultado do choque de conhecimentos, e assim, cada sociedade produz as suas verdades, pautando-se em seus próprios discursos.

Diremos, pois, que uma formação discursiva se define (pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha de se modificar (FOUCAULT, 2009, p.54)

Compreendemos que Foucault deixa aberto esta perspectiva de que a construção do saber é resultado das práticas de disciplina que se desdobram ao longo do tempo e que são ponderadas, ou melhor, referem-se a uma organização de coisas para produzir conhecimento em determinado momento histórico sobre determinado tema.

Portanto, com vistas às relações de saber e poder, Foucault nos provoca a estudar os saberes e suas origens, suas práticas e seu discurso na sociedade e nas relações, gerando um poder que atua ou funciona em várias direções.

Foucault, enfatiza que as relações humanas são permeadas pelo poder, uma mistura heterogênea da opressão *versus* produção, espalhando-se no campo social, atribuído por intermédio da disciplina, da tecnologia, e outras formas de instrumentalização dos sujeitos, provocando, assim, um confinamento do sujeito, do qual não consegue se emergir diante da complexidade sistêmica do poder.

Habermas (2000), chama Foucault de “o teórico do poder” por ser conhecido por suas teorias acerca da relação entre poder e conhecimento; das regras do direito que marcam os homens, das implicações sobre verdade que o poder produz e o quanto intensamente estas são utilizadas para o controle social por meio das instituições,

sobretudo ao buscar caracterizar os distintos modos pelos quais a sociedade utiliza os agenciamentos do poder para objetificação dos sujeitos.

Não se trata de minimizar o papel do Estado nas relações de poder existentes em determinada sociedade, sobretudo, de pensar que o Estado não é excepcional órgão do poder, mas, o poder é uma extensão das implicações do Estado. Diante disto, o que almeja Foucault, é realizar um exame ascendente, partindo de os planos periféricos dos micros poderes para o centro; o Estado. Assim, o Estado não é o ponto de partida imprescindível, e também não é o foco absoluto que está na origem de todo tipo de poder social.

Foucault em *Vigiar e Punir*, lançada em 1975, analisou os procedimentos disciplinares empregados nas prisões como exemplos de imposição de padrões oriundas de relações de poder que implicam coerção e controle social. Portanto, neste livro apresentamos a história das relações entre poder e opressão, as origens da prisão e as formas de punição.

Em *Vigiar e punir* (1976), Foucault trata (apoiando-se sobretudo em dados franceses) as tecnologias de dominação que surgiram na época clássica (*grosso modo*, no tempo do absolutismo) e na modernidade (ou seja, a partir do fim do século XVIII). As formas correspondentes de execução penal servem de fio condutor a uma investigação em cujo centro encontra-se o “*nascimento da prisão*” (HABERMAS, 2000, p. 379)

Em *Microfísica do Poder* (1979), dentre outras abordagens, Foucault traz algumas formas de poder e sua historicidade. Trata do sistema médico, em que no primeiro momento a preocupação era o entendimento da doença em relação ao corpo humano. Logo após, o sistema mudou sua direção, passando a exercer o controle e o exílio das pessoas que possuíam determinada doença.

Foucault também é reconhecido por ter destacado as formas de certas práticas das instituições em relação aos sujeitos. Ele apontou a afinidade nos modos de tratamento dado aos infligidos aos grandes grupos de indivíduos que constituem os limites do grupo social: os loucos, prisioneiros, entre outros grupos de estrangeiros, soldados e crianças. Logo, Foucault acreditava no fato de serem vistos com desconfiança e excluídos por uma regra em confinamento em instalações seguras, especializadas, construídas e organizadas em modelos semelhantes entre eles estão:

presídios, asilos, quartéis e escolas, inspirados no modelo monástico; acomodações que ele chamou de “instituições disciplinares”.

Um exemplo desta forma de poder ocorre em meados da década de 20, com a Hanseníase, mais conhecida como Lepra. Naquela época, os leprosos eram exilados e internados em locais distantes e em muitas vezes, não tinham visita de seus familiares (FOUCAULT, 2008). Para piorar, as casas das famílias que continham doentes eram queimadas, como forma de tentar erradicar este mal. Outra forma de poder e exclusão da sociedade são as Instituições carcerárias. Na Idade Antiga as pessoas que burlavam as leis da época eram queimadas e sofriam as mais diversas punições contra o corpo e a mente em praça pública (por exemplo: corte de membros dos corpos; esquartejamento do corpo, entre outros) (FOUCAULT, 1979).

Estes dois exemplos trazidos de livros de Foucault ilustram a maneira com que a população se relaciona com aquilo que é rejeitado: ela exclui ou exila (FOUCAULT, 1979) Isso porque a sociedade é regida por leis, por conceitos e moralidades, e tais práticas são formas de poder.

As apreciações de Foucault sobre o poder produzem uma prática social, constituída historicamente. Em suas análises foram conduzidas em torno da configuração de como o poder se desempenha concretamente e em minúcias, com suas características, suas técnicas e táticas, ou seja, dito de outra maneira a mecânica do poder.

Assim, o poder do Estado, de forma oculta, responsabilizou-se por outorgar um saber que pouco altera as condições da sociedade, explicado de forma dissimulada e simplificadamente em analfabetos funcionais.

O crime e a marginalização social consistiram-se por muito tempo escondidas por uma erudição imposta pela classe criada pelo Estado, a qual clandestinamente foi denominada elite. Assim, a partir deste conflito, surgiram as lutas e um clamor calado de forma gradual pela classe que domina. Foucault nos possibilita conhecer a estrutura do passado e seu desenvolvimento denomina-se Genealogia, uma ferramenta de análise e diagnóstico.

A concepção de Foucault rompe com a hierarquia e as teorias elitistas que são responsáveis em garantir que as classes não eruditas, pudessem se impor, ocorrendo um

enfraquecimento do poder, onde o conhecimento histórico propiciava a seus combatentes, compreender e traçar estratégias contra o sistema do poder.

De acordo com Foucault (2007):

As genealogias não são, portanto, retornos positivistas a uma forma de ciência mais atenta ou mais exata, mas anti-ciências. Não que reivindiquem o direito lírico à ignorância ou ao não saber; não que se trate da recusa de saber ou de ativar ou ressaltar os prestígios de uma experiência imediata não ainda captada pelo saber. Trata-se da insurreição do saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. (FOUCAULT2007, p. 171)

Deste modo, entendemos que a genealogia procura um poder de modo a romper com subordinação dado a determinados interesses, já que consecutivamente foram dissimulados, consentindo a interesses diversos e distintos da verdadeira essência do saber. Não que o saber seja uma força negativa, mas a destinação dada ao seu poderio faz das instituições, instrumentos de manobra do coletivo social, dessa forma advêm a ideia da quebra do poder centralizador.

Michel Foucault não se preocupou em elucidar conceitos de poder; mas sim, em trazer sua forma nas relações para sua melhor compreensão da vida em sociedade (FOUCAULT, 1979). Para ele, o poder não está apenas no Príncipe (expressão utilizada por Maquiavel), tampouco apenas no Estado, mas sim nas pequenas e múltiplas relações na sociedade (FOUCAULT, 2008).

Quando se fala em governo, não se fala na Presidência da República pura e somente, mas em todos os sistemas que podem de uma maneira ou de outra, por meio de seus discursos de dominação, causar ingerência na vida do ser humano, interferir na psique e fazer com que a percepção da realidade aceite a dominação.

Uma das concepções trabalhadas por este filósofo é o saber como forma de redução do poder. Isso porque Foucault acredita que o poder, o controle na contemporaneidade é exercido com maior ênfase pela forma de vigiar, e assim, uma maneira de reduzir este poder, é o saber. Outro ponto focado nos trabalhos deste filósofo que aborda tais relações, que mais interessem para este artigo, é o poder do discurso na sociedade e nos indivíduos.

Isso porque para Foucault o exercício do poder pode explicar a produção de saberes. Tal concepção aborda como os saberes se legitimam, determinando discursos e com isso, relações de poder. Isso porque para Foucault o conhecimento é algo inventado, não nasce da essência do homem e, assim, atribui-se o poder aqueles que o validam, pois é resultado de confrontos, onde cada sujeito procura fazer prevalecer uma norma universal, sua particularidade, como evidencia na seguinte frase: “[...] Análise das opiniões mais do que do saber, dos erros mais que a verdade, não das formas do pensamento, mas dos tipos de mentalidades” (FOUCAULT, 2009, p 167).

Ou seja, o ato discursivo não é um ato interpretativo, mas sim um ato que busca a legitimação da verdade produzida pelo sujeito, e com isso, Foucault nos submete à Genealogia, como uma forma de analisar estas relações de poder apresentadas nas relações entre sujeitos.

Considerações Finais

Buscou neste texto evidenciar, segundo os conceitos do filósofo e pensador Michel Foucault pensar qual é as condições emaranhadas para ocorrência do conhecimento. Para isso, compreende-se que, para este autor, o conhecimento e o poder estão interligados e, portanto, não podem ser estudados separadamente. A pesquisa realizada sobre o saber deve estar embasada nas relações de poder que o legitimam. Assim, Foucault se aproxima da concepção do discurso, procedente de cada grupo ou instituição como forma de sustentação e ideologia legitimada. Para Foucault, não há uma dissociação entre o poder e o conhecimento, ou seja, para Foucault, o conhecimento é procedente de uma luta de poder. Entende-se, nos estudos Foucaultianos, que é plausível relacionar o discurso de cada grupo como um mecanismo de gerar poder, e de tal modo, garantir sua legitimidade.

Para autor o conhecimento é oriundo de relações de poder, que por meio de situações de poder é o conhecimento é buscado, e deste modo, adquirido. Para elucidar tal circunstância, foi exemplificada no texto a relação entre a medicina e o capitalismo, abordando que algumas doenças e suas curas foram pesquisadas em virtude da ascensão do capitalismo da época, em que a mão-de-obra estava adoecendo e assim, era necessário fazer com que as doenças fossem minimizadas. Outro contorno do poder é o

controle que é exercido. Para tal, foi utilizado a exemplificação da doença Lepra e das Instituições carcerárias. Ilustrando tal análise, Foucault nos demonstra que a sociedade não sabe lidar com as diferenças e de tal forma, interna e excluir seus “diferenciados”.

Se antes o poder fazia valer por sua força, seus castigos; hoje ele não tem mais face, está em todas as formas, em todos os lugares. Quanto mais disfarçado ele está, mais forte ele é. E uma maneira de diminuir este poder é o saber, por isso a relação estabelecida neste texto, portanto, a relação de poder e saber é a combinação que forma o indivíduo. E é sobre esta abordagem poder e saber que a investigação ganha espaço na contemporaneidade. Outrossim, a perspectiva de conhecimento de Foucault permeia a desconstrução de uma verdade homogênea, partindo para o pressuposto da vulnerabilidade do conhecimento fundamentado numa verdade, seja ela revelada ou empírica.

Por fim, concluímos que para Foucault o conhecimento é um produto das relações de luta, das relações de poder e que, portanto, a verdade é algo histórico, é uma luta entre os poderes, os sujeitos, tendo em vista que para ele, o homem nada mais é do que um produto inventado.

Referências bibliográficas

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SOUZA, José Pedro G.; GARCIA, Clovis L.; CARVALHO, José F. T. **Dicionário de Política**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1998.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber – A Trajetória da Arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981

MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault, Simplesmente**. São Paulo: Loyola, 2004. 138 p. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/306317302/Foucault-Simplesmente-Salma-Tannus-Muchail-www-livrosGratis-net>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PPGCS e XVIII SEMANA DE CIÊNCIAS
SOCIAIS

GT 7 Pensamento Social e Político Brasileiro

NEOFACISMO E IDENTIDADE SOCIAL: RETRATOS DE UMA
SOCIABILIDADE TOTALITÁRIA À BRASILEIRA

Lívia Maria Terra

RESUMO

Nos últimos meses vimos uma série de demonstrações de cunho racista, homofóbica, xenofóbica e anti diversidade partidária, intensificadas pelas eleições de outubro de 2018 e pelas redes sociais. Uma onda que diz querer varrer a diversidade político-ideológica ou ativismos, as esquerdas nacionais e a suposta ameaça comunista incorporado ao país. Mas como explicar tais comportamentos autoritários, de expressão totalitária? Para T. Adorno, devemos olhar para os algozes, pois neles encontraremos o chamado caráter manipulador. Este trabalho busca analisar os elementos que construíram a sociabilidade brasileira, projetado no ideário de Nação e de identidade nacional, que explicariam além dos discursos de ódio, o avanço da militância de um neofascismo à brasileira. Respalado pelo campo da subjetividade, entende-se que as emoções são significados culturais e relações sociais comprimidas, as quais dariam a capacidade de agir. Tais emoções e comportamentos teriam uma energia pautada na relação com o eu e com os outros, culturalmente situada.

Palavras-chave: Neofascismo; redes sociais; sociabilidade; emoções; identidade nacional; cultura

Vivemos uma crise moral? Breve introdução do problema

Nos dias que antecederam o segundo turno das eleições presidenciais de 2018, muito se falou sobre o caráter de fascistização que poderia rondar os brasileiros. Inúmeros jornais internacionais publicaram em suas páginas matérias e charges que faziam referência à ascensão do nazifascismo no país. O jornal de Volkskrant (METRÓPOLES..., 2018), com sede em Amsterdã, na Holanda, chegou a publicar em 29 de outubro uma nova versão da bandeira nacional. Sob o título de “Suástica Nazista Brasileira” e em tons de verde e amarelo, a imagem da suástica era desenhada com chinelas populares e substituíu o círculo central da bandeira nacional.

Além disso, eventos de extrema violência eram contabilizados e marcados como fruto do ressentimento partidário, como o assassinato do capoeirista baiano Romualdo Rosário da Costa, conhecido como mestre Moa do Katendê, por um eleitor declarado de Jair Messias Bolsonaro no dia 07 de outubro de 2018. Dias antes, dois deputados do PSL, Daniel Silveira (eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro) e Rodrigo Amorim (eleito deputado estadual com maior quantidade de votos no estado do Rio de Janeiro) rasgavam em ato fotografado a placa em homenagem a vereadora Marielle Franco, assassinada em março. Ambos os candidatos exibiram ainda a placa em comício junto a Wilson Witzel, então candidato ao cargo de Governador do estado do Rio de Janeiro. No vídeo disponibilizado no Youtube e que circulou nas principais redes sociais, como o Facebook e o Twitter, Amorim (CANDIDATO..., 2018) fez o seguinte discurso:

Marielle foi assassinada. Mais de 60 mil brasileiros morrem todos os anos. Eu vou dar uma notícia para vocês. Esses vagabundos, eles foram na Cinelândia, e à revelia de todo mundo, eles pegaram uma placa da Praça Marechal Floriano, no Rio de Janeiro, e botaram uma placa escrito Rua Marielle Franco. Eu e Daniel essa semana fomos lá e quebramos a placa. Jair Bolsonaro sofreu um atentado contra a democracia e esses canalhas calaram a boca. Por isso, a gente vai varrer esses vagabundos. Acabou Psol, acabou PCdoB [...]. Agora é Bolsonaro [...]²⁴

É preciso ressaltar aqui que para além da justificativa sobre a importância conferida ao episódio que atentou contra a vida de Jair Bolsonaro mencionado pelo candidato, Marielle Franco carregava em sua identidade uma série de elementos estigmatizados em nossa sociedade, a saber, era mulher, negra, homossexual e defensora dos direitos humanos, pautas de defesa de

²⁴ Transcrição própria.

movimentos minoritárias e que são repudiadas pela extrema direita da qual ambos os candidatos são representantes.

Desde 2015, aliás, vemos no Brasil a direita indo às ruas. As manifestações em certo grau derivadas das manifestações de junho de 2013 e bem orientadas a partir de grupos como o “Movimento Brasil Livre”, “Vem pra Rua” e “Revoltados Online”, colocavam como retórica a indignação com a política, com a corrupção e com a limitação ao acesso ao consumo. Nessas, segundo Scartezini (2016), era possível identificar o perfil dos manifestantes, em geral, homens, brancos e de classe média, autointitulados “apartidários” ou “suprapartidários” visivelmente despolitizados. Mas, era possível identificar também um intenso discurso de ódio, evidentemente de caráter fascista, algo que a pesquisadora denominou de “fascistização da indignação” (SCARTEZINI; 2016; PINASSI, 2014).

No limite, com um profundo vazio e desconhecimento sobre as causas que produziram o programa de arrocho no último mandato da presidenta Dilma Rousseff, os manifestantes tornavam-se porta-vozes do que ecoaria nas eleições presidenciais alguns anos depois. Ou seja, ao passo que levantavam a corrupção como mote, responsabilizando o Partido dos Trabalhadores pela grave crise econômica que chegava ao país, enalteciam figuras públicas como Eduardo Cunha, José Sarney e outros quando não ligados à inúmeros esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro, ligados à ditadura militar brasileira. Expressão disso, é o voto favorável de Jair Bolsonaro no processo de impeachment de Dilma Rousseff, dedicado ao coronel Brillhante Ustra, sabidamente um dos maiores torturadores do regime militar no país.

Do mesmo modo, manuais elaborados por intelectuais ligados à “Frente Democrática” e grupos ligados à candidatura do Partido dos Trabalhadores, formados após o resultado do primeiro turno, orientavam não apenas com informações acerca da condução de um diálogo para a conquista de intenções de votos brancos e ou nulos, mas afirmavam categoricamente “sua tia não é fascista, ela está sendo manipulada”, numa referência às fakenews que circulavam em milhares de grupos de WhatsApp pró-Bolsonaro.

Nesse sentido - e é com esta ideia que venho trabalhando – cabe as seguintes indagações: seria possível falar em um fascismo ou neofascismo à brasileira, ou ainda, um fascismo vinculado a própria formação personalista da cultura nacional? Seria possível apontar para uma sociabilidade que em seu bojo carrega elementos que produziriam maior aderência e ressonância a uma personalidade totalitária/fascista a ponto de criar espaços legitimados para uma militância? Quais seriam os mecanismos utilizados por essa militância e ainda, qual o impacto da radicalidade da modernidade na produção dessas narrativas e dessas subjetividades? A ascensão da extrema-direita no Brasil está relacionada exclusivamente ao que tem indicado algumas pesquisas: a crise econômica, o esfacelamento das esquerdas e das suas pautas

reivindicatórias, a polarização política, bem como a crise da representatividade nas democracias liberais?

Tais questões de amplo escopo são difíceis de responder e não constituem em sua totalidade meu objetivo aqui. Mas, torna-se imprescindível atentar para as estruturas sociais e culturais que orientaram a formação da brasilidade e para o circuito de imperativos subjetivos e emocionais que modelam a ação e a prática no mundo atual, sobretudo, em contexto brasileiro. Compreendo que estes sejam, por sua vez, elementos fundamentais para analisar o avanço da intolerância e dos discursos de ódio que ecoam nos mais variados cantos da nossa interação social.

As narrativas produtoras dessas subjetividades arraigadas historicamente no imaginário social e periodicamente retomadas com vistas a assunção do poder, também são chaves para a interpretação das condições que levaram à presidência da República Jair Messias Bolsonaro, um típico outsider (CASTELLS, 2018), que em sua ambiguidade se denominou como um candidato avesso a expressão da política tradicional, ainda que um de seus representantes. Representante, aliás, do que me parece ser o substrato cultural legitimamente brasileiro.

É preciso explicitar que tais narrativas características do atual contexto da sociedade, amarram-se ao processo de formação nacional, enraizadas num tipo de sociabilidade arraigada e historicamente construída no Brasil, encontrando nesta forte base de aderência. Em outros termos, essa narrativa social consiste em um conjunto de proposições semanticamente e culturalmente concatenadas que modelam a formação de um discurso em certo contexto social e cultural, tanto de maneira oral quanto de maneira escrita-textual, mas que modelam também a ação e o pensamento. Considera-se, portanto, essa narrativa social como estruturas de pensamento que legitimam certa compreensão sobre a realidade e que, dialeticamente, constituem o indivíduo e a própria sociedade.

Onde e quando nos encaixamos e a especificidade histórica brasileira

Uma crise assolou o mundo e vem se consolidando com a finalidade de manter as estruturas de dominação e a ampliação do grande capital. Essa crise, aponta Manuel Castells (2018), é organizada a partir da ruptura da relação entre representantes e representados, fenômeno que incide diretamente no projeto de democracia liberal.

Em última instância, essa fragilização nas democracias liberais levou à ascensão de lideranças políticas anti-*stabelishment* e partidos nacionalistas de cunho xenófobo e autoritário em diversas regiões do mundo. São expressões desse impulso à sistemas “pós-liberais e

antidemocráticos líderes como Erdogan na Turquia, Hugo Chaves e mais recentemente Nicolás Maduro na Venezuela, Marine Le Pen na França, Vladimir Putin na Rússia, dentre outros.

Esse impulso à extrema direita com viés autoritário e totalitário não se consolida mais a partir de espetaculares golpes como ocorreu com Mussolini e sua marcha sobre Roma. Ao contrário, chegam ao poder por vias eleitorais e encontram na sociedade grande ressonância para seus apelos:

[...] Na realidade, a democracia se constrói em torno das relações de poder que a fundaram e vai se adaptando à evolução dessas relações, *mas privilegiando o poder que já está cristalizado nas instituições*. Por isso, não se pode afirmar que ela seja representativa, a menos que os cidadãos pensem que estão sendo representados. Porque a força e a estabilidade das instituições dependem da sua vigência na mente das pessoas. Se for rompido o vínculo subjetivo entre o que os cidadãos pensam e querem e as ações daqueles a quem elegemos e pagamos, produz-se aquilo que denominamos crise de legitimidade política; a saber o sentimento majoritário de que os atores do sistema político não nos representam [...] (CASTELLS, 2018, p.12, *grifos nossos*)

No caso da democracia brasileira – consolidada fragilmente em meio a golpes e contragolpes organizados numa estrutura vertical, ou seja, de cima para baixo – o Estado é colocado como uma extensão da família e dos interesses de grupos particularistas, ao contrário do ideal apontado por Sérgio Buarque de Holanda (1995). Cumpre notar, com isso, que as escolhas eleitorais são feitas a partir de opções já enraizadas nas instituições e nos interesses criados na sociedade. Os cidadãos se mobilizam e até se entusiasmam à medida que encontram consonância entre suas mentalidades e os elementos propagandeados pelos candidatos. Entretanto, a frustração dessas esperanças, nascidas aqui como fruto de uma ordem cujo grande pacto se demonstra como um projeto de conciliação de classes e manutenção de privilégios, leva a movimentos que buscam o retorno às engrenagens capazes de manter, através da dominação política, a base econômica e a estrutura social.

Daí a tática emocional amparada no medo da mudança e no conservadorismo da moral para a agremiação de votos no candidato que represente não o novo, ainda que se apresente como tal, mas que seja capaz de reconduzir com segurança os cidadãos ao conforto de suas posições sociais e ideológicas. Nessa chave de leitura, a derrubada da moral sexual e da família tradicional seriam elementos de uma narrativa construída para provocar o medo e criar a sensação de que as bases do capitalismo e da civilização ocidental estão solapando.

Segundo Luís Felipe Miguel (2018):

Ainda mais grave, porém, é o fato de que a paulatina ampliação do politicamente dizível, com a emergência do discurso contrário à

solidariedade social propagado pela extrema-direita, permitiu que uma fatia importante das classes médias assumisse de forma clara seu desconforto com a redução da distância que a separava dos pobres.

Seria difícil, portanto, isolar a narrativa contida nessas relações de outros códigos culturalmente sustentados e que organizaram a individualidade no mundo moderno. Estas narrativas criadas pelo liberalismo econômico (ILLOUZ, 2008), pelo fenômeno da globalização, ou como no caso Brasil, pelo poder de monopolizar o Estado e os mecanismos societários de mobilidade, estabilidade e mudança social se encaixam em mentalidades configuradas já como padrões culturais. São esses padrões que produzem as identidades sociais e permitem a criação de laços de identificação entre determinados grupos, modelando então o eu e sua ação no mundo.

O elo desenvolvido entre a estrutura (bases materiais e imateriais de existência) e a ação (exteriorizada a partir do eu e da identidade) estaria presente no que Illouz (2008) caracterizou como “emoção”.

Resumidamente, as emoções são significados culturais e relações sociais comprimidas. A compressão destas dá, por sua vez, a capacidade de agir, o que faz com que as emoções tenham uma energia pautada na relação com o eu e com os outros, culturalmente situada. Assim, as emoções se originam nas crenças e desejos e não podem ser separadas das relações codificadas, vivenciadas, externalizadas. É por meio desta e dos símbolos que a orientam que construímos a própria cultura, na qual o ponto para onde externamos os símbolos internamente edificados nos rebate em devolutiva através de relações concretas e imediatas, mas sempre socialmente definidas. Criam então uma realidade de experiência vivida e elaborada interna e externamente. Um conjunto de símbolos que possibilitam a legitimação de ações e a emergência de grupos que respondam aos anseios criados ao longo do tempo.

Ao considerar Marx (1989) percebemos que são as estruturas econômicas que modelam o pensar e o agir individual, sendo as emoções aqui compreendidas como produtos sociais, fundamentados nos valores e normas presentes em dado contexto. Ou seja,

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção, que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é

a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. (MARX, 1989, p. 28)

Segundo Mauss (2003), as emoções variam conforme códigos socialmente e contextualmente aceitos, sendo compartilhados por todos aqueles que fazem parte daquela rede de relações. Com isto, os indivíduos internalizariam os sentidos culturais das emoções antes mesmo de as terem experimentado.

A formação da subjetividade também está presente nas obras de Weber e Simmel. Koury (2009), nos diz que a construção da subjetividade nestes autores passa pela cristalização de trocas simbólicas que estruturam as relações sociais, sendo a subjetividade elemento fundamental na criação e na reprodução das estruturas sociais.

Cabe aqui uma digressão para complementar o que interessa. Se os clássicos do pensamento sociológico já reconheciam a importância da cultura, ainda que a mesma não fosse sua questão principal, a abordagem da teoria crítica, elaborada por Adorno e Horkheimer na obra “Dialética do Esclarecimento” permitiu uma descentralização das análises sobre a economia política, dando ênfase a construção de uma identidade humana-política. A preocupação com os aspectos subjetivos na compreensão da realidade, segundo Zanolla (2015), advém de um olhar acerca dos processos alienantes que regem a sociedade.

Fica evidente que Adorno (1984) busca estudar as particularidades da personalidade como um padrão ideológico ligado à sociedade e à cultura, sendo importante um esforço conjunto de todas as ciências sociais para entender as atitudes alienantes próprias à subjetividade:

Adorno contribui para o debate retomando que a insuficiência do pensamento marxista não está propriamente no seu método, mas, ao contrário, naquilo que ele atesta de maneira coerente, reside nos limites históricos que precedem e procedem à elaboração do método materialista dialético, lacuna referente aos processos psicossociais de constituição da subjetividade formatada pelo contexto de ampliação das relações produtivas que, por ocasião da reestruturação dos sistema capitalista liberal, inaugura novos mecanismos de dominação, sobretudo, a partir da Segunda Guerra Mundial [...] (ZANOLLA, 2015, s/p)

Para superar esses limites, Adorno (1965) propõe o “giro copernicano”, redimensionando o lugar da subjetividade na teoria marxista. Marcos Nobre (1999) ressalta que para Horkheimer, a “teoria crítica” não pode ser imutável, tampouco pode ser resumida a um conjunto de teses, já que a verdade é temporal e é histórica. Se por um lado, é necessário compreender que a mesma (a teoria crítica) se volta para a emancipação da sociedade, por outro lado, é importante reconhecer que ela enquanto instrumento analítico mantém o comportamento crítico em relação ao que existe socialmente e ao próprio conhecimento desenvolvido.

Mesmo que o termo teoria crítica aparentemente carregue em seu bojo uma contradição (NOBRE, 1999), a palavra “crítica” consistiria em uma categoria que vai questionar a separação rígida entre a teoria e a prática. Seria impossível, portanto, mostrar como as coisas realmente são senão da perspectiva de como as coisas deveriam ser. Filosoficamente, a “crítica” daria margem à compreensão de: a) o que as coisas poderiam ser, mas não são; b) a compreensão das potencialidades de realização presentes no mundo, que por razões históricas e concretas não se efetivam.

Ela nos permite, em outras palavras, perceber os obstáculos que impedem um devir social que, incompleto, aparece como promessa do próprio bojo do capitalismo, revelando a estrutura de ilusões socialmente necessárias para a manutenção do mercado e do consumo.

Retomando Horkheimer (NOBRE, 1999), a teoria tradicional – numa pretensa neutralidade – se resigna a forma presente da dominação, naturalizando aquilo que é histórico. Se o conhecimento da realidade social é o momento da ação social, conforme a teoria crítica, agimos a partir de determinadas interpretações que temos do mundo e o resultado de nossa ação será objeto de nossa reflexão sobre a ação, desnaturalizando e desconstruindo assim as ideologias. Para a teoria crítica, portanto, o conhecimento e o agir devem ser percebidos e entendidos em conjunto: deve-se investigar a estrutura; deve-se descobrir as condições históricas da ação; deve-se, por último, descobrir os elementos que constroem a própria ação de modo a construir as potencialidades de emancipação e de crítica constantes.

O que quero dizer aqui é que seria impossível considerar os aspectos que geriram os eventos pré e pós eleições de 2018 se não atinarmos para as especificidades históricas e culturais do Brasil, objetivamente impactadas por fenômenos mais amplos e de dimensões macrossocial.

Se num momento anterior à modernidade, a formação das identidades e dos projetos sociais, enquanto devir, eram orientados ainda pela autoridade religiosa e pela própria pressão moral imposta a partir da comunidade e do todo, com o advento da modernidade é possível afirmar que estes mecanismos reguladores foram progressivamente substituídos pela ação dos Estados Nacionais e pelo papel desempenhado pela ciência. Assim, o projeto comteano de uma sociedade positiva no século XIX, organizada a partir de um modelo racionalmente instrumentalizado para o progresso – entendido então como um destino natural para toda a humanidade – aparece como arquétipo desse contexto.

Esse projeto tinha como pressupostos essenciais tanto a concretização do ideal de liberdade individual quanto a racionalização em diferentes níveis da experiência humana e da relação com o mundo, tornando efetivamente o homem a medida de todas as coisas²⁵.

Nesse sentido, a construção individual do ser tende a sofrer inúmeras e conflitantes mudanças e, os comandos, antes coercitivos, que traziam uma predeterminação na condução da vida e do devir social, hoje são colocados como itens na agenda das tarefas individuais (Bauman, 2001). Assim, as palavras mais cabíveis para a compreensão deste momento da modernidade, apontadas por Paul Valery (apud Bauman, 2001) podem ser resumidas em interrupção, incoerência e surpresa.

Se há de fato um fio condutor para a humanidade no atual contexto da sociedade moderna, ele está diretamente amarrado às relações mercadológicas e de consumo. A liberdade como um valor norteador da modernidade, erguido anteriormente como uma bandeira política e referência para a criação ontológica do indivíduo, passa a ser interpretada como liberdade de consumo: é preciso ser livre para consumir e qualquer admoestação sobre essa torna-se fenômeno de interpelação sobre o Estado, pois este é um dos culpados.

Ao retomar Emile Durkheim e Erich Fromm, Bauman (2001) nos dá uma perspectiva sobre a relação entre dependência e libertação: a modernidade não apenas trouxe a noção do potencial do indivíduo a partir da liberdade do ser, trouxe também a ausência de regularidades antes estabelecidas por relações fixadas no espaço que comportava o senhor feudal e seu servo. Em contraposição a fixidez e à proteção do grupo que ora ocupava – em sintonia com uma dada totalidade existencial – o indivíduo moderno foi deixado só, à própria sorte e responsabilidade, na mais profunda angústia social que as incertezas podem erigir.

No entanto, a partir da crise que se instala sobre a modernidade, caracterizada segundo Lyotard (1988) como uma crise das ciências, dos paradigmas e das grandes utopias, o que se verifica é a substituição da segurança ontológica dos grandes esquemas de classificação e ordenação da experiência humana pela “ansiedade existencial” (BAUMAN, 2001). Logo, ainda que a ideia de autossuficiente tenha sido empregada enquanto um axioma dos antigos humanistas, colocando, portanto, o homem como medida de todas as coisas se sua vontade for forte o bastante (BAUMAN, 1998), o que se vê cada vez mais é uma crescente dificuldade em gerenciar tal autossuficiência. A liberdade torna-se uma ilusão engendrada como mecanismo ideológico do próprio capitalismo.

Ao analisar as estruturas temporais da modernidade, Hartmut Rosa (2010) complementa as explicações aqui colocadas. Em sua *Teoria da Aceleração*, Rosa enfatiza a existência da

²⁵ Neste humanismo moderno, o Homem é o centro de tudo, é a própria divindade, auxiliada e apoiada pela razão humana (BAUMAN, 1998).

aceleração do ritmo de vida. Dentre os motores propulsores de tal fenômeno reside o motor social ou a competição, base esta do sistema socioeconômico capitalista. Viver neste contexto não significa exclusivamente estar sempre pronto às mudanças, aos riscos e às adaptabilidades contingentes. Significa estar pronto, preparado e disponível de maneira acelerada, conforme as expectativas de uma economia não mais estável e sim globalizada, incerta, temporária e movediça. Fenômeno que gera grande angústia existencial, sobretudo, quando se colocam todas as essas características diante da emergência de grupos que desestabilizam ainda mais a ordem previamente acordada.

Isto posto, é necessário retomar Sérgio Buarque de Holanda (1995). Convivem na mentalidade brasileira os aspectos da modernidade atual marcada pela aceleração, instabilidade, individualidade e outros, bem como elementos de uma modernidade construída com bases na família patriarcal e no racismo estrutural.

Para Holanda (1995), a família patriarcal não apenas invade o espaço público, mas se perpetua nele infinitamente, daí as propagandas eleitorais pautadas nas ameaças sobre a integridade da família tradicional brasileira. No que diz respeito as hierarquias sociais e raciais, as mesmas se reproduzem em todas as escalas sociais, sendo que a afabilidade e doçura ilusoriamente construídas ao passo que mascaram uma estrutura de grandes desigualdades sociais também impedem a modernização do país.

Essa cultura personalista de herança ibérica se traduz como a crença no eu, no indivíduo, no sujeito. Em outras palavras, significa que o brasileiro acredita que existe uma barreira entre ele e os outros (sejam estes brasileiros ou pertencentes a outras nacionalidades). Cada um é único e autônomo, sendo a própria felicidade ligada ao isolamento de cada um.

A cultura extrema da personalidade afasta a historicidade dos sujeitos e estabelece uma relação anacrônica entre a pessoa e o tempo que lhe marca. Não surpreende, então, a exacerbação de elementos como o “livre-arbítrio”, a “superação” e o “talento”, todos importantes nas narrativas modeladoras da identidade nacional e reforçadas pela conjuntura e narrativa neoliberal. Esse fenômeno impede, ou melhor, provoca ressentimentos sobre quaisquer aspirações de cunho humanista. O objetivo sempre foi, portanto, separar senhores e escravos, ser servido antes de servir, numa transparente crença que nos informa diuturnamente que o indivíduo não pode ser derrotado por suas circunstâncias.

Nesse sentido, o culto extremo da personalidade fragilizou laços sociais que possibilitariam formas de cooperação mais coletivas. Em substituição a tal fragilidade dois instrumentos de convivência são orientadores: o chamado pessoalismo (o dar a outra pessoa um pouco de si mesmo, colocando o outro em meio às particularidades da própria vida) e a eleição de ultra personalidades capazes de regular as demais personalidades constituintes da sociedade. Holanda

(1995) nos informa com isso sobre o amor do brasileiro às tiranias e ditaduras, ou seja, a valorização de regimes altamente centralizados cujo princípio de organização seja retirar a responsabilidade do indivíduo em “fazer o que é certo”.

A narrativa do eterno retorno à ordem e a identidade brasileira

No dia 07 de outubro de 2018, o candidato à presidência da República Jair Bolsonaro dava um pronunciamento pelas redes sociais logo após a divulgação dos resultados do primeiro turno das eleições. A fala do presidenciável naquele momento era significativa em diversos sentidos. Nela estão contidos desde inúmeros elementos que compõem a narrativa que modela o imaginário social brasileiro até mesmo elementos que correspondem às estratégias que visam aumentar a coesão grupal em momentos específicos, sobretudo, aqueles caracterizados como momentos de crise institucional.

No discurso, Jair Bolsonaro enfatizava que como soluções para o Brasil restariam duas opções supostamente contrárias em si e das quais lhe caberia representar uma, a saber, o caminho que chamou da prosperidade baseado na liberdade, no resgate aos valores da família e da religião, supostamente mergulhados numa crise ética e moral, e, o caminho oposto que chamou de “caminho da Venezuela”. Diz abertamente que:

[sic] [...] Um país que viu seus valores familiares desgastados, mergulharam o país na mais profunda crise ética, moral e econômica nunca visto. O nosso país realmente está à beira do *caos*, *não podemos dar mais um passo à esquerda*. O nosso passo agora é para o centro-direita [...] (PRONUNCIAMENTO..., 2018, *grifos nossos*)²⁶

Dois fatores são perceptíveis nessa passagem. Em primeiro lugar cabe observar os três eixos que orientam o ressurgimento da extrema-direita no cenário nacional e que são identificados por Luís Felipe Miguel (2018): o libertarianismo que sacraliza a livre concorrência e o mercado como reguladores das relações sociais (característica do contexto atual de modernidade), o fundamentalismo religioso que anula a possibilidade de debate ao eleger uma verdade enquanto absoluta, e, o perigo do comunismo (perigo vermelho), agora visto sob nova terminologia, o bolivarianismo. Por outro lado, salta aos olhos aquilo contido em poucas palavras, que, associadas ao que já foi dito revela características do personalismo e caudilhismo à brasileira. Dessa forma, cabe indagar: qual o significado da expressão “estar a beira do *caos*”,

²⁶ Transcrição própria.

frequentemente revivida nas falas do então presidenciável e, principalmente, dos seus apoiadores? Na argumentação de Dona M. isso fica ainda mais evidente:

[...] Olha toda a vida os contra governo fizeram arruaça [...].

Estou muito triste também sabendo que passeatas de mulheres peladas são Maria Madalena injustiçada.

Homem pelado se masturbando com a imagem de uma santa é arte.

Professora vagando e mijando na rua na passeata na foto do candidato que ela é contra.

Tudo isso não é rebeldia.

Tudo isso não é arte.

Temo pelo Brasil porque vai virar campo de nudismo.

[...] As manifestações (contra Jair Bolsonaro) foram de anarquia a mesma de 60 anos atrás (referência às manifestações do movimento estudantil de 1968) [...]. Dona M, mensagem de Whatsapp de 16 de outubro de 2018.

Assim, as eleições presidenciais de 2018 foram marcadas por uma série de características cuja singularidade está mais propriamente na forma, guardada as devidas proporções, do que realmente no conteúdo. Nesse sentido, é importante enfatizar a retomada imaginária de um inimigo comum – como aquele presente no discurso anticomunista que orientou o golpe Militar de 1964 e a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989. Esse inimigo imaginário conspira, segundo a narrativa, diretamente contra a norma culturalmente estabelecida e consensualmente aceita. Ele atenta contra os princípios daquela família patriarcal que se estende para Estado, mas atenta também contra a ordem meritocrática respaldada no “livre-arbítrio”, na “superação” e no “talento” a medida que concede “privilégios” por meio das instituições como, por exemplo, as cotas de acesso à Universidade Pública.

Para Adorno (2015), a ascensão do fascismo responde a uma instrumentalização de decepções justamente com as instituições. Aqueles que não concordam e não aderem a tal insatisfação são colocados como irracionais ou como corruptos porque compartilham com os ideais do outro. O ideal de eu particularizado é substituído por um objeto comum que proporciona identificação, mas que em todo o caso, já estava lá aguardando o momento de externalização. Esses mecanismos incitam a valorização do chamado “pequeno grande homem”, ou seja, aquele que fala como qualquer um de maneira autêntica e numa comunicação direta, mas que se coloca como protetor e ordenador em meio aquela ordem que se dissolve, mesmo que de maneira imaginária.

O modelo do *pater familias*, mais forte do que a noção de corpo social e classe revolucionária (REICH, 1982) dá sentido de força ao grupo que, em contexto atual de modernidade e personalismo à brasileira, não vê, não sente e não expressa coesão e laços de solidariedade a não ser pelo líder condutor e pela identificação do retorno à ordem. Esse modelo, por sua vez, é associado por indivíduos combatidos tanto pela crise e impotência diante do capitalismo quanto ressentidos pela “violação” dos princípios da meritocracia. A perda desse princípio organizador e produtor de identidade nacional lhes gera atrofia do eu. O que resta é uma massa flutuante, um campo fecundo para a emergência de líderes, grupos de interesses e demagogos com soluções fáceis, com propagandas de ódio, verdadeiros pregadores da exclusão e da marginalização dos grupos apresentados como antagonistas, mas que, em todo caso, ao emergirem já o fazem sobre uma base moral consolidada.

O discurso – analisado aqui pela chave conceitual das emoções – enfatiza o retorno a uma ordem que carrega a especificidade histórica brasileira. Em outros termos, trata-se da dissimulação culturalmente erigida da luta de classes, relações estas que prescindem de dimensões e dinamismos societários, inclusive dinamismos de segregação racial, essenciais para a integração, a estabilidade da ordem social inerente à sociedade de classes (FERNANDES, 1981).

O avanço do ódio não está apenas no ressentimento partidário, travestido em polarização política. O ressentimento é também às minorias e à diversidade humana. Este *outro*, supostamente resguardado pela diversidade cabível segundo os princípios democráticos, cujo corpo pode sustentar doze golpes de faca – como o corpo de Mestre Moa em um verdadeiro festival de banalização da vida – é transformado em um mero feixe de funções orgânicas, valorativamente menor em sua condição de dignidade e humanidade.

Este fenômeno vem acompanhado da manutenção de um Brasil violento e militarizado. Segundo Edson Tales (2018), enquanto uma sociedade de caráter racista, patriarcal e etnocida, o Brasil experimentou diversos modos de destruir e anular as práticas de resistência de modo a favorecer a dominação e os privilégios dos grandes proprietários e das novas-velhas oligarquias. Ao que tudo indica, o Brasil se formou como um país com um grande número de capitães do mato, um tipo de sociabilidade em diversos sentidos totalitária e propícia a discursos fascistizados não vinculados ao grau de escolaridade, mas que ao longo do tempo criou o caldo cultural para a reprodução da barbárie.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor. **Dialectica Negativa**. Madrid: Taurus, 1984.

_____. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise.** São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. **La personalidad autoritária.** Buenos Aires: Proyección, 1965.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **O Mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CANDIDATO ao Governo do Rio, Wilson Witzel em ato junto a placa destruída de Marielle Franco. Direção de [s.d.]. Rio de Janeiro: Ploc Social, 2018. P&B. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6pwL3nsgULE&t=22s>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

DIAS, Leandro. **Fascismo à brasileira.** 2014. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/01/fascismo-brasileira.html>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classe social na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização.** Rio de Janeiro: Imago, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ILLOUZ, Eva. **Saving the Modern Soul: Therapy, Emotions, and the Culture of Self-Help.** Berkeley: Ca: University Of California Press, 2008.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Emoções, Sociedade e Cultura: a categoria de análise emoções como objeto de investigação na sociologia.** Curitiba: Editora Crv, 2009.

LYOTARD, Jean-françois. **O pós-moderno.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MACIEL, Alice et al. **Apoiadores de Bolsonaro realizaram pelo menos 50 ataques em todo o país.** 2018. Disponível em: <<https://apublica.org/2018/10/apoiadores-de-bolsonaro-realizaram-pelo-menos-50-ataques-em-todo-o-pais/>>. Acesso em: 10 out. 2018.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Editora Mandacaru, 1989.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2003.

METROPÓLES: Jornal holandês publica charge de bandeira brasileira com suástica. [s.l], 29 out. 2018. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes->

2018/jornal-holandes-publica-charge-de-bandeira-brasileira-com-suastica>. Acesso em: 01 nov. 2018.

MIGUEL, Luís Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. [s.l]: Boitempo, 2018.

NOBRE, Marcos. **A dialética Negativa de Theodor W. Adorno**. São Paulo: Iluminuras, 1999.

PINASSI, Maria Orlanda. Da democracia formal à radical. In: GONÇALVES, M. B. (Org.). **As jornadas de junho**: o significado do retorno das manifestações de massas no Brasil. Recife: do Organizador, 2014. p. 27-31.

PRONUNCIAMENTO de Bolsonaro após resultado das eleições - 07/10/2018. [s.l]: Tubal do Vale, 2018. P&B. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-Mv5r8f3dCA&t=328s>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ROSA, Hartmut. **Alienation and Acceleration**: Towards a Critical Theory of Late-Modern Temporality. Malmöarhus: Nsu Press, 2010.

SCARTEZINI, Natalia. A fascistização da indignação: as manifestações de 2015 no Brasil. **Revista Cadernos de Campo**, Araraquara, v. 20, n. 1, p.1-24, 2016. Disponível em: <file:///Users/livia/Downloads/8019-23257-1-PB.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2018.

TELES, Edson. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In: GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. [s.l]: Boitempo, 2018.

ZANOLLA, Silvia Rosa da Silva. Dialética negativa e materialismo dialético: da subjetividade decomposta à objetividade pervertida. **Kriterion**: Revista de Filosofia, [s.l.], v. 56, n. 132, p.451-471, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0100-512x2015n13207ssz>.

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PPGCS e XVIII SEMANA DE CIÊNCIAS
SOCIAIS

GT 7 Pensamento Social e Político Brasileiro

A FASE OBREIRISTA DO PCB (1929-1934): UMA ANÁLISE DA EXPULSÃO
DOS INTELECTUAIS DO PARTIDO

Danilo Martins Brandelli

Aldo Duran Gil

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar um período pouco estudado da histórica política brasileira, trata-se do período obreirista do PCB (1929-1934), o qual consistia na substituição do comitê central em decorrência dos operários. Essa política, aliás, se estendeu por outros partidos comunistas do mundo, chamado do processo de proletarização com o claro intuito de maior aproximação das massas e dos sindicatos da época.

Palavras-chave: obreirismo, PCB, intelectuais, classe média

Introdução

O período obreiro (1929-1934) é a fase menos estudada pela longa bibliografia sociológica e histórica acerca das análises do PCB – Partido Comunista Brasileiro. Encontra-se poucos estudos e artigos a respeito, quando muito, algumas notas sem muita dar muita importância em livros.

Essa fase constituiu na exclusão da primeira formação do PCB com o intuito de substituição dos intelectuais por operários, política que vinha de fora, especificamente do secretariado Sulamericano e da qual o partido a seguiu. Nomes relevantes da formação do partido bem como do marxismo no Brasil, casos de Astrojildo Pereira e Octávio Brandão foram expulsos.

Os estudos são parcos Del Roio e Alvaro Biachi oferecem alguns dados sobre o período, o primeiro trata o assunto de forma indireta, pois seu objeto de análise é a figura de Octávio Brandão, enquanto o segundo autor analisa o período específico, porém, trata-se de um texto curto de um blog que não tem o intuito de oferecer a profundidade que o tema necessitaria; 1) por se tratar da expulsão de figuras relevantes da política brasileira 2) por ser acatada uma política do exterior para o partido e 3) pelo retorno logo após a expulsão dos tidos intelectuais de Luis Carlos Prestes.

Esses são alguns dos pontos mais relevantes dos quais se procura neste artigo e com base em pesquisa bibliográfica e documental responder e situar melhor os problemas que o cercam.

O objetivo do presente trabalho é evidenciar a luta de classes no interior do movimento comunista inserido na história particular do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e mais especificamente analisar como se deu tal luta no interior do partido na chamada fase obreiro (1929-1934).

Fez-se uso neste trabalho de uma pesquisa bibliográfica e histórica sobre o fortalecimento da classe média no Brasil e seu papel no início do movimento comunista brasileiro nas décadas de 1920-1930.

Nesse trabalho aborda o conceito de pequena-burguesia formulado por Poulantzas, e o conceito de classe média de Saes. Ambos partem da premissa marxista da ocorrência de frações de classes nas sociedades divididas em classes, cuja análise principal aqui situada será o início do capitalismo no Brasil. Na onde, a classe média

como é conhecida atualmente estava ainda se desenvolvendo, ao se diferenciar da pequena-burguesia tradicional de comerciantes, com o assalariamento dos profissionais liberais e o desenvolvimento da chamada nova pequena-burguesia em funções de trabalhos improdutivos, tais como, jornalistas, farmacêuticos, bancários e etc. Essas frações historicamente ora se alinham com a burguesia e ora com a classe operária, não havendo necessariamente, um posicionamento político definido, a não ser em último caso, quando assumem uma tendência à aliança com a burguesia, tese essa defendida por Marx (1998), Poulantzas (1978) e Saes (1981).

A classe média no Tenentismo (1930)

A classe média, ou como também podemos designar de setores médios e aí incluí os militares e a pequena-burguesia, teve relevante papel político na história do capitalismo brasileiro, principalmente na implementação e desenvolvimento deste sistema nos períodos da Abolição da Escravatura (1888), Assembleia Constituinte (1889), Tenentismo (1930) e posteriormente na Ditadura Militar (1964) (SAES, 1985).

Para Saes (2001) exemplos do fracionamento da classe média não faltam, a divisão no interior do movimento Tenentista com Getúlio Vargas é um exemplo disso. Parte dos tenentes buscavam por meio de um movimento radical de massas, mudanças profundas na sociedade brasileira, na qual, contrariavam os interesses das oligarquias da época e devido a isso, não mantiveram a aliança com Vargas que demonstrava ter pouco compromisso com as propostas de rompimento radical com as oligarquias.

Também, houve a divisão do movimento tenentista quando Luiz Carlos Prestes entrou para os quadros do PCB, dividindo mais uma vez o setor médio dos militares. Situação necessária essa para que alguns ex-combatentes da Coluna Prestes se alinhassem novamente com o governo de Vargas sob a promessa de cumprimento de parte das propostas dos tenentes. Contudo, nesse período histórico já consegue-se comprovar o acerto da tese de Saes (1981) que analisa a classe média desse período como não sendo um grupo homogêneo no qual agiu de forma unitária. Pois, se agisse assim, o que explicaria, portanto, a grande participação da classe média no movimento comunista do início do século XX no Brasil ao mesmo tempo em que participavam e apoiavam em parte o tenentismo.

Desta forma, uma análise mais detida da classe média desse período poderia dar pressupostos analíticos para a compreensão de alguns rachas pelos quais passaram o PCB. Como procuraremos demonstrar no decorrer do texto na análise da fase “obreirista” do PCB, na recusa ao “prestismo” e no acolhimento de Luiz Carlos Prestes.

A ação da classe média na cena política do desenvolvimento capitalista brasileiro (oligárquico, populista, autocrático militar) não se deu de forma unitária, enquanto classe homogênea, e sim, se deu de forma fracionária, ora contrariando a um desses estágios de desenvolvimento capitalista e ora convergindo como aliada política e até mesmo base social de apoio²⁷.

Saes (1985) a classe média teve papel fundamental em três processos fundamentais na mudança de Estado escravista para burguês: a Abolição da escravatura (1888), A Proclamação da República (1889) e a Assembleia Constituinte (1890/1891). A classe média foi a força dirigente deste processo pelo fim do escravismo no Brasil, sob o intuito de mudança capitalista, até mesmo porque era o único tipo de Estado que poderia garantir a sua reprodução por meio do aumento da burocracia estatal e aplicação dos princípios meritocráticos para a seleção profissional, enquanto os escravos rurais foram a força motriz neste processo e que acabaram sendo excluídos logo após a classe média ter dirigido a política estatal do período de transição capitalista.

Algo que evidencia os rachas da classe média que não se concretiza em bloco político monolítico aliado a classe dominante em momento algum dos períodos políticos citados acima, mas em frações politicamente divididas entre o bloco da classe dominante e o das classes populares (SAES, 1984). O autor deixa claro, assim, seu posicionamento frente aos debates acerca do posicionamento político da classe média no decorrer da história política brasileira.

Como, por exemplo, a unidade política da classe média enfrentaria no mínimo a junção de grupos profissionais muito diferentes, como a pequena burguesia tradicional (camponeses, artesãos, pequenos comerciantes) e a nova pequena burguesia (trabalhadores assalariados improdutivos), enquanto portadores de uma ideologia em comum. Embora, não houve nenhum desses aspectos no desenvolvimento capitalista dependente do Brasil, estes aspectos caracterizariam assim, o desenvolvimento capitalista Europeu e não poderiam ser correlacionados ao contexto de economia emergente brasileira (SAES, 1985).

²⁷ Tese defendida por Décio Saes no livro *Classe Média e Sistema Político no Brasil*.

O processo de industrialização capitalista exigiu a expansão do aparelho urbano de serviços, em que fez nascer junto com as classes antagônicas burguesia industrial e classe operária outros grupos sociais que se agrupam no setor terciário, chamados, trabalhadores improdutivos.

Por trabalhadores improdutivos entendemos, segundo a tradição marxista, todos cujo trabalho não contribui diretamente à produção de mercadorias. Sua condição de trabalhadores e o fato de eles concederem, muito frequentemente, um sobretrabalho aos proprietários do capital, os aproximam da classe operária; mas, ao contrário desta, eles não participam diretamente do processo capitalista de produção de mais-valia. Este corte analítico, empreendido ao nível das relações de produção, entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, reagrupa, portanto, num grande conjunto os trabalhadores assalariados dos serviços urbanos (bancos, comércio, propaganda, transporte, comunicação) e da administração das empresas industriais, os funcionários do Estado, civis e militares, e os profissionais liberais (SAES, 1985, p. 09).

Nota-se que nem todos os trabalhadores improdutivos compartilham da mesma ideologia e da atuação política. Isso se deve a diversificação das funções improdutivas, além da qualificação e hierarquia dos salários, níveis de consumo e a posição que se ocupa na hierarquia de trabalho são esses alguns dos fatores preponderantes para que os trabalhadores improdutivos não se vejam enquanto classe.

O mesmo não ocorre entre os trabalhadores produtivos que, dada a sua situação de exploração menos fracionada na divisão do trabalho e o contato direto com as contradições na produção de mercadorias, tudo isso dificultaria, portanto, a desorganização da consciência operária que teria o germe da união nas próprias relações de exploração (SAES, 1985).

Ainda segundo Saes (1985) a fragmentação do mundo do trabalho é fundamental para a classe dominante, principalmente na distinção entre trabalho manual e intelectual, separando assim, o conjunto dos trabalhadores por suas funções.

Difundiu-se com isso, a hierarquia do trabalho de modo que apagasse a possibilidade de união de todos os trabalhadores contra os proprietários dos meios de produção, algo que não foi capaz de eliminar a consciência operária em todos os trabalhadores. Contudo, a condição não antagônica das funções exercidas pelo trabalhador improdutivo destinaram um maior fracionamento ideológico e político que os demais, ou seja, a solução para a união dos trabalhadores era então a estratificação social em grupos (SAES, 1985).

A distinção entre trabalho manual e intelectual cria grupos médios, que nada mais são que grupos intermediários, situados entre as classes antagônicas no capitalismo (classe burguesa e classe operária). Tais grupos também se distinguem dos operários, constituindo assim, uma consciência média, algo que varia em circunstâncias do desenvolvimento capitalista e das particularidades da estrutura de classes própria a cada sociedade, segundo Saes (1985).

A condição média dos trabalhadores classificados na hierarquia de trabalho por não-manuais, não afasta se quer possíveis alianças com a classe operária. Porém, esta aliança não se torna em momento algum, fusão de classe, mesmo que sindicatos médios assumam ora posições políticas operárias, essas posições têm um limite muito claro no posicionamento político da classe média que é a recusa ao nivelamento social entre trabalhadores manuais e trabalhadores não-manuais (SAES, 1985).

O temor do nivelamento social também contribuiu à aceitação, pelos trabalhadores “de escritório”, de 1930 aos nossos dias, de uma legislação sindical que divide o mundo do trabalho mediante a interdição de toda organização “horizontal”; a organização dos trabalhadores por “setor econômico” (indústria, comércio, agricultura, bancos, etc.) e a impossibilidade legal de uma confederação geral dos trabalhadores isolam a classe operária das outras categorias de trabalhadores e situam a luta sindical num contexto muito favorável à classe dominante. Esta consagração legal da hierarquia do trabalho é, ao mesmo tempo, o instrumento e o resultado da fragmentação do mundo do trabalho; expõe a classe operária aos olhos dos “não-manuais” como uma classe “à parte”. A aceitação implícita pelos trabalhadores “de escritório” de uma estrutura sindical segmentada aparece como a expressão do corte, particularmente profundo na sociedade brasileira, entre “trabalho manual” e o “trabalho não-manual” (SAES, 1985, p.16)

Neste exemplo, Saes (1985) acaba por nos revelar um conceito de ação política da classe média que em último caso opta pela não equidade de situação econômica com o trabalhador manual. Essa luta política e também ideológica acompanha o desenvolvimento capitalista, que no Brasil evidencia-se com a tensão em torno de uma estrutura de sindicato fragmentada por setores econômicos.

As orientações políticas dos grupos médios, portanto, sempre estão em relação com a evolução da política burguesa e da política operária. Dito de outra maneira, a posição política dos grupos médios depende da conjuntura, do modo pelo qual se articulam e se opõem a prática política burguesa e a prática política proletária, de seus problemas e de suas tensões (SAES, 1985, p. 18)

Saes ao se referir que o posicionamento político da classe média se relaciona a conjuntura evolutiva da política burguesa e prática política operária, assume que é possível situar a classe média apesar de sua tendência a oscilação entre as classes fundamentais, apesar de que, para Marx & Engels no *Manifesto Comunista*, a classe média luta para não afundar no proletariado.

Tão logo, como situar essa classe denominada por Marx & Engels como oscilante. Saes (1984) oferece uma resposta para o impasse do posicionamento da classe média marxiano, o que o autor designa por *situação de trabalho* e compreende como o conjunto de elementos capazes de introduzir diferenciações ideológicas no mundo dos trabalhadores “não-manuais”: relações de trabalho (posição diante dos agentes das decisões e dos “manuais”), forma de remuneração (sobretudo proximidade ou distância em relação aos salários dos operários), nível de formação necessária (primário, secundário, técnico, universitário). As diferentes articulações destes elementos criam uma *situação de trabalho* particular, capaz de engendrar uma disposição ideológica específica. Entretanto, esta disposição só se concretiza em contato com uma conjuntura política que cujo aspecto é determinado pelo estado da oposição entre as classes. Em outras palavras, a conjuntura política reflete-se de maneira específica em cada grupo médio em função de sua *situação de trabalho*.

Em cada conjuntura política, os grupos médios se dispersam “à direita” e “à esquerda” sem chegar necessariamente a encontrar sua unidade e formar assim uma classe. Porém, formam-se setores, segundo diferenciações registradas no nível da “situação de trabalho” perante o alinhamento com a burguesia ou com o proletariado. Algo que também não retira a possibilidade de rachas internos entre os setores médios sob o mesmo apoio a uma das classes antagônicas do capitalismo, no caso da burguesia, apoiam certas frações burguesas diferentes e concorrentes no bloco no poder do Estado.

Os intelectuais comunistas no Brasil das décadas de 1920-1930

Em vários países do mundo, os intelectuais tiveram papel relevante na difusão das ideias comunistas, no Brasil não foi diferente, Octávio Brandão foi o primeiro a tentar fazer uma análise marxista da formação social brasileira na obra *Agrarismo e Industrialismo* em 1924, sendo ele, também responsável pela fundação do PCB.

As condições e aspirações que explicam como e porque surgiu o partido comunista no Brasil são, em grande parte, semelhantes às que prevalecem em outros países nos períodos em que se formaram partidos comunistas: a incipiente industrialização e de uma classe operária industrial serão descritos e os movimentos e ideologias radicais precursoras serão identificados e analisados em relação aos principais movimentos de protesto no período entre 1848 e 1917. Em seguida, será preciso analisar também a atividade organizatória de grupos de militantes radicais, já que isto culminou no surgimento do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922 (CHILCOTE, 1982, p. 39)

Para Chilcote (1982) houve similitudes com outros países que também passaram pela formação de partidos comunistas como no caso da Rússia, país atrasado, agrário e semifeudal antes da criação de seu partido comunista e da Revolução Russa de 1917. O autor também relata o movimento e as ideologias radicais que são precursoras na formação do partido comunista.

O período de rápida industrialização coincidiu assim – na verdade originou – com sérios deslocamentos dentro da sociedade brasileira. A indústria não atraiu somente imigrantes da Europa mas também um grande número de migrantes da área rural, especialmente os escravos recém-libertos. As cidades começaram a crescer rapidamente e se expandiram a burocracia pública e a privada, estimulando o crescimento das classes médias urbanas. Um efeito impressionante destes deslocamentos sociais foi o de produzir uma classe relativamente grande de moradores nas grandes cidades – principalmente trabalhadores e intelectuais – com vínculos muito frágeis com a ordem estabelecida. Estes indivíduos *déclassés*, desvinculados da ordem oligárquica dominante e hostis a ela, viriam a ser os principais impulsionadores dos movimentos radicais (CHILCOTE, 1982, p.44)

A classe média junto com os trabalhadores urbanos desvinculados da ordem oligárquica, segundo Chilcote (1982) foram os principais impulsionadores dos movimentos radicais no Brasil, pode-se dizer conquanto a isso que no Brasil o forte movimento operário anarquista do começo do século XX auxiliou a formar a base dos primeiros integrantes do PCB, tal como, a expansão desse partido com a ideologia radical dentro do movimento tenentista, principalmente na figura do lendário Luiz Carlos Prestes quando se alia ao partido em 1934.

Saes (1985) nos auxilia na compreensão desse período das classes médias urbanas *déclassés*. Na qual, esses segmentos médios buscavam o rompimento com a oligarquia por não valorizar o trabalho não manual desses (tido como intelectual), bem como qualquer outro trabalho. Assim, a classe média não poderia, portanto, apoiar a classe dominante que se contrapunha com o desenvolvimento da burocracia urbana e

dos princípios meritocráticos para a seleção de quadros no aparelho burocrático do Estado.

Os momentos de divisão descritos no decorrer do texto entre os tidos como intelectuais e os operários no PCB, são descritos em três momentos: “obreirismo”, crítica ao “prestismo” e acolhimento de Prestes.

A fase “obreirista” do PCB durou de 1929 a 1934 e consistiu na expulsão dos intelectuais dos quadros do partido e pela substituição por operários nos cargos do comitê central do partido.

Essa fase foi um efeito local da consolidação da vitória da fração stalinista no 6º Congresso da Internacional Comunista em julho de 1928 que promoveu um giro sectário na política de classe contra classe que consistia na luta contra os grandes partidos socialdemocratas e o fascismo (BIANCHI, 2015).

A fração stalinista entendia que nos países aonde existiam fortes partidos socialdemocratas, o fascismo assumiria a forma particular de social-fascismo e esse era o principal inimigo dos comunistas e do movimento operário, sobretudo nas suas vertentes de esquerda de caráter fascista, cujo efeito seria o maior obstáculo do crescimento das atividades de massa dos trabalhadores por parte dos comunistas.

Tão logo, essa ideia de “proletarização” dos partidos comunistas influenciou a organização do PCB no que foi chamado de fase “obreirista”. Segundo, Bianchi (2015) o jornal *La Correspondencia Sudamericana* já em setembro de 1929 publicava uma carta aberta na qual denunciava os perigos da direita e criticava a política do BOC (Bloco Operário e Camponês) entre os comunistas sulamericanos.

Para aplicar as novas diretrizes na América Latina realizou-se em Buenos Aires, nos meses de abril e maio de 1930, uma reunião do Secretariado Sul Americano, chefiado pelo lituano August Guralsky, cujo sugestivo era Rústico. Participavam da reunião os brasileiros Astrojildo Pereira, Octavio Brandão, Plínio Mello e Aristides Lobo. O Secretariado rotulou a política eleitoral do PCB e o Bloco Operário e Camponês como direitista, acoessando a direção dos comunistas brasileiros (BIANCHI, 2015, p.02)

Houve reação por parte do intelectual Leôncio Basbaum que reuniu demais militantes para voltar a ocupar o Comitê Central. Como é demonstrado nesse trecho:

A sessão plenária do CC do PCB, realizada em janeiro de 1932 aprofundou o curso obreirista do partido. Leôncio Basbaum, que na época era o secretário-geral da regional São Paulo opôs-se a Fernando

de Lacerda sobre a questão sindical e sobre o papel dos intelectuais no PCB. Ele e sua esposa Ercina reagiram fortemente à oposição e propuseram que os intelectuais não tivessem direito a voto no partido. A proposta foi aprovada, mas a seguir, a esposa do médico argumentou que “ajudava o marido, costurava suas camisas e tinha um avô que fora camponês”. Com esses pretextos, Ercina foi promovida a operária e passou a votar nas reuniões (BIANCHI, 2015 apud DULLES, 1977, p. 395)

A aplicação das novas diretrizes foi imediata, segundo Bianchi (2015) após a destituição de Astrojildo Pereira em janeiro de 1931, passaram pelo cargo de secretário geral do partido 6 militantes em menos de 24 meses.

Em 1932 a fase obreirista chegava a seu auge proibindo os intelectuais do direito a voto e expulsando Astrojildo Pereira do partido sob a alegação de que após a política de proletarização do PCB esse não se sentiu mais com ânimo de ‘ator da história’, segundo Bianchi (2015, apud BRADO, 1932, p.04). Tanto essa, como outras expulsões e ações da fase obreirista ficavam no âmbito das especulações e nada até hoje fora comprovado para justificar tais ações.

Sob controle burocrático do Secretariado Sul Americano sequer a “proletarização” durou. Quando a Internacional deu sua guinada definitiva na questão brasileira e resolveu acolher Luis Carlos Prestes em suas fileiras, apesar das resistências oferecidas pela ala obreirista do PCB, esta foi destruída. Em junho de 1934, o ex-sargento Antonio Maciel Bonfim, o Miranda, um dos protagonistas da reunião armada para liquidar Basbaum, foi eleito para a secretaria-geral. Pouco restou dos antigos operários na direção e o discurso sobre a proletarização logo foi uma página virada. Juntamente com Bonfim foram eleitos o professor Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu, o filho de usineiro Honório de Freitas Guimarães, dito Martins, e Adelino Deicola dos Santos, o Tampinha (BIANCHI, 2015 apud RODRIGUES, 1996, p. 378).

Segundo Bianchi (2015) após a fase obreirista no PCB, “os tenentes encontraram a via desimpedida para assumir o comando do PCB. O “núcleo proletário” já havia sido liquidado, assim como, toda a possibilidade de resistência por parte dos intelectuais do partido”.

Não existem muitos dados sobre esse período, inclusive alguns autores o ignoram como Chilcote. Porém, é possível fazer algumas relações com outros eventos, tais como o prestismo e o acolhimento de Luis Carlos Prestes. Esse de início se mostrou contrário a se candidatar pelo PCB por achar as propostas a serem adotadas pelo partido muito extremadas, depois de fazer parte da Aliança Nacional Libertadora, ele vai para a

União Soviética estudar por quatro anos e quando volta é recebido de braços abertos pelo partido.

O PCB já tentara convidá-lo a fazer parte dos quadros a se candidatar pelo partido em 1927 e fazer uma aliança com a pequeno-burguesia. Mas os primeiros militantes do partido divergiram da candidatura de Prestes por criticarem a aliança deste com a pequena burguesia da época, chamando o movimento pela candidatura de Prestes de prestismo ao denunciarem tal aliança. Enquanto, o próprio Prestes acusava esses de “capachos” do imperialismo inglês e americano, também sem muitas provas.

Bianchi (2015) sustenta a tese na qual a fase obreirista seria um período de desimpedimento para os tenentes assumirem o comando do PCB, ou seja, uma tática política de eliminar os “intelectuais” que se opunham a Prestes e aos tenentes. E que é explicado pelo fato de os operários terem ficado pouco tempo no comando do partido e se quer se mantiveram, sendo substituídos logo após, pelos tenentes.

Havia no final da década de 1920 uma real ameaça para os partidos comunistas devido a grande influência exercida pelos partidos socialdemocratas no movimento operário de massas e na agitação revolucionária da época, sobretudo como foi descrito nas *Teses acerca do movimento revolucionário dos países coloniais e semicolônias do VI Congresso da Internacional Comunista* de 1928 ao pautar alianças curtas e estratégicas com esses setores.

Contudo, o documento alertava sobre os partidos pequeno burgueses serem possíveis aliados dos fascistas e braço de apoio das burguesias nacionais para fazerem a sua revolução, já que em alguns países ainda viviam sobre o domínio colonial ou semi-colonial que atravancavam o desenvolvimento industrial. Tal direção incluía o Brasil que dependia da exportação de matéria prima e produtos do campo para os países centrais e possuía uma indústria incipiente.

A direção para os partidos coloniais e semi-coloniais era de que se inserissem nos sindicatos controlados pelos socialdemocratas e que ocupassem os seus comitês centrais de operários ou substituíssem os intelectuais com o passar do tempo por operários.

Os partidos comunistas nos países coloniais e semi-coloniais devem fazer todos os esforços para criarem funcionários de partido vindos das fileiras da própria classe operária, devem utilizar os intelectuais no partido como diretores de propaganda e das escolas do partido legais e ilegais, devem treinar os trabalhadores mais avançados como agitadores, propagandistas, organizadores e líderes educados no

espírito do Leninismo. Os partidos comunistas nos países coloniais devem também tornar-se verdadeiros partidos comunistas no que toca á sua composição social. Ao mesmo tempo que conduzem ás suas fileiras os melhores elementos da intelectualidade revolucionária forjados na luta diária e nas grandes batalhas revolucionárias, os partidos comunistas devem dar a maior atenção ao fortalecimento da organização do partido nas fábricas e nas minas, entre os trabalhadores dos transportes e entre os semi-escravos das plantações (CONGRESSO DA INTERNACIONAL COMUNISTA, 6º: *Teses acerca do movimento revolucionário dos países coloniais e semi-coloniais*, p.14)

Neste trecho, as teses dão a direção no sentido de qual ocupação deve ser exercida pelos intelectuais do partido, não de quê esses devam ser expulsos em favorecimento da “proletarização”. Mas sim, em uma mudança da utilização dos intelectuais, no cumprimento de funções de propaganda e formação dos trabalhadores para agitação, organização e liderança política em decorrência dos cargos ocupados na direção do partido.

Os intelectuais descritos nas teses não eram necessariamente os intelectuais dos dias atuais. No entanto, eram pessoas que ocupavam cargos de trabalho não-manual ou escreviam artigos e livros pôr pura curiosidade acadêmica e com o intuito de analisar a realidade política local, como Astrojildo Pereira e Octávio Brandão.

No Brasil eram gráficos, jornalistas e farmacêuticos, os tidos como intelectuais. Haja vista, que esses não estavam em contato direto com a expropriação da mais-valia e que não eram vistos como operários. E até mesmo pôr não ocuparem esses cargos, não poderiam estar no interior de sindicatos de operários com poder de influência de massas.

Uma compreensão incorrecta do carácter básico do partido da grande burguesia nacional dá origem ao perigo de uma compreensão incorrecta do carácter e do papel dos partidos pequeno-burgueses. O desenvolvimento destes partidos segue um curso que vai de uma posição nacional-revolucionária até uma posição nacional-reformista. Mesmo movimentos tais como o Sun Yat-senismo na China, o Gandhismo na Índia e o Sarekat Islâmico na Indonésia surgiram a partir de movimentos ideológicos radicais de tipo pequeno-burguês que se converteram mais tarde em defensores da grande burguesia e dos movimentos nacional-reformistas (CONGRESSO DA INTERNACIONAL COMUNISTA, 6º: *Teses acerca do movimento revolucionário dos países coloniais e semi-coloniais*, p.13)

Dito isso, compreende-se um pouco o contexto da época das teses do VIº Comintern²⁸ na qual dava direções no sentido dos perigos da pequena-burguesia se degenerar ao converterem em apoiadores da grande burguesia com possibilidade de frustrar os planos da revolução socialista e dos ganhos do movimento operário.

Buscava-se por meio do sectarismo certo afastamento das funções principais dos intelectuais, no receio desses utilizarem o partido comunista para influencia-lo depois de feita a Revolução Nacional, compreendida aqui como a liberdade das colônias e semi-colônias da intervenção imperialista sob o apoio de parte da burguesia nacional.

É importante ressaltar que o conceito marxista de pequena burguesia no que atualmente compreende-se como classe média ou setores médios da sociedade é aplicado aqui com algumas precauções na utilização desses conceitos em épocas diferentes das quais foram formuladas. Identifica-se, entretanto, em linhas gerais acerca do problema de ambos os fragmentos de classes, no que tange seu conservadorismo frente à classe operária, ou seja, não equidade com o trabalhador manual, compreendido aqui como o operário fabril.

Partindo do pressuposto marxista de quê, a pequena burguesia, a classe média ou setores médios da sociedade em última instância apoiam a burguesia e suas políticas; e numa leitura mecanicista das teses do 6º Comintern que foi escrita num contexto de tomada de precauções frente ao fascismo e a socialdemocracia com o receio como já dito no decorrer do texto, de ambos suprimirem a luta revolucionária dos operários. Podemos concluir que foram tomadas certas medidas drásticas e até prejudiciais para o movimento comunista brasileiro da década de 1920-1930.

Principalmente no Brasil, ao excluir os tidos intelectuais do partido ao ocupar o lugar desses com operários geralmente despreparados no comunismo, com o intuito de ter maior inserção nos sindicatos e nas massas, o que acabou por não ter grandes efeitos práticos.

A exclusão dos intelectuais no Brasil primeiramente foi fruto de uma crítica do secretariado Sulamericano chamando as políticas do PCB no Bloco Operário e Campônes (BOC) e a aliança com a pequena burguesia nas eleições de direitista e após isso seguindo acriticamente as direções do secretariado e do comitê executivo da internacional comunista, Astrojildo Pereira tratou de excluir os intelectuais do partido o que não o livrou de ser excluído também posteriormente.

²⁸ Comintern refere-se A internacional Comunista e advém do inglês *Communist International* ou do alemão *Kommunistische Internationale* (Komintern).

É importante ressaltar que as teses não indicavam de forma clara que a exclusão dos intelectuais era necessária, mas sim, alertava sobre a precaução nas alianças com partidos da socialdemocracia, a política de junção de classes entre operários e camponeses e a reorientação das funções por parte dos intelectuais.

A direção do partido seguindo mecanicamente as direções do secretariado e do comitê executivo da internacional comunista excluiu os intelectuais que deveriam ter papel fundamental na política de proletarização, na formação dos operários e propaganda comunista. No intuito de se libertarem da ideologia pequeno-burguesa compreendida aqui como o principal desvio político do PCB em suas alianças e ações.

Contudo, o argumento de a ideologia e a política pequeno-burguesa serem os principais desvios do PCB, oculta a forte oposição dos intelectuais a entrada de Luis Carlos Prestes e parte dos tenentistas no partido, o qual foi relevante para abrir espaço para Prestes ser recebido pelo partido na volta desse ao Brasil e que também culminou no fim da fase obreirista no PCB.

Dessa forma, compreende-se que a ideologia pequeno-burguesa e o pertencimento de classe dos intelectuais, tal como, as direções do 6º Comintern foram utilizados para barrar a oposição a Prestes e não necessariamente seguir uma política de proletarização no partido ou que seja uma maior participação dos operários ou influência nos sindicatos, até mesmo porque essa participação durou pouquíssimo tempo.

Quanto à questão conceitual, as teses do Comintern até seguiram o conceito de pequena-burguesia marxista, mas sob um contexto muito particular que não possibilitava uma leitura complexa da realidade política dessa classe que poderia ser mais bem colocada, não apenas nas teses como também no PCB ao aproveitar o máximo dessa classe para formação, agitação e propaganda comunista frente aos operários. Pelo fato de quê a pequena-burguesia quando aliada com o operário, torna-se revolucionária; Marx & Engels (1998).

As teorias marxistas sobre a classes sociais²⁹ dão pressupostos analíticos relevantes para o período exposto nas décadas de 1920-1930, no que tange a análise do posicionamento político relativo dos setores médios entre a burguesia e o operariado e que em última instância optam por apoiarem as classes dominantes. O que proporciona

²⁹ Conceito de classes sociais retirado da obra de Nicos Poulantzas e de classe média em Décio Saes.

compreender melhor os movimentos entre a direita e a esquerda, e esquerda radical pelos quais passaram os setores médios brasileiros.

Conclusão

O erro crucial ao adotar as medidas de proletarização no PCB foi reduzi-las ao que Poulantzas designa como determinação estrutural de classe, reduzindo essa, consecutivamente à sua posição de classe, no caso da pequena-burguesia, aqui entendida como os intelectuais do partido na época de (1920-1930), quando esses foram acusados de direitistas por formarem alianças com a burguesia nacional. “A determinação estrutural de classe refere-se desde já à luta econômica, política e ideológica de classe, expressando-se todas essas lutas pelas posições políticas de classes na conjuntura” (POULANTZAS, 1978, p.16).

Entretanto, Poulantzas alerta que a pequena-burguesia, bem como outras classes, que não a classe operária, podem em certas conjunturas concretas assumirem posições de classe operária. Embora, não se tenha levado em consideração por parte do PCB e do secretariado Sulamericano, a conjuntura objetiva da época em que o país vivia, sob a transição da oligarquia rural para o capitalismo “monopolista” industrial³⁰ e as potencialidades de uma possível aliança com os intelectuais da época como frações de classe possivelmente favoráveis a um posicionamento operário naquela dada conjuntura.

Em momento algum foi demonstrado objetivamente, ao menos no que se refere à expulsão dos intelectuais, que esses assumiam posicionamentos em favor da burguesia e, portanto, contrárias à classe operária. Foi levada apenas em consideração, a respectiva *determinação estrutural de classe* desses, como posição determinada de classe, enquanto indivíduos fixos em um lugar de classe, quando a conjuntura demonstrava ser favorável para que os intelectuais se posicionassem à favor da classe operária, particularmente os que já estavam dentro do partido.

Assim, por mais que a *situação de trabalho* dos tidos intelectuais do partido fosse diferente dos operários, eles eram farmacêuticos e gráficos na década de 1920-1930, trabalhos não considerados na época como operários, e apesar da conjuntura no receio do 6º Comintern com a influência fascista e social-democrata da pequena-

³⁰ Tal tese da transição direta da economia agroexportadora sob o domínio da oligarquia rural para o capitalismo monopolista industrial se encontra no livro *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil* de Décio Saes, no qual, encontra-se na bibliografia.

burguesia. Entretanto, não havia razão para a exclusão do quadros tidos como intelectuais

Conclui-se com isso, que a expulsão dos intelectuais serviu apenas com fins políticos dos quais tendem a se pensar como no retorno de Prestes ao PCB, no entanto, não afirmamos tal tese de que o partido se mobilizaria totalmente entorno de um indivíduo lendário que se destacaria dos demais. E sim, que, poderia haver uma reconfiguração dos quadros do partido, substituindo-os pelos tenentistas de esquerda que já se demonstravam na década de 1930 ser um grupo relevante politicamente com amplo apoio das massas populares, construído desde a Coluna Prestes e certo descontentamento pelos quadros de então e da política do bloco de aliança operário camponês.

Referências bibliográficas

BIANCHI, Alvaro. **A “proletarização” do PCB: pequena crônica de um golpe burocrático (1930-1934)**. 2015. Disponível em: <<http://blog.esquerdaonline.com/?p=2777>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. Tradução de Celso Mauro Paciornik.

CONGRESSO DA INTERNACIONAL COMUNISTA. 6º, 1928, Moscou. **Teses acerca do movimento revolucionário dos países coloniais e semi-coloniais**. Moscou, 1928. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1928/09/teses_comintern.htm>. Acesso 10 de maio de 2018.

DEL ROIO, Marcos. Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil. In: **Crítica Marxista**. n.º. 18. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

MARX, K. & ENGELS, F. **O manifesto comunista**. 13ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SAES, D. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1889)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Classe média e escola capitalista. In: **Crítica Marxista**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. **Classe média e sistema político no Brasil.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
Tradução de Malu Gitahy.

_____. **República do capital: capitalismo e processo político no Brasil.** São Paulo:
Boitempo, 2001.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje.** 2. ed. Rio de
Janeiro: Zahar, 1978.

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PPGCS e XVIII SEMANA DE CIÊNCIAS
SOCIAIS

GT 8 Saúde e Violência: agência e poder nas narrativas institucionais e não-institucionais

PROJETO APICE ON E O COMBATE À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA SAÚDE
PÚBLICA

Lucília Mendes de Oliveira e Silva

RESUMO

Este trabalho tem como proposta analisar o projeto Apice On, do qual o Hospital das Clínicas de Uberlândia faz parte, como uma alternativa para combater a violência obstétrica na saúde pública. A violência obstétrica pode ter caráter físico, psicológico ou sexual, sendo uma violência institucional cometida pelos profissionais da saúde. Este tipo de violência pode ocorrer no pré-natal, durante o parto, nos primeiros meses de vida do bebê ou após um abortamento. Em contrapartida o projeto Apice On - Aprimoramento e Inovação no Cuidado e Ensino em Obstetrícia e Neonatologia apresenta-se como uma iniciativa que propõe a qualificação nos campos de atenção e cuidado ao parto e nascimento, no planejamento reprodutivo pós-parto e pós-aborto, atenção às mulheres em situações de violência sexual e de abortamento. Por meio de mudanças no ensino da obstetrícia seria possível aprimorar os processos de trabalho e garantir o acesso a um cuidado humanizado com as gestantes e parturientes que respeite suas necessidades individuais.

Palavras-chave: violência obstétrica; projeto Apice On; parto humanizado

Introdução

Uberlândia é a segunda maior cidade do estado de Minas Gerais, com 676 mil habitantes. Desde 2013 a cidade integra a Rede Cegonha³¹, que tem o objetivo de assegurar o planejamento reprodutivo, a atenção humanizada à gravidez, além do direito ao nascimento seguro. Por fazer parte do programa a cidade recebeu uma verba para, adequar os hospitais públicos para o parto normal, ou construir centros de parto normal. Na cidade a escolha foi de preparar os hospitais e, principalmente os profissionais, para um atendimento humanizado e respeitoso, para aumentar as taxas de partos normais na cidade.

Em Uberlândia a taxa de cesáreas no Hospital Municipal é de 48% e a do Hospital das Clínicas é de 34%³². Em 2017 houve um aumento em 30% de partos normais, em 2016 esse aumento foi de 26%. Estes dados mostram-nos a existência de uma tendência de aumento nas taxas de parto normal, seguida de uma baixa nas taxas de cesáreas programadas. Mas a cidade chegou a ter uma das taxas de cesáreas mais altas do país, há dez anos atrás.

Aos poucos a cidade vai desenvolvendo e aplicando programas nos hospitais (municipal e universitário) com o intuito de garantir um melhor preparo da parturiente e um atendimento humanizado. Percebemos que este processo ocorre devido a alguns fatores principais: a articulação da sociedade civil para cobrança pelo tratamento humanizado, assim como diretrizes municipais e nacionais para a humanização do tratamento.

³¹ É uma estratégia do Ministério da Saúde que visa implementar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis. Esta estratégia tem a finalidade de estruturar e organizar a atenção à saúde materno-infantil no País e será implantada, gradativamente, em todo o território nacional, iniciando sua implantação respeitando o critério epidemiológico, taxa de mortalidade infantil e razão mortalidade materna e densidade populacional. São quatro os componentes da Rede Cegonha: Pré-natal; Parto e nascimento; Puerpério e atenção integral à saúde da criança; e Sistema logístico (transporte sanitário e regulação). (BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_redecegonha.php . Acesso em: 20/06/2018)

³² Estes dados foram retirados do documento Banco de Dados Integrados, publicado anualmente no site da Prefeitura de Uberlândia e organizado pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Segundo uma representante da secretaria municipal de saúde, que trabalha com programas voltados para a saúde da mulher, em diálogo informal, o grande desafio está nos hospitais particulares, sobretudo porque o parto humanizado, com uma equipe particular representa um alto custo, e ainda os hospitais ainda não têm interesse em abrir mão do controle disciplinar da parturiente, preferindo tratá-la como uma paciente regular ao invés de pensar um espaço específico para o parto hospitalar humanizado.

Partindo desta realidade este trabalho propõe-se a analisar os objetivos principais do programa Apice On, que faz parte da Rede Cegonha, e que foi iniciado no Hospital das Clínicas recentemente. Para compreender a importância do projeto é preciso primeiro entender a definição atual de violência obstétrica e quais as suas principais causas.

Violência obstétrica

A violência obstétrica pode ser considerada uma violência de gênero por ser praticada contra a mulher, no exercício de sua saúde sexual ou reprodutora pelos profissionais da saúde, do setor público ou privado. A violência obstétrica pode ter caráter físico, psicológico, sexual, institucional e reduz a autonomia das mulheres por passarem a depender de uma intervenção técnica (médico) para lidarem com sua vida sexual e reprodutiva. (Gomes, 2015). Este tipo de violência pode ocorrer no pré-natal, durante o parto, nos primeiros meses de vida do bebê ou após um abortamento.

Segundo o *site* da Rede Parto do Princípio³³ algumas formas comuns de violência obstétrica são: humilhar, xingar, coagir, constranger, fazer piadas ou

³³ “A Parto do Princípio é uma rede de mulheres usuárias do sistema de saúde brasileiro que luta pela promoção da autonomia das mulheres, tendo como principal eixo de atuação a defesa e a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher, em especial no que se refere à maternidade consciente. Atua na articulação de mulheres nos planos local, regional e nacional por meios virtuais (redes sociais e e-mails) e presenciais. A rede apoia a auto-organização dos grupos regionais e a articulação com outros movimentos sociais, o que favorece a elaboração de demandas locais e regionais bem como a denúncia de conjunturas que firam direitos das mulheres. Assim, fortalecem-se a participação política das mulheres e sua atuação como cidadãs a partir de suas realidades. Para fomentar o empoderamento feminino, a Parto do Princípio: produz e divulga material informativo a respeito da saúde sexual e reprodutiva da mulher, bem como de seus direitos; participa de campanhas e eventos que visam à melhoria das condições de assistência ao pré-natal, parto e abortamento no país; trabalha no sentido de dar visibilidade à violência de gênero, em especial aquela que ocorre nas instituições de saúde quando do atendimento à mulher em seu ciclo reprodutivo, também conceituada como violência obstétrica; atua com gestores e formuladores de políticas para que incorporem as evidências científicas a seu planejamento, entre outras ações.” (<http://www.partodoprincipio.com.br/sobre> acesso em: 10/05/2018)

comentários desrespeitosos sobre seu corpo, sua raça ou situação econômica; utilizar de forma inadequada procedimentos para acelerar o parto; submeter a mulher a jejum, nudez, raspagem de pelos, lavagem intestinal durante o trabalho de parto; violar direitos da mulher garantidos por lei; não oferecer condições de amamentação e do contato do bebê sadio com a mãe, entre outros. O *site* oferece também uma aba para relatos de parto onde se pode encontrar vários relatos de violência obstétrica vivenciada por essas mulheres, muitas delas que nem sabiam estarem sendo vítimas de violência no momento.

Falar de violência institucional significa considerar a relação entre poder, violência e autoridade. Da mulher é esperada uma função de submissão, de obediência, de silêncio e aceitação da autoridade do médico para determinar horários e comportamentos, sem questionamentos sobre o saber médico. A assimetria de poder e autoridade entre o médico e a ‘paciente’ seria a base da violência na saúde, portanto a diminuição da autoridade dos profissionais da saúde é fundamental para a construção de uma relação igualitária.

A medicina tecnológica do século XX tem como crivo a ciência, as evidências científicas são o referencial para as práticas dos (as) médicos (as), ou pelo menos deveria ser. A parturiente também busca por informações sobre as práticas não recomendadas, as mais indicadas, podendo assim cobrar do profissional uma postura condizente com as orientações.

A humanização no tratamento realizado por profissionais da saúde vem como uma solução para acabar com a violência obstétrica, e outros tipos de violência hospitalar, vivenciada por tantas mulheres no país.

O termo “humanização” carrega em si interpretações diversas. A qualidade de “humano” em nossa cultura quase sempre refere-se à ideia arraigada na moral cristã de ser bom, dócil, empático, amável e de ajudar o próximo. Nesse contexto, retirar a mulher de seu “sofrimento” e “acelerar” o parto através de medicações e de manobras técnicas ou cirúrgicas é uma tarefa nobre da medicina obstétrica e assim vem sendo cumprida.

Mas há um porém neste tipo de intervenção. Um olhar mais atento na prática atual da assistência ao parto revela uma enorme contradição entre as intervenções técnicas ou cirúrgicas e as suas consequências no processo fisiológico do parto e na

saúde física e emocional da mãe e do bebê. Um olhar ainda mais atento nos processos culturais, emocionais, psíquicos e espirituais envolvidos no parto revelam novos e norteadores horizontes, tal qual a importância, para mãe e filho, de vivenciar a experiência do parto natural. A atenção médica ainda é muito focada nos bebês, vendo a mulher e como um meio de reprodução. A saúde é o foco, independente do sofrimento necessário para alcançá-la.

A humanização proposta pela 'humanização do parto' entende a gestação e o parto como eventos fisiológicos perfeitos (onde apenas 15% a 20% das gestantes apresentam adoecimento neste período necessitando cuidados especiais), cabendo à obstetrícia apenas acompanhar o processo e não interferir buscando 'aperfeiçoá-lo'.

Humanizar é acreditar na fisiologia da gestação e do parto. É respeitar esta fisiologia, e apenas acompanhá-la. É perceber, refletir e respeitar os diversos aspectos culturais, individuais, psíquicos e emocionais da mulher e de sua família. É devolver o protagonismo do parto à mulher. É garantir-lhe o direito de conhecimento e escolha. O parto humanizado, cujo movimento surgiu na década de 80, pressupõe uma relação com o corpo baseada em conceitos modernos como autonomia e individualidade. Por isso percebe-se a importância do protagonismo feminino no parto.

O parto humanizado pressupõe uma relação com o corpo baseada em conceitos modernos como autonomia e individualidade. Por isso percebe-se a importância do protagonismo feminino no parto.

Dentro da concepção do parto humanizado, o corpo é entendido não somente como pertencente a um sistema de ação simbólico e social, mas também de um sistema de ação fisiológico. A mulher questiona as escolhas tomadas por terceiros sobre seu corpo e pretende torná-lo um projeto reflexivo, mas não com base em uma estrutura social, agora com base em um retorno aos desígnios da natureza operante sobre seu corpo no trabalho de parto.

O partejar foi por séculos uma tradição exclusiva de mulheres, exercida por parteiras e curandeiras, mulheres que conheciam a progressão do parto, as técnicas necessárias para facilitar o parto, inclusive por experiência própria. Por ser considerado uma tarefa desvalorizada os poucos médicos não se interessavam por aprender a fazer partos. Somente no final do século 19 ao se descobrir a complexidade do corpo da

mulher e perceber-se a possibilidade de comandar o nascimento para prevenir os perigos do parto é que a medicina se interessa por dominar o partejar.

Tendo em vista o número exagerado de cesáreas, o parto humanizado torna-se, não só, uma necessidade como uma importante forma de aumentar as taxas de partos normais. Mesmo no Sistema Único de Saúde (SUS), onde as taxas de cesáreas são de 40%, o parto normal não é necessariamente humanizado. Os relatos de violência obstétrica apontam para a necessidade de se repensar como o parto hospitalar é direcionado pelos profissionais da saúde. O Ministério da Saúde atualmente vem tentando diminuir as altas taxas de cesáreas no país, que em 2014 chegaram a 40% no SUS e a 84,6% na rede privada.

Em contrapartida, o parto normal hospitalizado tem sido questionado, pelas mulheres, por ser realizado com intervenções desnecessárias e, em vários casos, resultando em violência obstétrica. Frente a esta realidade, o parto humanizado vem sendo posto como uma solução para estimular as mulheres ao parto normal, ou até mesmo acolher as mulheres que sentiram que não conseguiriam ter um parto normal no hospital.

De acordo com Costa (2010) no final da década de 1990 surge o Programa Nacional de Humanização do Pré-Natal e Nascimento. O PNHPN foi criado e implantado através da Portaria nº.569 de 1/6/2000, com o objetivo primordial de reduzir as altas taxas de morbimortalidade materna, perinatal e neonatal no país. Baseia-se no direito inalienável da cidadania, portanto, direito ao acesso, por parte das gestantes e dos recém-nascidos, à assistência à saúde nos períodos pré-natal, parto, puerpério e neonatal, tanto na gestação de baixo como de alto risco, através da organização adequada dos serviços de saúde, assegurando a integralidade da assistência e com investimentos e custeios necessários. A principal estratégia deste programa é a reorganização da assistência através da vinculação pré-natal, parto e puerpério, fazendo com que a assistência prestada à gestante e ao recém-nascido seja realizada com qualidade e sob os trilhos da humanização.

Para Rattner (2009) já no início da década de 1990 começou-se a constatar que o modelo de atenção ao nascimento e partos era inadequado devido ao excesso de intervenções e desrespeito aos direitos da mulher. Mesmo já havendo críticas às intervenções as mudanças começam a acontecer em 1996 quando

(...) são publicadas, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), recomendações sobre tecnologias para atenção a NeP, classificando as práticas com base em evidências científicas em: Grupo A, práticas benéficas a serem incentivadas; Grupo B, práticas danosas ou inefetivas a serem abandonadas; Grupo C, práticas com evidências insuficientes, que demandam mais pesquisas; e Grupo D, práticas que têm sido utilizadas de maneira inadequada. Ao final de 1997, ampla parceria é costurada entre governo e sociedade civil, tendo como sede o Conselho Federal de Medicina e, como mote, “Natural é parto normal”. Em maio de 1998, o Ministério da Saúde adota medidas objetivando mudanças: aumenta em 160% o valor da remuneração do parto vaginal; institui pagamento de analgesia de parto; para coibir o abuso das cesarianas no SUS, a portaria 2816/1998 estipula crítica para pagamento de cesarianas aos hospitais: 40% para o segundo semestre de 1998, prevendo redução semestral gradativa, para alcançar 30% em 2000 (Brasil, 1998a). Essa portaria foi modificada pela Portaria 466/2000, que instituiu o Pacto Nacional pela Redução das Taxas de Cesárea, compartilhando, com as gestões estaduais, a responsabilidade pelo monitoramento dos hospitais (Brasil, 2000a). Essas medidas corajosas interferem com interesses corporativos instituídos, atendendo parcialmente aos reclamos da sociedade civil. Todavia, a denominação Humanização somente será adotada oficialmente a partir de 2000, quando será lançado o Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento – PHPN (Portaria 569/2000 e outras) (Brasil, 2000b). (RATTNER, 2009, p.760)

Após estes avanços, em 2004 é lançado o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, sendo uma parceria entre governo federal, estaduais e municipais. A ação pública governamental tem um papel fundamental na construção de diretrizes para um atendimento mais humanizado, mas os movimentos sociais também tiveram um papel importante nestas conquistas e avanços. Dentre as ONGs mais importantes temos a ReHuNa (Rede de Humanização do Nascimento). Ela assumiu o papel de difundir as recomendações da OMS sobre as tecnologias apropriadas para o nascimento e o parto, organizou publicações, eventos, debates. Outras ONGs importantes são: ‘Amigas do Parto’ que ajuda a difundir informações e a formar opinião; a rede ‘Parto do Princípio’ que conecta mulheres virtualmente.

Em 2014 surgem os Cadernos HumanizaSUS, sendo o volume 4 todo dedicado à Humanização do Parto e do Nascimento. Nesse volume o enfoque é o atual protagonismo da mulher, de forma a rever o modelo obstétrico atual. Inclui também relatos jornalísticos e de experiência sobre como o parto acontece no país. Encontra-se

também diretrizes do governo sobre o parto normal, os casos em que a cesariana é indicada, o papel da doula³⁴ no trabalho de parto, dentre outras.

De acordo com as diretrizes do caderno a humanização do parto é um direito da mãe e do bebê, para além de uma escolha. Este momento deve ser pleno de respeito, cuidado e acolhimento para os dois. Para garantir um tratamento humanizado é necessário garantir a autonomia e liberdade de escolha à mulher, promover um ambiente acolhedor, oferecer à mulher as melhores condições e recursos disponíveis para que ela se sinta segura nesse momento, prestar assistência ao parto baseada em evidências científicas.

É fundamental que a mulher receba informações sobre o trabalho de parto, sobre como o corpo feminino se prepara e age neste momento e sobre procedimentos rotineiros, mas comprovadamente desnecessários e que muitas vezes são inclusive prejudiciais, como: o soro com ocitocina para acelerar o trabalho de parto aplicado no momento errado; ficar deitada em macas durante o trabalho de parto; dentre outros.

Entendemos como aspecto principal da diretriz para humanização do parto o incentivo à autonomia da mulher. Através de um pré-natal com orientações, informações, com o apoio de uma equipe multidisciplinar, do planejamento do parto através de ferramentas como o plano de parto, as mulheres podem ter maior segurança para tomar decisões sobre quais procedimentos serão realizados no parto. Para tomar decisões estas mulheres precisam repensar e conhecer mais o seu próprio corpo, tornando-se sujeito de direitos com força para exigí-los na prática.

Projeto Apice On e a Humanização do Tratamento

³⁴ Doula é uma palavra com origem grega e significa ‘mulher que serve’. Atualmente é uma profissional que acompanha a mulher ou o casal durante toda a gravidez. Ela presta assistência à gestante, garantindo que suas necessidades sejam atendidas, fazendo a ponte com a equipe médica. É capacitada a dar auxílio durante o trabalho de parto com técnicas como massagens, mudança de posição, controle da respiração para facilitar o trabalho de parto. Geralmente é uma mulher que teve a experiência positiva do parto normal e transmite confiança à mulher para passar por este momento. Atualmente este serviço é particular, mas já existe um interesse da população para que existam doulas no serviço público de saúde. (*Doula – o que é?* Disponível em: <http://www.despertardoparto.com.br/o-que-eh-doula.html>. Acesso em 18/06/2018)

No contexto de avanço das diretrizes para a humanização do parto surge o projeto Apice On - Aprimoramento e Inovação no Cuidado e Ensino em Obstetrícia e Neonatologia, que é uma iniciativa do Ministério da Saúde em parceria com a EBSEH, ABRAHUE, MEC e IFF/ FIOCRUZ, tendo a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como instituição executora. O projeto foi lançado em agosto de 2017 e propõe a qualificação nos campos de atenção e cuidado ao parto e nascimento, no planejamento reprodutivo pós-parto e pós-aborto, atenção às mulheres em situações de violência sexual e de abortamento. As principais características do projeto são o ensino, por meio de universidades ou unidades auxiliares de ensino, no âmbito da Rede Cegonha com o propósito de ampliar o alcance da atuação dos hospitais da rede SUS, aprimorar os processos de trabalho e acesso a qualidade do cuidado e potencializar a parceria entre o Ministério da Saúde, os hospitais de ensino e as instituições formadoras.

O projeto Apice On é constituído por uma rede de hospitais com atividades de ensino de todos os estados brasileiros. O objetivo é disparar movimentos para mudanças nos modelos tradicionais de formação, atenção e gestão junto a estas instituições, porque se apresentam como espaços definidores do modo como se consolida o aprendizado de práticas e a incorporação de modelos assistenciais. Por isto, se constituem em espaços preponderantes na formação dos novos profissionais, que tendem a replicar o que viram fazer e o que fizeram no ambiente de formação, especialmente na modalidade residência. (...) Acredita-se que a incorporação de um modelo de cuidado centrado nas necessidades e direitos das mulheres, seus bebês e familiares, como também nas melhores práticas disponíveis, poderá produzir, a curto e médio prazo, efeitos significativos na qualidade do cuidado ofertado no SUS, a partir da mobilização desses serviços para mudanças nas práticas de formação, atenção e gestão, balizadas por uma ética do cuidado baseada nas relações, que são a fonte primeira que sustenta as profissões da saúde. (Brasil, 2017, p. 7)

O projeto visa implementar e capilarizar práticas de cuidado baseadas em evidências científicas, nas diretrizes para o parto da Organização Mundial de Saúde (OMS), nos direitos das mulheres e das crianças, assim como nos princípios da humanização. Ao estabelecer o ensino com base nestas diretrizes as práticas hospitalares podem ser transformadas de forma a produzir um impacto na rede de serviços como um todo. O distanciamento entre universidade, serviços e a comunidade também será superado.

Inicialmente o projeto será implementado em 96 hospitais que realizam atividades de ensino, sendo universitários federais ou certificados pelo Ministério da

Saúde e que realizaram mais de 1000 partos em 2015, além disso devem ser aderidos à Rede Cegonha e receber incentivos financeiros de custeio.

Além do âmbito da formação e da atenção o terceiro pilar do projeto é a gestão. Somente com o alinhamento destas três frentes é possível melhorar o atendimento, garantindo melhores práticas baseadas em evidências e promovendo a participação e corresponsabilização de trabalhadores-gestores-usuárias nos processos de decisão, planejamento e avaliação. Para a implementação dos três componentes é necessário que as equipes do hospital gerem diagnósticos situacionais, criem projetos e planos de ação assim como as estratégias para viabilizá-los e desenvolvam planos de acompanhamento avaliativo.

No Brasil a medicalização do parto já está bem instituída, pois 98% dos partos do país são realizados em hospitais, sendo 88% realizados com o acompanhamento de médicos, com uma taxa de 90% de acompanhamento do pré-natal. No entanto, ainda temos altas taxas de morbimortalidade materna e neonatal. Considerando estes dados o Ministério da Saúde chegou à conclusão que o atendimento ao parto também precisa melhorar.

Para melhorar o atendimento ao parto é preciso mudar a formação dos profissionais, assim como mudar as práticas dos profissionais já formados. O projeto considera fundamental atender às necessidades e desejos da mulher, sendo as decisões compartilhadas entre a parturiente e toda a equipe. O atendimento deve ser humanizado não só durante o trabalho de parto e o próprio parto, mas também na prevenção à gravidez, no planejamento reprodutivo, no atendimento em situação de aborto, no atendimento em situação de violência sexual, durante o pré-natal (que é fundamental para um parto saudável) e na atenção obstétrica e neonatal. O excesso de intervenções desnecessárias também é um dos desafios da qualificação da atenção obstétrica no país.

Os resultados esperados são:

No campo da qualificação da Atenção:

- Acompanhamento e redução, se pertinente, das taxas de cesariana segundo a Classificação de Robson – especialmente dos Grupos de 1 a 4;
- Partos normais de baixo risco assistidos por enfermeiras obstétricas ou obstetizes;

- Acolhimento e classificação de risco em obstetrícia implementados;
 - Acompanhante de livre escolha no trabalho de parto, parto e alojamento conjunto;
 - Parturientes com dieta livre, com acesso a métodos não farmacológicos de alívio da dor, com incentivo à deambulação e a partos em posição não litotômica;
 - Abolição de prática rotineira como venóclise no trabalho de parto, amniotomia, ocitocinano 1º e 2º estágios do parto, episiotomia, aspiração de vias aéreas e gástrica do RN;
 - Clampeamento oportuno do cordão umbilical, contato pele a pele e amamentação na primeira hora garantidos;
 - Recém-nascidos com realização do teste olhinho-orelhinha-coraçãozinho;
 - Utilização de aspiração manual intra-uterina (AMIU) pós abortamento;
 - Oferta de inserção imediata de DIU com Cobre no pós parto e pós aborto;
 - Serviço de atenção às mulheres em situação de violência sexual.
- No campo da qualificação do Ensino/Formação:
- Programa de integração ensino e serviço formalizado por meio de contrato entre as IES, o gestor do sistema de saúde e a direção do hospital;
 - Princípio da privacidade e confiabilidade dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, da autonomia e protagonismo das mulheres, presentes nos documentos orientadores dos programas de ensino do hospital;
 - Estratégias educacionais elaboradas e publicizadas que permitam o aprendizado colaborativo entre grupos de estudantes de diferentes profissões de saúde;
 - Boas práticas de atenção ao parto/nascimento e ao abortamento presentes nos conteúdos dos programas de ensino do hospital;
 - Articulação entre atenção e ensino e trabalho integrado entre equipes multiprofissionais;
 - Pesquisas sobre inovações no ensino e no cuidado às mulheres e bebês.
- No campo da qualificação da Gestão:
- Estratégias de gestão compartilhada e de espaços de escuta das usuárias/os, familiares e acompanhantes. (Brasil, 2017, p. 39)

Projeto Apice On no Hospital Das Clínicas de Uberlândia

Em 2005 foi aprovada a Lei Federal nº 11.108/2005 que garante o direito da mulher de ter um acompanhante de sua escolha durante todo o trabalho de parto. Outro grande avanço da cidade foi a criação da Lei Municipal 12.314/2015 que obriga os

hospitais da cidade a permitirem a presença das doulas durante todo o atendimento para o parto, além do (a) outro (a) acompanhante já garantido em lei.

Na cidade a Caderneta da Gestante é utilizada na rede pública de saúde com um modelo padrão. A caderneta possui todos os dados de identificação da gestante, os dados dos exames e das consultas realizadas no pré-natal, além de várias informações importantes para a grávida. A primeira informação é sobre os direitos da gestante, contendo toda a legislação em vigor no país. Outras informações são textos sobre a descoberta da gravidez, sobre a formação do bebê ao longo dos trimestres, orientações para uma gravidez saudável, sugestões para se preparar para o parto e os primeiros sinais sobre o início do trabalho de parto.

Especificamente sobre o trabalho de parto existe uma sessão explicando os procedimentos que não devem ser realizados apenas por rotina, além de dicas para favorecer o trabalho de parto e explicação sobre em quais casos a cesárea é necessária. O plano de parto, com o espaço para a gestante escrever o que a gestante quer no parto se encontra no final da caderneta, seguido por uma sessão dedicada ao puerpério, dados da consulta do pós-parto, instruções para a amamentação e finalizando com os exames do pré-natal do parceiro.

A gestante que tem o parto na rede pública não consegue escolher o hospital, pois primeiro se encaminha à UAI mais próxima da sua residência para, a partir dessa unidade, ser transferida para o hospital mais próximo ou com vagas disponíveis para atendê-la. O objetivo é que no futuro a vinculação entre gestante e hospital ocorra antes da mulher entrar em trabalho de parto. No hospital público a gestante também é atendida pelo (a) obstetra plantonista, não sendo necessariamente o (a) obstetra que acompanhou sua gestação.

O Hospital das Clínicas recebe prioritariamente os casos de alto risco, inclusive da região próxima à Uberlândia, e casos de risco moderado, os casos de baixo risco são recebidos mediante a localização da moradia da gestante e da disponibilidade de leitos.

Com o início do projeto Apice On no hospital foi possível a criação de três quartos PPP (pré-parto, parto e puerpério imediatos) que são quartos privados, com banheira e no qual a parturiente pode criar um ambiente tranquilo que atenda às suas necessidades. Outro avanço foi a criação de novos leitos canguru voltados para atender às crianças pré-maturas, e a melhoria no banco de coleta de leite que atualmente é o

único em funcionamento na cidade (o Hospital Municipal conta com a estrutura do banco de leite, mas falta funcionários para atender às mulheres).

A taxa de episiotomia do Hospital das Clínicas também reduziu com o início do projeto, pois era de 60% em 2013, e em 2017 ela reduziu para 25%, sendo que a recomendação da OMS é de menos de 5%. Outro avanço foi a disponibilidade de métodos não farmacológicos de alívio da dor, como bola, banheira, chuveiro, massagens. Esta disponibilidade é fundamental, considerando que na rede pública de saúde da cidade não existe a oferta de analgesia para parto normal, algo que está disponível na rede particular.

Os profissionais também se preocupam em estimular o aleitamento materno na primeira hora, para auxiliar que o leite desça, além de esperar para fazer os exames depois que mãe e bebê tiveram seu momento de contato pele a pele. Inclusive no caso de cirurgia cesárea criou-se uma faixa para prender o bebê no peito da mãe enquanto a cirurgia termina para estabelecer o vínculo entre os dois.

Com a implementação contando pouco mais de um ano mudanças importantes no tratamento ao parto aconteceram. O projeto ainda precisa crescer, pois nem todas as equipes de atendimento ao parto fazem parte do projeto, isto ainda gera relatos de experiências não tão positivas das mulheres que tiveram seus partos no hospital. No entanto, outros relatos e os próprios dados trazem a redução gradativa de práticas sem eficácia comprovada e redução dos casos de violência obstétrica, casos estes bastante comuns no hospital até poucos anos atrás, segundo inúmeros relatos.

Considerações Finais

O processo de humanização do parto, iniciado há mais de duas décadas, ainda tem um longo caminho a percorrer. Repensar o próprio corpo, as técnicas do corpo aplicadas pelos hospitais e pelos (as) médicos (as), de modo a retomar autonomia deste corpo é necessário para as mulheres serem as protagonistas do movimento pela humanização e de seus partos.

Iniciativas como o Apice On são fundamentais para estabelecer a prática humanizada e baseada em evidências, de forma a atender melhor tanto a mulher que tem

informação sobre a humanização e o processo do trabalho de parto quanto à mulher que não possui informação nenhuma sobre violência obstétrica e as boas práticas.

A mudança no atendimento e na formação é um caminho longo a ser percorrido, mas em pouco tempo da implementação do projeto é perceptível o seu potencial de transformação e garantia dos direitos das mulheres das crianças a um tratamento respeitoso e com melhor qualidade.

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Apice On: Aprimoramento e inovação no cuidado e ensino em Obstetrícia e Neonatologia*. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

_____. *Humanização do parto e do nascimento*. Universidade Estadual do Ceará. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 465 p. v. 4.

_____. Rede Parto do Princípio. *Episiotomia ‘é só um cortezinho’: violência obstétrica é violência contra a mulher*. 2014. Disponível em: <http://www.partodoprincipio.com.br> Acesso em: 14/05/2018.

COSTA, Roberta; PADILHA, Maria I.; MONTICELLI, Marisa; RAMOS, Flavia R. de S.; BORENSTEIN, Miriam S. Políticas públicas de saúde ao recém-nascido no Brasil: reflexos para a assistência neonatal. **História da enfermagem Revista eletrônica**, v.1, n.1, p. 55-68, abr. 2010.

GOMES, Máira M. *De onde sai tanto machismo?: sobre violência obstétrica e o horror de vagina*. 2015. Disponível em: <http://emporiododireito.com.br/de-onde-sai-tanto-machismo-sobre-violencia-obstetrica-e-o-horror-de-vagina-por-maira-marchi-gomes/> Acesso em: 10 setembro 2016.

LUZ, Lia H.; GICO, Vânia V. Violência obstétrica: ativismo nas redes sociais. *Cadernos Terapia Ocupacional*. São Carlos, v.23, n.3, p.457-484, 2015.

RATTNER, Daphne. *Humanização na atenção a nascimentos e partos: ponderações sobre políticas públicas*. Comunicação Saúde Educação. V.13, supl. I, p.759-768, 2009.

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PPGCS E XVIII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

GT 09 – Violência, criminalidade, segurança pública e direitos humanos

O TRABALHO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PRISIONAL DE MINAS GERAIS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Charles Magalhães de Araújo

RESUMO

O sistema prisional brasileiro enfrenta dificuldades como a superlotação e a reincidência. Cada Estado brasileiro tem legislações específicas acerca do sistema prisional e segurança pública. É necessário o acompanhamento do indivíduo por uma equipe multidisciplinar, na qual o psicólogo está inserido, conferindo as prerrogativas da ressocialização. O objetivo é descrever o trabalho do psicólogo no sistema prisional de Minas Gerais, em suas perspectivas e desafios. Como metodologia, foi realizado um levantamento bibliográfico de natureza qualitativa, com palavras-chave previamente definidas. Os sujeitos de uma forma geral são regidos pelos mecanismos de controle social impostos pela sociedade, que na atualidade encontram-se cada vez mais sutis, refinados e elaborados. O psicólogo trabalha em equipe multiprofissional, a chamada Comissão Técnica de Classificação, buscando individualizar o cumprimento de pena e fomentando os preceitos da ressocialização. O psicólogo não faz terapia, mas a busca do resgate da essência de cada indivíduo, orientando-o através do acolhimento e aconselhamento psicológico e acompanhando suas atividades desenvolvidas dentro da unidade, como o trabalho e estudo, fomentando a cidadania, protagonismo e inclusão no mundo fora do presídio. O psicólogo auxilia no resgate da essência de cada indivíduo, possibilitando humanização e com um olhar mais amplo sobre os sujeitos, o que também constitui seu desafio.

Palavras-chave: Sistema prisional. Ressocialização. Psicólogo. Indivíduo privado de liberdade.

Introdução

Na atualidade, o Sistema Prisional Brasileiro apresenta dificuldades em atingir o seu maior objetivo que consiste na ressocialização dos seus internos. A superlotação dos presídios e penitenciárias, as precárias e insalubres instalações físicas, o treinamento deficitário dos funcionários responsáveis pela ressocialização da massa carcerária e própria condição social de vida dos indivíduos privados de liberdade, são alguns dos principais componentes que contribuem para os problemas do sistema penitenciário brasileiro em relação à ressocialização dos seus internos.

Conforme cita Almeida *et al* (2015), o aumento do número de indivíduos privados de liberdade é um fenômeno mundial e o contexto brasileiro não está excluído desta situação, sendo que as mulheres são um número cada vez mais significativo na população carcerária. Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), a população masculina teve um crescimento de 106% entre os anos 2000 e 2010, e neste mesmo período, a população feminina cresceu 261%. No ano de 2000, eram 10.112 mulheres presas (4,3% do total de apenados) e no ano de 2010, o número saltou para 36.573 (7,4%). A maior parte da população carcerária é composta por jovens com idade inferior a trinta anos e de baixa escolaridade; muitas pessoas não tiveram condições de concluir os estudos por razões variadas inclusive por terem sido iniciadas no crime ainda cedo.

Diante destes números pode-se refletir que a criminalidade está intimamente ligada à baixa escolaridade e ambas a questão econômica e social. De modo que precisam ser desenvolvidos dentro das prisões ações que busquem a ressocialização do reeducando, fazendo-os o perceber a realidade e conseqüentemente seu lugar na história.

A ideia de comportamento criminoso, e mais especificamente de comportamento desviante está presente em diversas sociedades humanas e em todos os seus tempos históricos. Em todos os grupos sociais o comportamento desviante é advindo de mecanismos de controle que acompanham os processos de objetivação das instituições sociais. (SAPORI, 2007).

As unidades penitenciárias, de uma forma geral na forma com que se apresentam hoje, quer seja na forma do “presídio ideal” em que os criminosos cumpririam sua pena

de forma justa e sairiam com seus “desvios morais” corrigidos, quer seja na forma lastimável do sistema prisional brasileiro com suas rebeliões, superlotações e outros problemas, são questões resultantes dos condicionantes que produziram a sociedade e o Estado moderno, após a superação do feudalismo e fortalecimento dos moldes capitalistas. Desta forma, sistema prisional, de forma ideal ou trágica, é um produto do nosso próprio contexto social e depende das formas de produção econômica e formas de propagação dos valores sociais de cada época, que foi explorado por autores como Goffman, Foucault, Wacquant, dentre outros (CFP, 2012).

Goffman (1961) aponta que os presídios são caracterizados como instituições totais, ou seja, que mantêm indivíduos de forma isolada em relação ao mundo, com objetivo de punir o indivíduo que transgrediu a lei de alguma forma. Neste sentido, define que

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso, desde que consideremos que o aspecto característico de prisões pode ser encontrado em instituições cujos participantes não se comportaram de forma ilegal. (p. 11)

Em suas análises, Goffman (1961) ainda tece mais comentários sobre o que seria uma instituição total, colocando que algumas instituições são mais fechadas que as outras, sendo que esse “fechamento” simboliza a cisão entre a relação social com o mundo externo e com proibições que muitas vezes têm relação com o corpo físico, tais como paredes muito altas, arames farpados, portas fechadas. É a separação do indivíduo com a sociedade, mantendo-o fora do meio social pois se comportaram de forma ilegal, ou seja, cometeram algum ato que para aquele determinado grupo social é considerado ilícito e necessita de punição.

Frente a este exposto, a Psicologia se depara com diferentes formas de sofrimento que abala a dinâmica individual e coletiva do indivíduo que teve sua liberdade privada e também de seus familiares. No interior das prisões, situações como negação ou cisão da realidade. São tipos de experiências de ordem emocional que são estimuladas por fantasias inconscientes desenvolvidas pelas influências da sociedade na qual está inserido, na interação com a realidade fora do presídio. (PIO, 2006).

Julião (2006) explana que a ressocialização consiste na inclusão social da pessoa, enquanto um sujeito de direito, com autonomia e potencialidades. Frente a esta

ideia forma-se um paradoxo: encarcerar um sujeito, privando-o de liberdade, em situações precárias de saneamento e muitas vezes sem assistências previstas em lei, pode proporcionar benefícios ao indivíduo e prepará-lo para voltar a vida extramuros? Esta provocação faz com que surja reflexões de que é de extrema importância a assistência aos reeducandos, para que possam restabelecer seus direitos a liberdade com o mínimo de dignidade, garantindo a assistência médica, psicológica, social, educacional, dentre outras, conforme as prerrogativas da Lei de Execuções Penais (BRASIL, 1984) e do Regulamento de Normas e Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais (ReNP, 2016).

Cada Estado brasileiro tem suas próprias regulamentações em relação ao Sistema Prisional. Em Minas Gerais, existe uma secretaria específica para esta questão, a Secretaria de Estado de Administração Prisional (SEAP), que administra os presídios e penitenciárias do Estado e todas as ações de seus funcionários, através da normativa gerida em 2016 denominada Regulamento de Normas e Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais (ReNP, 2016). Este documento norteia todos os procedimentos do sistema prisional mineiro, inclusive as atuações e articulações dos psicólogos em relação aos reeducandos.

Para tanto, o objetivo do presente artigo é descrever o trabalho do psicólogo no sistema prisional do estado de Minas Gerais, no que se refere às suas considerações gerais. Para que os objetivos fossem atendidos, foi realizado um levantamento bibliográfico de natureza qualitativa, em sítios eletrônicos como Scielo, Bireme, diretrizes do Conselho Federal de Psicologia e periódicos de Universidades Federais brasileiras, utilizando os descritores: Sistema prisional. Ressocialização. Psicólogo. Indivíduo privado de liberdade.

A criminalidade: um fenômeno social

Se a criminalidade é uma questão de segurança pública, a administração dos presídios e o tratamento destinado aos reclusos devem constituir a política de segurança, baseados em princípios que valorizem a dignidade humana, como medida preventiva de combate e controle da criminalidade. As prisões se estruturam sobre um discurso que mostra a positividade de sua existência, amparada nas múltiplas funções da pena, como proteger a sociedade, neutralizar os criminosos, dissuadir o cometimento de crimes,

punir, ressocializar o preso e prevenir a reincidência.

Os mecanismos de controle apresentam-se das mais variadas formas possíveis, diversificando-se na severidade da punição dada ao indivíduo e na abrangência do grupo. Desta forma, é possível identificar mecanismos de controle em diversos grupos, como em famílias, vizinhanças e também em estados-nação modernos. A necessidade da ordem pública é parte do processo de alta das concepções de crime que são reconhecidas e categorizadas pelo poder público e por profissionais especialistas na temática. (SAPORI, 2007).

Um dos aspectos mais marcantes da sociedade contemporânea é a noção de direitos individuais, vistos como imunidades garantidas às pessoas em relação a direitos subjetivos que são concebidos em modelos igualitários, em forma de direitos universais dos seres humanos. Essa é uma ideia que coloca o indivíduo autônomo no centro do sistema legal, sendo utilizado molde para instituições políticas democráticas que vieram a se afirmar no século XIX (SAPORI, 2007).

Na visão de Goffman (1961, p. 20) “assim como há restrição para conversa entre as fronteiras, há também restrições à transmissão de informações, sobretudo informação quanto aos planos dos dirigentes para os internados. Geralmente, estes não terão conhecimento das decisões quanto ao seu destino.” E ainda continua:

Quando as pessoas se movimentam em conjuntos, podem ser supervisionadas por um pessoal, cuja atividade principal não é orientação ou inspeção periódica (tal como ocorre em muitas relações empregador empregado), mas vigilância - fazer com que todos façam o que foi claramente indicado como exigido, sob condições em que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros. Aqui, não importa discutir o que é que vem em primeiro lugar - se os grandes grupos de pessoas controladas ou o pequeno grupo dirigente; o fato é que um é feito para o outro. (GOFFMAN, 1961, p. 18)

Sob esta ótica, surge a reflexão de que os presos muitas vezes não podem manifestar sua subjetividade ou suas vontades, agindo de forma “submissa” quando estão na presença da polícia ou dos agentes penitenciários.

Nas instituições totais, existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado, que podemos denominar o grupo dos internados, e uma pequena equipe de supervisão. Geralmente, os internados vivem na instituição e terão contato restrito com o mundo existente fora de suas paredes; a equipe dirigente muitas vezes trabalha num sistema de oito horas por dia e está integrada no mundo externo Goffman, 1961,

Esta visão de cisão do indivíduo com o mundo denota uma “desfiguração” do sujeito, uma vez que ele está em controle de um grupo perdendo ou tendo dificuldades em lidar com a própria identidade devido as padronizações que uma unidade prisional o submete. Porém seres humanos são dotados de sentimentos e podem surgir manifestações de raiva, angústia, tristeza, revolta, dentre outros.

Diferente de Goffman, Foucault (1987) mostra a constituição do sujeito através dos mecanismos de controle que a instituição vai produzindo. O indivíduo que cometeu algum crime é um produto da própria sociedade, justificando que as motivações para a adoção do comportamento desviante estão no cotidiano que determinam a sua inserção em uma determinada coletividade. Isto quer dizer que é na busca em alcançar bens e padrões de vida não estão disponíveis a determinados segmentos da população que o crime pode acontecer. Uma vez que o comportamento desviante existe, a pena reforça a moral coletiva através da punição aplicada em proporção à intensidade da moral ofendida. Essa punição não é instituída pelo indivíduo ou por sua família, mas por uma entidade social que coloque em prática a vontade da coletividade.

Desta forma, cabe ao Estado, na forma do Poder Judiciário, estabelecer a pena na justa medida do ato ilícito cometido, determinando a forma de punição e, sendo essa a privativa de liberdade, a qualidade do regime, também garantir os direitos e deveres dos presos. É papel do Estado ainda, por meio do Poder Executivo, proceder à execução da sentença condenatória, baseados nos preceitos de ressocialização, de forma a promover ao criminoso um tratamento penitenciário adequado, para posteriormente reinseri-lo na sociedade, para evitar, desta forma, a reincidência criminal.

Porém esta visão de tratamento adequado e digno ao indivíduo privado de liberdade esconde, em suas entrelinhas, algo de grande profundidade, que perpassa de forma implícita e muitas vezes despercebida ou maquiada em formato de normativas e regulamentos para a promoção da disciplina no sistema prisional: um contexto de relações de poder, com vistas a inculcar de toda forma a disciplina nos presos, mantendo um sistema de persuasão e disciplina. Foucault (1987) mostra que a prisão, sendo uma instituição disciplinar, tem o objetivo transformar o recluso em um “corpo dócil e útil à sociedade”, ou seja, aquele que pode ser submetido, controlado, transformado e aperfeiçoado, para que o criminoso seja transformado em um cidadão, seguindo uma conduta não mais transgrida as normas sociais. Com esse raciocínio, o objetivo da

prisão é que ao término da pena, o condenado seja deixe suas concepções sociais anteriores (criminosas) para se transformar em um indivíduo que introjeta uma personalidade consonante com a consciência coletiva.

A punição deixou de ter aspectos de encenação e violência, mas foi algo que foi acontecendo de forma lenta e gradativa, tomando proporções cada vez maiores em países da Europa no século XVII. A punição física foi física também foi desaparecendo e profundas transformações aconteceram. Foucault aponta que:

A crítica ao sistema penitenciário, na primeira metade do século XIX (a prisão não é bastante punitiva: em suma, os detentos têm menos fome, menos frio e privações que muitos pobres ou operários), indica um postulado que jamais foi efetivamente levantado: é justo que o condenado sofra mais que os outros homens? A pena se dissocia totalmente de um complemento de dor física. Que seria então um castigo incorporai? (FOUCAULT, 1987, p. 19)

De encontro a este contexto, Dardot e Laval (2016) citam que o poder não pode ser imposto com violência sobre um corpo. Isso mostra, analisando o contexto do sistema prisional, que a parte técnica do presídio, na qual o psicólogo também está inserido, exercem uma forma de controle muito mais sutil e refinada na modulação da conduta dos homens por meio da manifestação do desejo deles. A sutileza na forma de impor o poder faz com que o indivíduo encarcerado produza o próprio governo dele através de recompensas e punições.

A lógica que se sedimenta em dirigir indiretamente a conduta se fundamenta em estratégias neoliberais da escolha com toda a liberdade. As pessoas creem que tem a liberdade de escolha, porém mesmo assim o indivíduo tem que obedecer a algum tipo de conduta dentro de um quadro legal, institucional, regulamentar. A “arte do poder” é então agir de forma com que o indivíduo vá de encontro ao seu interesse como se fosse seu dever. A liberdade de escolhas, aliado ao interesse e desejos do indivíduo se mostra como uma forma de governabilidade poderosa.

Dardot e Laval (2016) apontam que o conceito de governamentalidade permite definir a disciplina como numa técnica de governo próprio das sociedades de mercado. Isso também é dito por Foucault que vê a disciplina como uma domesticação dos corpos e uma forma de governar os indivíduos através da liberdade. Existe uma amplificação do termo disciplina, no qual a governamentalidade seria uma estruturação do campo de ação do outro. Logo, o controle externo seria convertido em um controle interno, mostrando-se em um modelo panóptico, com recompensas e punições.

A mudança do capitalismo de produção para o capitalismo globalizado e neoliberal impõe mudanças na sociedade que também tem reflexo no papel das prisões, apontando que no lugar do preparo para o mundo do trabalho aparece um depósito de excluídos do mercado de trabalho e de consumo, que não possuem mais lugar na sociedade neoliberal e acabam encarcerados (ANDRADE, 2012).

Silva (2008) mostra que o trabalho propõe aos presos alguns “privilégios” na rotina das unidades prisionais; porém não se deve desconsiderar o caráter docilizador inerente a tais benefícios, inclusive do próprio trabalho, que reforçam nos custodiados o dever de adequação aos mecanismos regulatórios do presídio. O trabalho é uma troca, e como Dardot e Laval (2016) e Foucault (1987) citam, um mecanismo de controle, pois ao ser inserido em alguma atividade, o preso, em troca, oferece sua submissão, o silêncio e cooperação em relação aos procedimentos da unidade prisional, favorecendo a governamentalidade e perpetuando o controle sutil e bem elaborado dos reeducandos.

Os agentes penitenciários exercem o poder, no qual eles citam como supremacia de força, porém a parte técnica do sistema prisional, incluindo o psicólogo, é de grande interesse do sujeito: as garantias de direito que os técnicos do presídio representam, são de interesse para os reeducandos.

O Psicólogo no Sistema Prisional

O psicólogo tem por base em qualquer atuação o Código de Ética Profissional, nos quais em seus dois primeiros princípios fundamentais cita:

- I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CFP, 2005)

Estes princípios fundamentais amparam o trabalho do psicólogo que deve contribuir, através dos seus conhecimentos e saberes científicos, para a promoção da cidadania, da liberdade, da autonomia e protagonismo, buscando a integridade dos indivíduos privados de liberdade, com base nas premissas destacadas na Declaração

Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), buscando lidar com os estigmas e com os mecanismos regulatórios presentes dentro do sistema prisional e também na sociedade de modo geral.

As pessoas privadas de liberdade são alvo de estereótipos, discriminações e preconceitos. Porém o psicólogo deve, conforme referência ao seu código de ética, promover a saúde e a qualidade de vida dos reeducandos da unidade prisional e também deve lutar para combater a negligência, a opressão, a discriminação e os preconceitos presentes na sociedade, esclarecendo dúvidas, dialogando e promovendo o indivíduo enquanto sujeito de direito. A prisão traz o estigma mesmo após o cidadão cumprir a sua pena e voltar a liberdade, sendo taxados pela sociedade em que convivem como delinquentes, marginais, inadequados. Os sujeitos que dentro da prisão são “coisificados”, também fora da prisão são vistos dessa forma banalizada e desvalorizada. (PIO, 2006).

Porém a profunda crise no sistema penitenciário brasileiro, que carrega uma das maiores populações carcerárias do planeta exigem mais do que a contribuição para construção de possibilidades mais efetivas da prática profissional com olhar para a integração social. É necessário a expansão do diálogo com movimentos sociais e construção de parcerias nessa tarefa de pensar o possível objetivo das prisões, percebendo que apenas a privação de liberdade não provoca o desenvolvimento da cidadania, pelo contrário, pode piorar os vínculos sociais e produzir exclusão. (CFP, 2010).

O CREPOP, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CFP, 2009), em suas pesquisas sobre políticas públicas com profissionais do sistema prisional, relata que os psicólogos neste campo trabalham, na maioria das vezes, com atuações individuais, em conjunto com assistentes sociais e também debatem sobre os casos presentes, realizam avaliações psicológicas, pareceres e laudos em conjunto com a equipe multiprofissional. A atividade de maior solicitação aos psicólogos é a emissão de laudos periciais de pessoas privadas de liberdade quando ingressam aos presídios e também durante o cumprimento da pena ou também para concessão de benefícios. No sistema prisional de Minas Gerais o psicólogo realiza as avaliações para a Comissão Técnica de Classificação e também acompanha a adesão do reeducando as diversas atividades oferecidas no presídio, de forma a ajuda-lo compreender que, através destas atividades propostas e destes acompanhamentos, ele pode desenvolver suas potencialidades e sua cidadania, lutando contra o preconceito e as discriminações

presentes na sociedade, buscando a promoção da inclusão social.

O psicólogo no âmbito do sistema prisional mineiro trabalha em equipe multiprofissional, compondo a Comissão Técnica de Classificação (CTC), que é integrada a Superintendência de Atendimento ao Preso, que tem por meta instituir e garantir as políticas públicas para o preso e tem por responsabilidade discutir em reunião o levantamento de informações para diagnóstico nas áreas de Ensino e Profissionalização, Trabalho e Produção, Saúde Psicossocial, Segurança e Jurídico. A equipe de CTC após a discussão do caso deve propor o Plano Individual de Ressocialização (PIR), que deve ser reavaliado anualmente. O psicólogo deve ter cuidado com levantamento do perfil do reeducando, de forma a não patologizá-lo ou enquadrá-lo em determinados aspectos da psicopatologia de modo a entender o preso como “bom” ou “mau” para trabalhar/estudar dentro da unidade prisional. É necessário uma amplitude maior de observação em relação a estas questões, buscando analisar todo o contexto histórico e social do reeducando durante sua vida de modo entender de forma mais consistente seus rizomas.

Os psicólogos, assim como psiquiatras e assistentes sociais, no que concerne os termos da Comissão Técnica de Classificação, tem a função de “orientar a individualização do cumprimento da pena, separando os condenados mais perigosos dos eventuais e estabelecendo as diretrizes para o tratamento mais adequado de cada um” conforme os artigos 6º ao 9º da Lei de Execuções Penais (BRASIL, 1984, p. 1).

Os psicólogos prestam assistência ao indivíduo privado de liberdade com base nas prerrogativas da Lei de Execuções Penais, Regulamentos e Normas de Procedimento do Sistema Prisional de Minas Gerais (ReNP), orientações técnicas dos Conselhos Regional e Federal de Psicologia em relação ao Sistema Prisional.

Quadro 1: Atribuições do Psicólogo no Sistema Prisional de Minas Gerais

XII – Psicólogo, ao qual cabe:

- a) exercer a função de referência técnica em psicologia do núcleo de saúde da Unidade Prisional, conforme portaria interministerial nº 1.777/03, fazendo revezamento semestral sempre que possível;
- b) programar e executar, juntamente com os demais profissionais que compõem a equipe de saúde e segurança, as ações de atenção básica conforme determina a portaria interministerial nº 1.777/03, Plano Operativo Estadual de Atenção à Saúde da População Prisional de Minas Gerais e demais diretrizes;
- c) atuar, também como educador, nas ações de saúde, ressocialização e nas demais que forem de sua competência;
- d) realizar atendimentos de acompanhamento ao pré-egresso, em conformidade com a Portaria Interministerial nº 1.777/03 e demais diretrizes;
- e) participar das reuniões da CTC de acordo com as diretrizes das resoluções vigentes dos Conselhos Federal - CFP e Regional de Psicologia – CRP;
- f) programar e executar as indicações do PIR, acompanhando a evolução do preso;
- g) aplicar testes psicológicos e elaborar laudos periciais nas Unidades Prisionais autorizadas pela SEDS;

- h) contribuir em ações integradas na área de saúde, fazendo sempre que possível articulação com a rede de atenção à saúde mental do município, promovendo ações de prevenção e acompanhamento do tratamento dos distúrbios psíquicos, de modo a favorecer um amplo desenvolvimento psicossocial;
- i) realizar, em casos emergenciais nas dependências da Unidade Prisional, atendimento ao familiar do preso, providenciando, se for o caso, os devidos encaminhamentos à rede de saúde;
- J) proceder ao registro correto e legível, nos devidos prontuários e demais sistemas de informação, de todos os atendimentos prestados aos presos, cuidando para que as sínteses elaboradas estejam devidamente datadas, carimbadas e assinadas;
- k) planejar, organizar e realizar atendimentos em Grupo sempre que se fizerem necessários;
- l) participar em reuniões de trabalho externo, capacitações internas e externas e mutirões de saúde, quando convocado;
- m) analisar e descrever os processos de desenvolvimento, inteligência, aprendizagem, personalidade e outros aspectos do comportamento humano, de acordo com as diretrizes das resoluções vigentes do CFP e CRP;
- n) elaborar e aplicar técnicas de exames psicológicos utilizando seu conhecimento e práticas metodológicas específicas para conhecimento das condições do desenvolvimento da personalidade, dos processos intrapsíquicos e das relações interpessoais, conforme as diretrizes das resoluções vigentes do CFP e CRP, efetuando ou encaminhando para atendimento apropriado;
- o) realizar atribuições de natureza técnica atribuídas por lei aos profissionais graduados em psicologia;
- p) exercer atribuições correlatas que lhe forem solicitadas, incluindo elaboração de relatórios e planilhas eletrônicas e digitação de matéria relacionada à sua área de atuação;
- q) realizar, em parceria com a equipe de saúde, campanhas e projetos destinados à população carcerária;
- r) promover a correta alimentação e manter atualizados os bancos de dados e sistemas de informação de sua competência;
- s) realizar atendimento individual de acompanhamento a toda pessoa reclusa no Sistema Prisional, considerando a condicionalidade da Unidade Prisional;
- t) realizar, quando necessário, atendimento a familiares do preso para subsidiar o profissional em tomada de decisão sobre as demandas relacionadas ao custodiado; e
- u) quando orientado pelo NAF, acompanhar a visita assistida.
- v) - exercer atividades correlatas e outras que vierem a ser incorporadas ao cargo por força de dispositivos legais ou determinações da SUAPI

Fonte: Regulamento de Normas e Procedimentos do Sistema Prisional (ReNP, 2016).

O psicólogo elabora um parecer técnico para o Programa Individualizado de Ressocialização, observando alguns aspectos relevantes tais como humor/afetividade, histórico de agravos psíquicos, relações sociais, histórico de violências e de reclusões anteriores no sistema prisional, reconhecimento do delito que lhe é imputado. Estas características psicológicas são necessárias para levantar um perfil psicológico do reeducando e analisar suas relações sociais. Apesar desse perfil estabelecido pelo ReNP, o psicólogo deve conhecer o contexto social do sujeito encarcerado é de extrema necessidade para compreender o significado dos tipos de governamentalidade que o sujeito traz e também para entende o quanto as questões neoliberais influenciam na liberdade de escolha do indivíduo de forma a que ele adentrou a criminalidade e como estes aspectos o mantem neste segmento.

Quadro 2: Parecer técnico da Psicologia

Art. 422. À Psicologia cumpre elaborar e emitir parecer, constando:

- I - relato sobre o comportamento do preso com descrição de seu perfil no que tange a:
 - a) agressividade;

- b) humor (alternância);
 - c) afetividade (indiferença);
 - d) histórico de agravos psíquicos; e
 - e) demais informações relativas ao quadro psicológico do preso e que sejam pertinentes.
- II - proposta de acompanhamento do preso para os próximos 12 (doze) meses, contendo a periodicidade dos atendimentos;
- III - data provável para o próximo atendimento;
- IV - sugestão, devidamente justificada, de inserção ou não do preso em atividades laborais e educacionais, bem como em outros programas que venham a contribuir com o processo de ressocialização e futura reintegração social; e
- V - relato sobre a existência de algum padrão de comportamento que limite as possibilidades do preso trabalhar ou estudar.

Fonte: Regulamento de Normas e Procedimentos do Sistema Prisional (ReNP, 2016).

Conforme aponta o CREPOP (CFP, 2009), o psicólogo pode dar atenção psicológica os indivíduos privados de liberdade, seus familiares e também os próprios servidores da unidade prisional, buscando, em cada contexto, acolher suas angústias, ansiedades e dificuldades em criar e manter relações sociais, de forma individual ou grupal. Em consonância com as orientações do CREPOP, o ReNP (MINAS GERAIS, 2016), também coloca como atribuições do psicólogo o acompanhamento do indivíduo privado de liberdade de forma individual ou em grupo, o atendimento a família em conjunto com o Serviço Social no Núcleo de Assistência à Família (NAF) e realizar atendimentos emergenciais aos servidores do sistema prisional. O psicólogo também precisa ser articulador entre os diversos serviços do presídio e também do município, de forma a promover a assistência e o cuidado do custodiado de forma mais efetiva.

Considerações Finais

O investimento humano é a única resposta capaz de produzir transformações efetivas, permanentes e duradouras no sentido de incrementar a capacidade dos sujeitos em responsabilizar-se para com os demais. O investimento humano é a resposta que pode trazer de volta aquele que se alienou de sua condição de sujeito social em função das desumanidades derivadas de sua experiência na convivência social.

Uma vez possibilitado o cumprimento de seu papel social, o sujeito adquire, por consequência, uma mínima percepção de sua responsabilidade social – uma vez que se percebe, também, cidadão. Estando as liberdades individuais em concordância com a igualdade, poderá ser mais possível ao Estado executar com bons resultados uma justiça social.

O que pode-se ver é que o psicólogo participa do Programa Individualizado de Ressocialização no qual busca a individualização da pena. É preciso ir além da lógica neoliberal de forma a promover a escuta e o acolhimento para a liberdade, de forma com que o indivíduo possa buscar a ressignificação de seus contextos psíquicos e sociais, buscando a superação dos estigmas e preconceitos impostos pela lógica neoliberal, utilizando-se de características do parecer da psicologia mas não ficando fechado neles, baseando em um olhar mais amplo e dinâmico sobre o sujeito.

O trabalho do psicólogo deve estar norteado para além das questões de governamentalidade e da dimensão econômica da vida, pautando na história de vida e experiências do sujeito, o que também constitui um desafio para os profissionais que trabalham nas instituições prisionais.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Patrícia Regina Cardoso de, *et al.* Condições de Saúde de mulheres privadas de liberdade: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**. n. 19. v. 01. 2015. p. 73-80.

ANDRADE, Vera Regina Pereira. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro : Revan, 2012.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Censo Carcerário do Brasil**. Brasília: Fundação SEADE/DE-PEN, 2010.

BRASIL, Lei No 7.210, de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7210.htm>. Acesso em: 20 Nov, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para atuação das (os) psicólogas (os) no Sistema Prisional**. Brasília: CFP, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A prática profissional dos (as) psicólogos (as) no Sistema Prisional**. Brasília: CFP, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atuação do psicólogo no sistema prisional**. Brasília: CFP, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **O trabalho da (o) psicóloga (o) no sistema prisional: problematizações, ética e orientações**. Brasília: CFP, 2016.

DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo. SP: Perspectiva, 1961.
- JULIÃO, E. F. Educação e Trabalho como propostas políticas de Execução penal. In: **Alfabetização e cidadania: revista de educação de jovens e adultos**. Brasília: RAAAB, UNESCO, Governo Japonês, 2006. p. 18-37.
- MINAS GERAIS. **Regulamento de normas e procedimento do sistema prisional (ReNP)**. 2016.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)**. Resolução nº 44/1990. Tradução de Romeu Kazumi Sasaki. Assembléia Geral das Nações Unidas. 68ª Sessão Plenária. Nova York, 1990.
- PIO, Cleusa. **Sistema Prisional e Psicologia: inúmeros desafios**. 2006. <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0304.pdf>. Acesso em 10. Nov. 2018.
- SAPORI, Luis Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- SILVA, Vanderlan Francisco da. **Conflitos e violências no universo penitenciário brasileiro**. Porto Alegre: Sulina. 2008

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PPGCS E XVIII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

GT 10: Mundo do trabalho: Os desafios do presente e os horizontes da crítica.

TECNOLOGIA E PRECARIZAÇÃO, A EMERGÊNCIA DA UBERIZAÇÃO

Thiago Henrique Fracarolli

RESUMO

O avanço tecnológico carrega com si uma faceta perversa, a faceta da precarização do trabalho. Desde os anos 1970 o rápido avanço das tecnologias alterou a dinâmica produtiva e social, com maquinários cada vez mais “inteligentes” e adaptáveis na indústria, esvaziando aquelas que outrora foram grandes núcleos de produção e emprego. A massa de desempregados cresce à medida que a tecnologia avança, e, atualmente, a própria tecnologia traz a resposta para a reinserção dos trabalhadores, de forma ainda mais precária e agressiva. O advento do smartphone possibilita, hoje, que a, sempre presente, informalidade ganhasse novos meios de existir. Neoliberalismo e tecnologia se tornam aliados na exploração da força de trabalho por meio do que tem sido chamado de “capitalismo de plataforma”, e sua expansão e crescimento têm impactado o mercado de trabalho, definindo um novo patamar de exploração e uma forma ainda mais dinâmica de fazê-la, a uberização.

Palavras-chave: uberização; tecnologia; neoliberalismo; precarização; trabalho

Tecnologia e precarização, a emergência da uberização.

A inovação tecnológica tem uma relação mútua com o capitalismo. Grandes empresas a criam para que outras se utilizem dela, geralmente como forma de expandirem seus lucros, bem como aumentar o controle sobre o trabalho. Vivemos um período onde tal expansão avança com imensa rapidez, da mesma forma que seu uso para a extração de mais-valia e do consumo desenfreado e massivos destas tecnologias.

A competição entre as empresas, e atualmente até mesmo entre os Estados-Nação, colocou a inovação tecnológica em um patamar de extrema importância para aprimorar os ganhos efetivos da produção, transformando constantemente os meios de trabalho, mas também a tornando meio de consumo.

As mudanças tecnológicas, seja a criação do microchip ou o desenvolvimento de aviões supersônicos, acarretaram transformações na sociabilidade, na produção, no tempo e espaço, tornando o fluxo de mercadorias e pessoas incessante. As mudanças na forma de produção e consumo a partir dos anos 1970 trouxeram uma nova dinâmica para a sociedade e para o capitalismo, que aliada ao fim do pacto do bem-estar social, trouxeram um período de austeridade à classe trabalhadora, colocando-a frente a um cenário de enorme incerteza, dentro de um sistema cada vez mais global.

O capitalismo flexível do período que vivemos baseia-se cada vez mais na fluidez das ofertas e na inconstância das demandas, e desta forma a produção se adequa a estas necessidades, fazendo com que a massa de trabalhadores orbite em torno de um sistema *just in time*, visando controlar as oscilações do mercado e as crises de superprodução de outrora.

Este tipo de inovação se tornou dominante no contexto de concorrência global no qual nos encontramos atualmente. A reorganização produtiva e a implementação de tecnologias passaram a ser os guias para o sucesso empresarial, a redução de custos de produção acelera a acumulação de capital ao mesmo tempo que pauperiza e precariza a classe trabalhadora, minando suas resistências e tornando-a cada vez mais suscetível à rotatividade e substituição.

O avanço da tecnologia expandiu seu acesso aos consumidores finais, o que Srnicek (2017) chama de “*the dot-com boom*”, ou seja, uma grande expansão da

informática e internet nos anos 1990. As grandes mudanças não surgiram ali, mas prepararam terreno (e infraestrutura) para o momento posterior, colocando a internet como ferramenta de comunicação, comércio e acomodação de capitais, “all told, more than 50,000 companies were formed to commercialise the internet and more than \$256 billion was provided to them”³⁵, conforme Srnicek aponta (2017, p. 12).

Grandes empresas do ramo da internet se desenvolveram nos primeiros anos da sua popularização, a exemplo da Google, e criaram toda uma mecânica de funcionamento para a rede que financiaram seu próprio desenvolvimento e crescimento, tanto financeiro, quanto em importância e estratégia. Fabricantes de computadores e periféricos, no EUA, tiveram crescimentos exorbitantes nos seus investimentos. Srnicek aponta que

In 1980 the level of annual investment in computers and peripheral equipment was \$50.1 billion; by 1990 it had reached \$154.6 billion; and at the height of the bubble, in 2000, it reached an unsurpassed peak of \$412.8 billion. In 1980 the level of annual investment in computers and peripheral equipment was \$50.1 billion; by 1990 it had reached \$154.6 billion; and at the height of the bubble, in 2000, it reached an unsurpassed peak of \$412.8 billion³⁶. (2017, p. 12)

Toda essa rede de comunicação e computadores auxiliou na descentralização da produção, indo de encontro com as tendências organizacionais que se perpetuavam após a crise dos anos 1970. As empresas enxutas e cada vez mais voltadas para o sistema *just-in time* agora se espalham pelo globo, terceirizando a produção e dando ainda mais centralidade à comunicação dentro da produção.

O “boom” tecnológico dos anos 1990 propiciou o crescimento e a consolidação de uma rede de comunicação utilizada para a mudança da dinâmica produtiva dentro do capitalismo, e criou um ambiente propício para a expansão da internet, desenvolvendo seu funcionamento e ferramentas. Segundo Srnicek “in the wake of the 1990s bust, internet-based companies shifted to business models that monetised the free resources available to them”³⁷ (2017, p.22). Nos concentraremos agora em pensar como as

³⁵ “Ao todo, mais de 50.000 empresas foram criadas para comercializar internet e mais de US\$256 bilhões foram disponibilizados a elas”.

³⁶ “Em 1980, o nível de investimento anual em computadores e periféricos era de US\$50,1 bilhões; em 1990 alcançou US\$154,6 bilhões; e no auge da bolha, em 2000, chegou ao pico insuperável de US\$412,8 bilhões.

³⁷ “Durante o colapso da década de 1990, as empresas virtuais mudaram para modelos de negócios que monetizaram seus recursos anteriormente gratuitos”.

plataformas se organizam e como elas mudaram a sociedade e o mundo do trabalho nos últimos anos.

1) As plataformas.

A crise de 2008 é, para Srnicek, um marco importante para a mudança no tratamento da internet pelo capitalismo. A partir deste momento, como em todas as crises, o capitalismo precisou se reinventar em busca da retomada da produtividade, ou melhor, das taxas de lucros e de exploração.

O desenvolvimento das tecnologias que foram utilizadas na mudança que propomos compreender aqui estavam disponíveis em maior ou menor escala, de forma mais ou menos organizada para sua utilização, mas neste momento um conjunto de fatores colaboraram para a intensificação e crescimento da sua relevância. Não se trata de uma revolução ou um rompimento drástico com os acontecimentos anteriores, mas sim uma possibilidade aberta que foi encarada como forma de diversificação em um momento de crise.

2008 é o ano de uma das maiores crises do capitalismo, o que cria a necessidade, anteriormente citada, do capitalismo se reinventar para retomar seu crescimento. Além disso, momentos de crise são (ainda mais) austeros para a classe trabalhadora, onde o risco do desemprego e o congelamento de salários colocam a classe em uma situação defensiva frente a sua luta histórica. Aliado a tudo isso, o surgimento do smartphone, em 2007, facilitou o acesso a internet e trouxe o uso dos aplicativos.

Recorrendo novamente a Srnicek (2017), o que podemos encontrar neste sentido dá conta de que a matéria-prima essencial do desenvolvimento do capitalismo de plataforma são os dados. Apenas a capitalização dos dados, ou seja, o armazenamento, compra e venda destes, poderia dar a internet um papel central dentro do capitalismo. Assim, grandes empresas do setor pararam a trabalhar com esta matéria-prima como forma de capitalizar seus negócios, de um lado, e otimizar seus processos de outro.

Assim, a grande novidade do smartphone é a facilidade que ele trouxe na forma de se produzir dados. A maneira mais intuitiva e fluida de se usar um smartphone, além das inúmeras conexões que nele estão presentes, potencializou a geração destes dados de forma ainda mais orgânica e em maior quantidade.

Data have come to serve a number of key capitalist functions: they educate and give competitive advantage to algorithms; they enable the coordination and outsourcing of workers; they allow for the optimisation and flexibility of productive processes; they make possible the transformation of low-margin goods into high-margin services; and data analysis is itself generative of data, in a virtuous cycle. Given the significant advantages of recording and using data and the competitive pressures of capitalism, it was perhaps inevitable that this raw material would come to represent a vast new resource to be extracted from³⁸ (Srnicek, 2017, p. 24)

A centralidade da nova matéria prima ajuda a reorganizar as empresas, e consequentemente o capitalismo, fazendo com que a figura das plataformas ganhe espaço dentro deste contexto. Segundo Srnicek “often arising out of internal needs to handle data, platforms became an efficient way to monopolise, extract, analyse, and use the increasingly large amounts of data that were being recorded” ³⁹(2017, p.25).

Porém, a pergunta que fica é, o que são estas plataformas?

At the most general level, platforms are digital infrastructures that enable two or more groups to interact. They therefore position themselves as intermediaries that bring together different users: customers, advertisers, service providers, producers, suppliers, and even physical objects. More often than not, these platforms also come with a series of tools that enable their users to build their own products, services, and marketplaces. Microsoft’s Windows operating system enables software developers to create applications for it and sell them to consumers; Apple’s App Store and its associated ecosystem (XCode and the iOS SDK) enable developers to build and sell new apps to users; Google’s search engine provides a platform for advertisers and content providers to target people searching for information; and Uber’s taxi app enables drivers and passengers to exchange rides for cash. Rather than having to build a marketplace from the ground up, a platform provides the basic infrastructure to mediate between different groups⁴⁰. (Srnicek, 2017, p.25)

³⁸ “Os dados vieram para servir a uma série de funções capitalistas fundamentais: eles educam e dão vantagem competitiva aos algoritmos; permitem a coordenação e a terceirização de trabalhadores; eles permitem a otimização e flexibilidade dos processos produtivos; eles tornam possível a transformação de produtos de baixa margem em serviços de alta margem; e a análise de dados é geradora de dados, em um ciclo virtuoso. Dadas as vantagens significativas de registrar e usar dados e as pressões competitivas do capitalismo, talvez fosse inevitável que essa matéria-prima viesse a representar um vasto novo recurso a ser extraído”.

³⁹ “Muitas vezes, decorrente de necessidades internas para lidar com dados, as plataformas tornaram-se uma maneira eficiente de monopolizar, extrair, analisar e usar as quantidades cada vez maiores de dados que estavam sendo gerados”

⁴⁰ No nível mais geral, as plataformas são infraestruturas digitais que permitem que dois ou mais grupos interajam. Por isso, posicionam-se como intermediários que reúnem diferentes usuários: clientes, anunciantes, prestadores de serviços, produtores, fornecedores e até objetos físicos. Mais frequentemente, essas plataformas também vêm com uma série de ferramentas que permitem que seus usuários criem seus

As grandes empresas de tecnologia que fornecem estas plataformas e captam dados de seus usuários, utilizam e vendem para empresas de outros setores para que otimizem suas ações e produtos, direcionando a publicidade, promovendo ações de marketing. Assim, os dados e as plataformas correspondem a uma parte que se propaga por todo sistema capitalista, como produto e como estratégia, tornando-se central na competitividade global que vivenciamos atualmente.

Srnicek (2017) também aponta que as plataformas digitais, em suas características, necessitam de “efeitos em rede”, ou seja, elas necessitam de engajamentos que se desdobrem entre os usuários, da mesma forma que necessitam de um grande número destes usuários. Elas apenas “sobrevivem” se forem as plataformas de socialização em que a maioria dos usuários se sintam atraídos a usá-las, como o Facebook; se seus amigos e familiares estão lá, você é atraído para o uso dele. Esse efeito em rede cria um maior volume de dados produzidos, logo, ela consegue se “monetizar” e se tornar mais eficiente na venda destes dados.

Platforms are also designed in a way that makes them attractive to its varied users. While often presenting themselves as empty spaces for others to interact on, they in fact embody a politics. The rules of product and service development, as well as marketplace interactions, are set by the platform owner. Uber, despite presenting itself as an empty vessel for market forces, shapes the appearance of a market.⁴¹ (Srnicek, 2017, p.26)

Assim, o que podemos concluir é que as plataformas são uma nova forma de empresa, segundo Srnicek (2017), elas são caracterizadas por fornecer a infraestrutura que intermedia diferentes tipos de usuários. Seu funcionamento demanda uma dinâmica bastante nova, com efeitos em rede, em busca do monopólio, atingindo os mais diversos grupos de usuários. Ao explicar o que é a propriedade da plataforma, Srnicek diz que

próprios produtos, serviços e mercados. O sistema operacional Windows da Microsoft permite que os desenvolvedores de software criem aplicativos para ele e os venda aos consumidores; A App Store da Apple e seu ecossistema associado (XCode e iOS SDK) permitem que os desenvolvedores criem e vendam novos aplicativos para os usuários; O mecanismo de pesquisa do Google fornece uma plataforma para anunciantes e provedores de conteúdo segmentarem pessoas que pesquisam informações. e o aplicativo de táxi do Uber permite que motoristas e passageiros troquem caronas por dinheiro. Em vez de ter que construir um mercado a partir do zero, uma plataforma fornece a infraestrutura básica para mediar entre diferentes grupos.

⁴¹ Finalmente, as plataformas também são projetadas de forma a torná-las atraentes para usuários variados. Embora muitas vezes se apresentem como espaços vazios para outros interagirem, eles na verdade incorporam uma política. As regras do produto e serviço desenvolvimento, bem como interações de mercado, são definidas pela plataforma proprietário. Uber, apesar de se apresentar como um navio vazio para as forças do mercado, molda a aparência de um mercado.

Platform ownership, in turn, is essentially ownership of software (the 2 billion lines of code for Google, or the 20 million lines of code for Facebook) and hardware (servers, data centres, smartphones, etc.), built upon open-source material (e.g. Hadoop's data management system is used by Facebook). All these characteristics make platforms key business models for extracting and controlling data. By providing a digital space for others to interact in platforms position themselves so as to extract data from natural processes (weather conditions, crop cycles, etc.), from production processes (assembly lines, continuous flow manufacturing, etc.), and from other businesses and users (web tracking, usage data, etc.). They are an extractive apparatus for data.⁴² (2017, p.27)

Para além disso, nossa compreensão aqui demandará uma explicação breve sobre a diversidade de plataformas existentes. Srnicek (2017) divide estas em 5 tipos, os quais nos utilizaremos aqui como forma de compreender este fenômeno que têm alterado a dinâmica do capitalismo e sua perpetuação, frente a classe trabalhadora.

In each of these areas, the important element is that the capitalist class owns the platform, not necessarily that it produces a physical product. The first type is that of advertising platforms (e.g. Google, Facebook), which extract information on users, undertake a labour of analysis, and then use the products of that process to sell ad space. The second type is that of cloud platforms (e.g. AWS, Salesforce), which own the hardware and software of digital-dependent businesses and are renting them out as needed. The third type is that of industrial platforms (e.g. GE, Siemens), which build the hardware and software necessary to transform traditional manufacturing into internet-connected processes that lower the costs of production and transform goods into services. The fourth type is that of product platforms (e.g. Rolls Royce, Spotify), which generate revenue by using other platforms to transform a traditional good into a service and by collecting rent or subscription fees on them. Finally, the fifth type is that of lean platforms (e.g. Uber, Airbnb), which attempt to reduce their ownership of assets to a minimum and to profit by reducing costs as much as possible. These analytical divisions can, and often do, run together within any one firm. Amazon, for example, is often seen as an e-commerce company, yet it rapidly broadened out into a logistics company. Today it is spreading into the ondemand market with a Home Services program in partnership with TaskRabbit, while the infamous Mechanical Turk (AMT) was in many ways a pioneer for the gig economy and, perhaps most importantly, is developing

⁴² A propriedade da plataforma, por sua vez, é essencialmente propriedade de software (os 2 bilhões de linhas de código do Google, ou as 20 milhões de linhas de código do Facebook) e hardware (servidores, data centers, smartphones, etc.) material de origem (por exemplo, o sistema de gerenciamento de dados do Hadoop é usado pelo Facebook). Todas essas características tornam as plataformas os principais modelos de negócios para extrair e controlar os dados. Ao fornecer um espaço digital para outras pessoas interagirem, as plataformas se posicionam para extrair dados de processos naturais (condições climáticas, ciclos de cultivo, etc.), de processos de produção (linhas de montagem, fabricação de fluxo contínuo, etc.) e outras empresas e usuários (rastreamento da web, dados de uso etc.). Eles são um aparato extrativo de dados.

Amazon Web Services as a cloud-based service. Amazon therefore spans nearly all of the above categories.⁴³ (Srcnicek, 2017, p.27, 28)

Frente ao panorama aqui trazido sobre o capitalismo de plataforma, voltaremos agora ao nosso foco principal, as “lean platforms”, ou seja, as plataformas que, como Uber e AirBnb, não possuem ativos, ou possuem o mínimo deles, e que mobilizam uma grande massa de trabalhadores com seus veículos ou imóveis para prestar seus serviços.

2- As Lean Platforms.

O termo “lean platforms”, ou seja, plataformas enxutas, se refere a um tipo de negócio em que as plataformas servem como mediadora do serviço prestado, não possuindo os equipamentos daquele serviço, apenas “conectando” dois tipos de usuários, o usuário-consumidor e o usuário-trabalhador.

Em geral, essas plataformas fornecem serviços das mais variadas formas, como no caso da Uber, no ramo de transporte, AirBnb, focada em acomodações e estadias, mas também como o TaskRabbit, onde os usuários-trabalhadores oferecem serviços gerais em residências, além de outros aplicativos direcionados à serviços como entregas e até mesmo consultas médicas.

Porém, a Uber, por exemplo, mesmo sendo uma das maiores empresas do ramo de transporte, não possui veículos, da mesma forma que AirBnb não é dona dos imóveis em que oferece suas acomodações. Segundo Srnicek (2017) o segredo dessas empresas é que elas possuem o ativo mais importante: a plataforma de software e análise de dados. O segredo, segundo o autor é que

⁴³ O primeiro tipo é o das plataformas de publicidade (por exemplo, Google, Facebook), que extraem informações sobre os usuários, realizam um trabalho de análise e, em seguida, usam os produtos desse processo para vender espaço publicitário. O segundo tipo é o das plataformas de nuvem (por exemplo, AWS, Salesforce), que são proprietárias do hardware e software de empresas dependentes de digital e estão alugando-as conforme necessário. O terceiro tipo é o das plataformas industriais (por exemplo, GE, Siemens), que constroem os hardwares e softwares necessários para transformar a manufatura tradicional em processos conectados à Internet que reduzem os custos de produção e transformam bens em serviços. O quarto tipo é o das plataformas de produtos (por exemplo, Rolls Royce, Spotify), que geram receita usando outras plataformas para transformar um bem tradicional em um serviço e arrecadando taxas de aluguel ou assinatura sobre eles. Finalmente, o quinto tipo é o das plataformas enxutas (por exemplo, Uber, Airbnb), que tentam reduzir ao mínimo a propriedade dos ativos e lucrar com a redução dos custos, tanto quanto possível. Essas divisões analíticas podem, e freqüentemente ocorrem, juntas em qualquer empresa. A Amazon, por exemplo, costuma ser vista como uma empresa de comércio eletrônico, mas rapidamente se expandiu para uma empresa de logística. Hoje está se espalhando para o mercado de serviços a pedido com o Home Services em parceria com a TaskRabbit, enquanto o infame Mechanical Turk (AMT) foi em muitos aspectos um pioneiro na economia gig e, talvez o mais importante, está desenvolvendo Amazon Web Services como nuvem serviço baseado em A Amazon, portanto, abrange quase todas as categorias acima.

Lean platforms operate through a hyper-outsourced model, whereby workers are outsourced, fixed capital is outsourced, maintenance costs are outsourced, and training is outsourced. All that remains is a bare extractive minimum – control over the platform that enables a monopoly rent to be gained.⁴⁴ (p.40)

O que acontece é que essa “hiper-terceirização”, segundo o termo usado por Srnicek, deixa os ônus da relação para o usuário-trabalhador, enquanto a empresa que fornece a plataforma apenas se encarrega de receber suas taxas sobre o serviço de mediação prestado. Até mesmo as formas de avaliação dos serviços ficam por conta dos usuários, seja o usuário-consumidor ou o usuário-trabalhador, ambos podem “fiscalizar” a qualidade do serviço prestado, informando a plataforma a partir de notas e resenhas.

O usuário-trabalhador, se vê, desta forma, obrigado a gerir seu negócio conforme regras e padrões de qualidade sob os quais ele está sendo avaliado, prestando um serviço, como no caso da Uber, de motorista. mesmo não sendo preparado para tal atividade de forma profissional.

These companies have also offloaded costs from their balance sheets and shifted them to their workers: things like investment costs (accommodations for Airbnb, vehicles for Uber and Lyft), maintenance costs, insurance costs, and depreciation costs. Firms such as Instacart (which delivers groceries) have also outsourced delivery costs to food suppliers (e.g. Pepsi) and to retailers (e.g. Whole Foods) in return for advertising space.⁴⁵ (2017, p.43)

Assim, o que podemos observar é um trabalho informal que agora responde a um mediador, ou seja, uma empresa que oferece única e exclusivamente uma conexão entre os usuários e que se encarrega de criar os mecanismos de avaliação de tal serviço.

Srnicek (2017) aponta que “nearly all of the estimates suggest that around 1 per cent of the US labour force is involved in the online sharing economy formed by lean platforms”⁴⁶ (p.41), colocando as plataformas como uma forma econômica totalmente

⁴⁴ “As plataformas enxutas operam através de um modelo hiper-terceirizado, em que os trabalhadores são terceirizados, o capital fixo é terceirizado, os custos de manutenção são terceirizados e o treinamento é terceirizado. Tudo o que resta é um mero extrativismo mínimo - controle sobre a plataforma que permite a obtenção de uma renda monopolizada.”

⁴⁵ Essas empresas também descarregaram os custos de seus balanços e os transferiram para seus trabalhadores: coisas como custos de investimento (acomodações para Airbnb, veículos para Uber e Lyft), custos de manutenção, custos de seguro e custos de depreciação. Empresas como a Instacart (que fornece mantimentos) também terceirizaram os custos de entrega para fornecedores de alimentos (por exemplo, Pepsi) e para varejistas (por exemplo, Whole Foods) em troca de espaço publicitário.

⁴⁶ “As estimativas são de que cerca de 1% da força de trabalho dos EUA está envolvida na economia de compartilhamento online formada por plataformas enxutas.”

relevante dentro do mercado de trabalho no EUA, e no Reino Unido, “it is estimated that approximately 1.3 million UK workers (3.9 per cent of the labour force) work through them at least once a week”⁴⁷ (p.42).

Quando pensamos no fenômeno do capitalismo de plataforma e seu crescimento a partir do surgimento do smartphone, em 2007, podemos pensar também na influência que a crise de 2008 trouxe a tal modelo de negócios e que modificou também o mercado de trabalho global.

Em um momento de crise, austeridade e desemprego são palavras de ordem. É nestes momentos que a classe trabalhadora se vê mais desamparada, e a concorrência entre os próprios trabalhadores se torna ainda maior. As plataformas surgem, nesse cenário, como uma alternativa viável e com poucas restrições, criando um escopo para se firmar, mesmo que oferecendo pouca ou nenhuma garantia e direitos frente aos empregos formais e tradicionais. A crise não a única impulsora deste tipo de emprego, mas é um elemento que cria maior importância para ele dentro de um cenário onde se aceita a diminuição das condições de vida em busca da sobrevivência.

Porém, a longo prazo, Srnicek mostra que “the aftermath of the crisis was a jobless recovery – a phenomenon where economic growth returns, but job growth does not”⁴⁸ (2017, p.43). O que podemos concluir é que as alterações no mercado de trabalho são profundas, e estabelecem um novo patamar de emprego, ainda mais precarizado que o período anterior. Assim, a chamada “Uberização” chega ao mundo do trabalho, não como uma condição totalmente nova, mas como uma nova forma de mediar e gerir as condições.

3- A Uberização.

A nova configuração do mercado de trabalho trazida pelo capitalismo de plataforma, apesar de não trazer grandes novidades quanto a precarização em si, traz quanto a suas formas de se organizar, chamamos esta nova forma de “Uberização”. Utilizaremos a Uber como exemplo principal aqui, já que é o serviço mais difundido desse tipo, mas é o mesmo que acontece com outras “lean platforms”, cada qual com as particularidades do setor em que ela atua.

⁴⁷ “Estima-se que aproximadamente 1,3 milhão de trabalhadores no Reino Unido (3,9% da força de trabalho) trabalhem com eles pelo menos uma vez por semana.”

⁴⁸ “O rescaldo da crise foi uma recuperação sem emprego - um fenômeno em que o crescimento econômico retorna, mas o crescimento do emprego não”

Temos, a partir disso, cinco questões fundamentais sobre a Uber. Uma mudança no estatuto dos trabalhadores, na configuração das empresas, nas formas de controle, gerenciamento e expropriação do trabalho, como nos atenta Abílio (2017).

A mudança no estatuto dos trabalhadores ocorre conforme uma grande reorganização dos agentes presentes na relação de trabalho, não de maneira real, mas a aparência é essencial aqui. A perda dos direitos trabalhistas não acontece por acaso, ela é acompanhada de uma falsa condição de liberdade, como se o trabalhador fosse o seu próprio patrão, dono do seu tempo e das estratégias que irá abordar para maximizar seus ganhos. Essa falsa liberdade é essencial para compreender o funcionamento desse tipo de condição de trabalho.

Entender-se como um empreendedor, um “nano-empresário de si”, como usa Abílio (2017), propulsiona um engajamento ainda mais enérgico do que em outros casos, como quando se tem claramente a noção de que existe um patrão ou gerente que coordena seus esforços, além de leis que regulamentam o trabalho. Porém, ao se reportar para um aplicativo, cria-se uma sensação de autonomia, com liberdade de escolha sobre o tempo e horário em que o trabalho irá ocorrer. Assim, este trabalhador está permanentemente disponível, qualquer hora é hora de trabalhar, e o que garante isso é que basta abrir o aplicativo para que se ganhe dinheiro.

Os períodos de austeridade são muito férteis para esse tipo de trabalho, com a Uber como fonte única de renda, ou mesmo como complementar, temos um trabalhador subordinado pelas necessidades impostas pelo contexto em que se encontra, e a falta de regulamentação do trabalho serve para reforçar e facilitar o acesso a este tipo de atividade econômica. Isso tudo claro tem o desmonte do Estado como pano de fundo, já que o fim das políticas universalistas em saúde, educação, dentre outros, traz a permanência dos períodos austeros para a classe trabalhadora.

Esse tipo de ideia vem de um novo tipo de empresa. Mas também de uma nova forma de controle sobre os trabalhadores e sua atividade. A mudança no estatuto do trabalho acima citada funciona em conjunto a essa nova mentalidade. Seguindo no exemplo da Uber, a empresa está presente em todo o globo unicamente pelo aplicativo instalado em um smartphone, esta é a única estrutura que ela fornece, colocando seu nome e marca como forma de conectar usuários-trabalhadores e usuários-consumidores. Fora isso, a Uber nada fornece. Os milhões usuários-trabalhadores são donos dos carros

em que transportam os passageiros, dos smartphones que utilizam para encontra-los, e assumem todos os riscos e custos da operação, além de, claro, repassar 25% dos seus rendimentos para a empresa.

As formas de controle utilizadas pela Uber colocam seus usuários-consumidores também como “colaboradores” na estrutura de funcionamento da empresa, é assim que ela gerencia e fiscaliza seus usuários-trabalhadores. A cada viagem feita, o usuário-consumidor avalia de uma a cinco estrelas o serviço prestado pelo motorista. Mas não é só isso, ao ser avaliado diversas vezes, cria-se um perfil deste motorista, o qual é ranqueado em relação aos outros perfis disponíveis. Este ranqueamento serve como uma forma de passar confiança ao usuário-consumidor, bem como favorecer os motoristas na hora de encontrar novos passageiros. Abílio (2017) aponta que o aplicativo faz isso de forma programada e automatizada, e acaba por fornecer mais corridas aos usuários-trabalhadores.

Os usuários-consumidores formam uma grande massa de gerentes, que avaliam a qualidade dos serviços dos motoristas e coloca-os em concorrência. Mais uma vez o usuário-trabalhador é transformado no “nano-empresário de si”, e busca dentro desta concorrência traçar estratégias para sobressair frente aos demais, aumentando o número de corridas disponíveis para ele, bem como os seus rendimentos.

O usuário-trabalhador da Uber trabalha com o que tem sido chamado de “contrato de zero hora”, ou seja, ele não possui uma carga horária definida, bem como um salário e apenas recebe pelo tempo em que exerce efetivamente sua função, mesmo que fique o tempo todo a disposição. Sua atividade depende exclusivamente da procura pelo seu serviço, em determinada localização e condições, dentro da concorrência estabelecida e a forma como o aplicativo organiza essa disponibilidade de trabalho, como citamos anteriormente sobre o ranqueamento.

O conjunto dessas condições nos leva a conferir o caráter de flexibilização do trabalho proeminente do que chamamos aqui de “uberização”. Segundo Abílio (2017) a flexibilização “pode ser compreendida mais simplesmente como as formas contemporâneas de eliminação de direitos associados ao trabalho e, ainda mais do que isso, da transferência de riscos, custos e trabalho não pago para os trabalhadores. Essa transferência envolve a extensão do tempo de trabalho, assim como sua intensificação, em formas mais ou menos reconhecíveis”.

É inegável, conforme o que já foi descrito anteriormente, que a Uberização se encaixa perfeitamente como flexibilização do trabalho, e mais ainda, dentro do contexto neoliberal em que estamos situados, a já citada austeridade, também as novas racionalidades do mundo, como trabalha Foucault (2008), funcionam na criação de um ambiente de grande fertilidade para que o engajamento dos trabalhadores seja não apenas necessário, como também pouco questionado. É esse engajamento que torna a Uber funcional, com o próprio trabalhador se gerenciando, sendo gerenciado pelos consumidores e concorrendo com seus pares.

O último aspecto a ser tratado é o da expropriação do trabalho. Embora já tenhamos entrado nestas questões, cabe aqui definir o que se entende por tal. Este elemento está presente em conjunto com as formas de controle e gerenciamento já citadas, e traz um agente novo para as relações, o “nano-empresário de si”. Desta forma o trabalhador acredita ser livre e dono do seu trabalho, mas de forma alguma isso é efetivo, ele segue sendo controlado e engajado a trabalhar conforme determinações que vêm do aplicativo, mesmo que pareça haver uma parceria, na verdade o que se tem é antiga relação capital-trabalho, sob novas tecnologias de dominação, totalmente subjetiva.

Assim, as “lean platforms” criam a falsa ideia de parceria entre empresa e usuário-trabalhador, envolvendo-os e se aproveitando das condições para a exploração de força de trabalho, sem grandes restrições ou resistências. É um modelo de exploração que explora o trabalho em seu máximo, desde a força de trabalho, até o uso dos instrumentos de trabalho que são fornecidos pelos próprios trabalhadores, que arcam com sua compra e manutenção.

As plataformas alteraram o mercado de trabalho, tal como alteraram as condições as quais os trabalhadores estão submetidos. A concorrência entre trabalhadores de plataformas e trabalhadores de outras empresas do mesmo ramo, cria um cenário de abertura para o monopólio da empresa mais competitiva, colocando em xeque antigas formas de contratação. A precarização se espalha, os prejuízos seguem sendo socializados, enquanto os lucros são privatizados.

Referências Bibliográficas:

A trajetória do sindicalismo de negócios nos Estados Unidos. Disponível em http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna=10&id_coluna_texto=8531 acesso em 17/12/2018.

Abílio, Ludmila Costhek. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao> acesso em 17/12/2018.

AGREE UBER WAGES ARE TOO LOW? Disponível em <https://fightfor15.org/c-petition/uber-driver-petition/> acesso em 17/12/2018.

DARDOT, P. & LAVAL, C. (2016), A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Boitempo.

Fast Food Strikes: What's Cooking? Disponível em <http://www.labornotes.org/2013/06/fast-food-strikes-whats-cooking> acesso em 19/12/2018.

FRACAROLLI, T. H., UBERIZAÇÃO E RESISTÊNCIA - A LUTA DO FIGHT FOR US\$15. Disponível em: <https://semanacseppgcsufu.files.wordpress.com/2018/10/anais-pc3b3s-graduac3a7c3a3o-2017.pdf> acesso em 20/12/2018

For Workers. Disponível em <https://fightfor15.org/for-workers/> acesso em 07/12/2017.

Reflections from the Chicago Fight for \$15 strikes. Disponível em <http://www.seiu.org/blog/2016/12/reflections-from-the-chicago-fight-for-15-strikes> disponível em 07/12/2017.

Trabalho no Mundo - Conheça o contrato zero hora da Inglaterra. Disponível em http://www.tst.jus.br/pmnoticias/-/asset_publisher/89Dk/content/id/22614834 acesso em 17/12/2018.

Uber Drivers Are Joining Nationwide 'Fight for \$15' Protests on Tuesday.

Disponível em <http://fortune.com/2016/11/28/uber-drivers-fight-15-protests-wages-union/> acesso em 19/12/2019.

Uber drivers to join Fight for \$15 demonstrations for higher wages. Disponível em <https://www.washingtonpost.com/news/dr-gridlock/wp/2016/11/29/uber-drivers-to-join->

[fight-for-15-demonstrations-for-higher-wages/?utm_term=.91f2558e8bd6](https://fightfor15.org/fight-for-15-demonstrations-for-higher-wages/?utm_term=.91f2558e8bd6) acesso em 07/12/2017.

Why We Strike. Disponível em <https://fightfor15.org/why-we-strike/> acesso em 07/12/2018.

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PPGCS e XVIII SEMANA DE CIÊNCIAS
SOCIAIS

GT 10 - Mundo do trabalho: Os desafios do presente e os horizontes da crítica

RECONFIGURAÇÃO ORGANIZATIVA DA CLASSE OPERÁRIA JOINVILENSE:
O SURGIMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS
TRABALHADORES E DO PARTIDO DOS TRABALHADORES EM JOINVILLE
(SC)

Ana Paula Nascimento

RESUMO

Joinville é a cidade mais populosa e industrializada do estado de Santa Catarina. O desenvolvimento da indústria levou a incremento de estratégias de controle operário, intensificadas na ditadura. No período o sindicalismo configurava-se meramente governista. Entretanto, no final da década de 1970, a organização operária, motivada pela Pastoral Operária e a Teologia da Libertação, passa a alcançar novos patamares de luta. A deflagração da primeira greve metalúrgica, em 1985, foi reflexo das mudanças gradativamente ocorridas no movimento operário e sindical da cidade, pois introduziu novos conteúdo para relação entre capital-trabalho estabelecida. De tal movimento de mudanças progressistas foi fundado o PT na cidade e também foram filiados sindicatos à CUT. Neste artigo, pretende-se analisar a trajetória do movimento operário ao longo do século XX, até a filiação à CUT, mais precisamente a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, quanto ao enfrentamento diante as mudanças nas relações de trabalho na metalurgia de Joinville.

Palavras-chave: movimento sindical joinvilense; Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville; relação Partidos e Sindicatos.

Introdução

Os metalúrgicos foram protagonistas de importantes eventos de luta no Brasil, como no chamado “novo sindicalismo”, ao criticar a estrutura sindical oficial, realizar greves de massa e enfrentar a intervenção dos governos militares, o que levou, nos anos 1980, à construção da maior Central Sindical brasileira, a Central Única dos Trabalhadores. A experiência das greves metalúrgicas foram embrião do Partido dos Trabalhadores, a CUT esteve na base da histórica campanha pelas Diretas Já, na luta pelo fim da ditadura civil-militar no Brasil, e na Constituinte (1987-1988).

O sindicalismo metalúrgico consiste, certamente, no segmento social mais estudado por pesquisadores das Ciências Sociais no Brasil. Têm sido estudados, em especial, os sindicatos do ABC Paulista, São Paulo, Sul Fluminense, Campinas e Volta Redonda. Recente coletânea publicada sobre os sindicatos metalúrgicos do Brasil contemporâneo (SOUZA e TRÓPIA, 2012) apresenta um panorama das pesquisas de autores brasileiros sobre entidades sindicais representantes de trabalhadores metalúrgicos de cidades como Campinas e região, São José dos Campos e Limeira, ABC Paulista, Camaçari (no estado da Bahia), Belo Horizonte, Contagem, Betim (em Minas Gerais) e Volta Redonda (no estado do Rio de Janeiro), incluindo neste rol entidades do sul do país como os sindicatos de Gravataí (RS) e Curitiba (PR). Sobre os metalúrgicos de Joinville, todavia, nenhuma pesquisa recente havia sido realizada.

Joinville é a cidade mais populosa e industrializada do estado catarinense. A importância do setor industrial lhe rendeu, nos anos 1970, o título de “Manchester catarinense” em alusão à famosa cidade industrial inglesa. Entretanto, o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville permanecia desconhecido muito embora um estudo realizado por Giane de Souza (2006) tenha revelado algumas características importantes da classe operária em Joinville no período do Estado Novo. Ao investigar o Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato dos Têxteis de Joinville a autora analisou as formas pelas quais o trabalhismo varguista, como mecanismo ideológico-educativo de contenção e repressão da luta de classes, se difundiu no seio da classe operária de Joinville.

O desenvolvimento industrial de Joinville

Desde o início do século XX até a década de 1950, a industrialização, puxada pelo setor metal-mecânico impulsionou a economia joinvilense. Nos anos 1950, novas

indústrias metalúrgicas foram criadas e as antigas ampliadas. A concentração industrial levou também ao aumento do contingente operário bem como ao incremento das estratégias de controle operário. Segundo Costa (1996), na primeira metade do século XX havia uma deliberada intenção de formar cidadãos ordeiros, trabalhadores e orientados para o trabalho e o progresso. Campanhas de incentivo à poupança individual e coletiva veiculadas na imprensa eram comuns. Outra preocupação era com a “harmonia” social posto que a cidade era composta por distintos grupos étnicos, hegemonzados por brasileiros e alemães.

A discriminação de ideias voltadas a formação de trabalhadores ordeiros e disciplinados se deu a partir de entidades sindicais, igrejas, escolas e empresas, durante o Estado Novo, por meio de um aparato ideológico-repressivo, cujo objetivo era amortecer a luta de classes (SOUZA, 2008).

Segundo Costa (1996), entre 1946 e 1973, os operários eram comparados a “soldados do progresso”. Era comum a publicação nos jornais da época de matérias e a difusão de um discurso voltado à disciplinação da força de trabalho.

Na virada dos anos de 1970 para 1980 a indústria metal-mecânica pesada em Joinville se consolida, a exemplo do mesmo movimento ocorrido em nível nacional. Neste período as indústrias existentes ampliam o parque produtivo ao fundarem novas unidades fabris (de suporte para a atividade principal, mas também para outros segmentos, formando grupos empresariais) (ROCHA, 1994).

No caso específico da Fundação Tupy, a expansão da produção de autopeças para fabricantes de veículos automotores ocorre a partir de 1958, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Durante o regime militar, a Fundação Tupy amplia seu patrimônio em 650%, de tal modo que seu capital líquido passa de 17 milhões para 125 milhões de dólares. (FREIRE, 2015).

Em meados de 1970, a Fundação Tupy já era a maior empregadora de Joinville, responsável também por campanhas de recrutamento e seleção em outras cidades catarinenses e no estado do Paraná, atraindo trabalhadores dispostos a migrar para Joinville. Segundo Costa (2000, p.70), as campanhas empreendidas fizeram com que “[...] Joinville se tornasse conhecida nos ‘quatro cantos’ de Santa Catarina e do Paraná, estados percorridos pela equipe de profissionais encarregada de divulgar a oferta de emprego da empresa, criando uma expectativa sobre a cidade, uma espécie de ‘eldorado’ moderno”.

Durante a ditadura militar, Joinville tornou-se uma cidade estratégica aos olhos do regime e a Fundação Tupy foi considerada área de segurança nacional (COSTA 2002; FACHINI, 2017, informação verbal). Segundo Ido Michels (1998), Joinville foi a cidade que mais recebeu visitas de generais presidentes. Freire destaca: “Castello veio para tornar-se patrono da Festa das Flores, Costa e Silva veio por decisão de seu arbítrio, Médici veio receber o título honorífico da cidade, Figueiredo viria assinar contratos de empréstimos” (FREIRE, 2015, p.27), e Geisel realizar acordos com a burguesia.

Na ditadura, a difusão da ideologia do trabalhador ordeiro e disciplina assume um outro patamar. Segundo Souza (2008, p.35) o discurso de trabalho ordeiro e disciplinado teve como objetivo pacificar a relação capital-trabalho por meio de duas conexões ideológicas:

[...] primeiro, a defesa da irmandade harmoniosa para tornar o ambiente fabril semelhante ao doméstico; do capital honesto, que somente se realiza com o trabalho honrado e da responsabilidade da fábrica, que está na relação compartilhada entre patrão e operário; segundo, pretende exaltar o espírito empreendedor e batalhador dos imigrantes alemães e do capitalista local, porque toda fortuna acumulada, todo negócio desenvolvido fora resultado do trabalho e, sendo fruto dele, tornava-se uma fonte de capital honesto. Somente se voltariam contra isso ou o criticariam aqueles que não queriam nada com o trabalho – os desordeiros, os preguiçosos e os invejosos da conquista alheia.

A Fundação Tupy S.A. é a maior empresa de Joinville e foi a responsável por propagar, na sociedade joinvilense, a ideologia do trabalho ordeiro e disciplinado.

Michels (1998) afirma que o crescimento da Fundação Tupy durante a ditadura está associado ao processo de industrialização que o país passava, com a instalação de indústrias automobilísticas, que favoreceu o fornecimento de blocos de motores produzidos na Fundação. Na ocasião, a Fundação Tupy recebeu financiamentos via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), caracterizando a intervenção estatal para expansão privada. Cresceu, no período entre 1971 e 1981, 650%, enquanto no mesmo período o crescimento do PIB catarinense foi de 213% e o brasileiro de 130%. (MICHELS, 1998). Segundo Ternes (1988), no ano de 1968, 70% dos veículos brasileiros continham peças da Fundação Tupy e em 1970 a marca esteve presente em 875 mil dos 1 milhão de veículos produzidos pela Volkswagen.

Tal crescimento ocorreu com a transferência de recursos estatais para as empresas do setor metal-mecânico de Joinville e com o incremento das formas de exploração da força de trabalho, entre as quais a pacificação de trabalhadores residentes e migrantes. Todavia, todo processo histórico engendra contradições.

De acordo com Souza (2009), na década de 1980, houve um surto migratório oriundo, principalmente, do interior paranaense para a cidade de Joinville, formando o bairro Espinheiros⁴⁹, nas proximidades da Fundação Tupy. A partir de então a configuração da cidade muda, com o agravamento de problemas sociais, como desemprego e falta de moradias. A perspectiva de aumento populacional e de agravamento das questões sociais levaria os meios de comunicação a polemizar com a política da empresa.

Entre as estratégias criadas pela Tupy para atrair mais trabalhadores, uma se destaca especialmente pelo seu caráter inusitado. No período que antecedia as férias de seus empregados, a empresa lhes enviava convites com o seguinte teor: “Boas férias, descanse bastante. Na volta traga um amigo para trabalhar com a gente. É bom trabalhar entre amigos.” Segundo Freire (2015, p.59) “A Tupy possuía uma filosofia de trabalho marcada pela rigidez da ordem e da disciplina interna. O ‘aculturamento na Tupy’ por parte do ‘colaborador’ levava em conta sua “introdução espartana” aos valores da empresa.”. Qual seria a intenção da empresa?

Segundo nossa hipótese, tratou-se de uma estratégia de formação de um exército industrial de reserva já que a oferta da força de trabalho excedente era limitada. Todavia, além de atrair mais trabalhadores, seria necessário disciplinar a força de trabalho.

Este tipo de estratégia utilizada pela Fundação Tupy em Joinville é típica do capital e foi tema de estudo de outros pesquisadores brasileiros. Em análise sobre a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Graciolli (2009) identificou o “disciplinamento da força de trabalho”, ocorrido em parte da história da usina, que tinha como objetivo formar um trabalhador obediente, subordinado e treinado. O caso da CSN é bastante diferente do caso de Joinville e da Fundação Tupy, mas os elementos expostos por Graciolli ajudam a entender o processo de criação de uma moral burguesa do trabalho que vigorou nas duas cidades.

O disciplinamento da força de trabalho exposto por Graciolli (2009) ocorrido na CSN cerceava o trabalhador, também, para além da fábrica, na esfera da vida privada.

⁴⁹ Área esta de preservação ambiental, de manguezal.

Anúncios “em busca do melhor funcionário” e a formação de “famílias inteiras compostas por trabalhadores Tupy” eram comuns na década de 1980, em Joinville. No ano de 1981, o jornal Correio da Tupy editou um número especial chamado Edição Fábrica e convidou seus funcionários a frequentarem a Fundação como forma de entretenimento, aos finais de semana. Tal ação representa um cerceamento da esfera da vida privada do trabalho, em moldes distintos do caso das moradias operárias da CSN.

A justificativa era o fortalecimento de laços de amizade entre os funcionários da chamada “Família Tupy” (CORREIO DA TUPY, 1981, s/p). Mas a intenção era a pacificação do trabalhador, coerente com a imagem de cidade do trabalho, do progresso e da ordem construída historicamente, como mostra Souza (2008).

Assim como em Joinville, em Volta Redonda também era utilizada a expressão “família”, no caso “família siderúrgica”, para controlar os movimentos de trabalhadores e disciplinar os espaços da fábrica, das famílias e da cidade (GRACIOLLI, 2009).

Segundo Freire, a existência de uma “filosofia de trabalho marcada pela rigidez da ordem e da disciplina” remete à ideologia de harmonia entre classes, ao fim da luta de classes e à cooperação entre trabalhadores e burgueses na relação capital-trabalho. Em Joinville esta ideologia foi forjada durante a República Velha e a Era Vargas. Souza (2008, p.36) afirma que durante o Estado Novo houve um verdadeiro “adestramento” da classe trabalhadora joinvilense. O Estado, a burguesia e a imprensa, articulados, buscavam controlar a classe trabalhadora e difundir valores burgueses.

Pacificação exitosa ou luta de classes? Embora a política ideológica da empresa – difusão de uma a imagem de cidade ordeira – tenha sido conduzida de forma sistemática, reprimindo os trabalhadores, os casos de demissão e de repressão acima citados revelam que havia luta e resistência.

A análise da bibliografia e dos documentos consultados revela a existência de episódios de luta operária que foram reprimidos durante a história joinvilense. Quando ocorriam casos de resistência e repressão, eram usados os mais diversos meios para sua deslegitimação e arquivamento, como utilização de mídias para divulgar para a sociedade que os movimentos de resistência eram antiprogressistas. Setores do aparelho do Estado e da burguesia sempre propagavam um discurso de inexistência de conflitos em Joinville: cidade ordeira e de trabalho. Exemplo desta tentativa de difundir tal visão pode ser identificada em um panfleto da Prefeitura de Joinville, datado de 1963, cujo conteúdo teve uma parte dedicada à história da Fundação Tupy. Nele é possível ler: “Greves e dissídios: Em seus 25 anos de existência, nunca houve casos de greves ou

dissídios coletivos na Empresa, face ao espírito de justiça e compreensão que norteiam as relações entre Empregadora e Empregados.” (III FEIRA DE AMOSTRAS DE SANTA CATARINA, 1963, s/p). Outro recorte, de um panfleto de marketing da Fundação Tupy, de agosto de 1974, após enumerar as qualidades da empresa enquanto empregadora e os benefícios para os trabalhadores, destacou:

Greves e Relações Trabalhistas:

Além do respeito à personalidade, remunera a Empresa, dignamente os seus colaboradores, de modo a que mantenham um nível de vida humano e possam enfrentar, com dignidade, as responsabilidades familiares.

Eis porque, em mais de 36 anos de existência, nunca houve na FUNDIÇÃO TUPY S.A. qualquer greve trabalhista. (FUNDIÇÃO TUPY S.A., 1974, s/p).

De fato pouco foi noticiado sobre greves ou manifestações no período anterior aos anos 1980.

Segundo Jorge (2007), em Joinville houve alguma repercussão das greves de 1917, que motivaram a deflagração de uma greve operária na cidade. Oitocentos trabalhadores (dos vinte e sete mil residentes) de indústrias têxteis e do comércio pararam as atividades durante três dias, a partir de 1º de maio, manifestando-se contra os preços de alimentos, falsificação de alimentos, salários miseráveis, altos preços de moradias e sobre uma possível declaração de guerra mundial. Todavia, as manifestações foram fortemente reprimidas pela força policial.

Impulsionados por informações de resistências vindas de São Paulo, os operários joinvilenses permaneceram mobilizados apesar da repressão. “Segundo os jornais da época, continuavam em greve: ‘A classe quer a greve seja como for’.” (JORGE, 2007, p.17).

Não há tampouco referências a greves no período do Estado Novo. Mas em plena ditadura é deflagrada uma greve, analisada por Freire (2015) e confirmada em depoimento de Valmir “Capim” Neitsch, em entrevista realizada em 2017. Segundo Freire (2015) e Neitsch houve em 1979, em Joinville, uma greve de metalúrgicos realizada nas empresas Schultz, Metalúrgica Duque e Indústrias Schneider (Ciser), para reivindicar melhores condições de trabalho. Esta greve foi motivada pelas ideias da Teologia da Libertação e a influência da troca de informações entre a Pastoral Operária de Joinville e o ABC Paulista.

Com diferença histórica de pouco tempo, seis anos, mas com profunda diferença em relação ao ano de 1979, em 1985, ocorreu uma greve na Fundação Tupy S.A.. Esta greve foi motivada pela transformação pela qual passavam os trabalhadores joinvilenses no período e liderada pelo vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, Luiz Carvalho.

O Partido dos Trabalhadores em Joinville

Os núcleos de oposição em Joinville foram, até 1989, isolados e concentrados em pequenos grupos: Pastorais católicas, Partido Comunista Brasileiro, Partido dos Trabalhadores, etc. O poder imposto pela burguesia e pela ditadura militar imprimiu uma fragmentação e uma desmobilização ao movimento operário e sindical. Os eventos de luta foram desarticulados e tratados como caso de polícia.

A partir de 1973, iniciou-se em Joinville o trabalho da corrente de esquerda da Igreja Católica, com a Teologia da Libertação, com sede na Paróquia Cristo Ressuscitado, no bairro Floresta (HELLMANN, 2010). Em entrevista, João Fachini, um dos padres responsáveis pela difusão da Teologia da Libertação em Joinville, nos relatou como se deu esse processo.

Nos anos de 1970, João Fachini (padre até 1977) e seu irmão, Luiz Fachini, também padre da Igreja Cristo Ressuscitado, tiveram contato com a Teologia da Libertação em seus estudos na Suíça. Posteriormente, João Fachini participou do II Congresso da Teologia da Libertação na Espanha. Quando retornou, o posicionamento crítico o levou à organização de uma paróquia com ideais diferentes da Igreja Católica tradicional.

Além deste contato no exterior, auxiliaram, na formação da organização em Joinville, padres vindos de diversas cidades do país, como de Osasco, Campinas, Curitiba e São Paulo (NEITSCH, 2017, informação verbal).

Segundo Freire (2015), desde 1975, a Paróquia Cristo Ressuscitado teve intercâmbio com as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) do estado de São Paulo, o que proporcionou um contato que deu origem à primeira Pastoral Operária no estado de Santa Catarina e à fundação do primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos do sul do Brasil, em 1978.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos era uma ferramenta civil de “justiça e paz”, que servia como uma alavanca para os movimentos sociais e para a organização dos trabalhadores (FACHINI, 2017, informação verbal).

O discurso da Pastoral Operária, em uma cidade marcada pela ideologia do trabalho e da ordem, foi recebido como revolucionário. O objetivo desta Pastoral era formar consciência operária. As celebrações realizadas na Paróquia Cristo Ressuscitado tinham músicas tradicionais com letras modificadas, peças de teatro com conteúdo crítico baseado na bíblia católica e também ocorriam trocas de materiais e informações, vindos do ABC Paulista e do Centro de Ação Comunitária do Rio de Janeiro. O trânsito de militantes também foi intenso. Palestraram em Joinville figuras como Dom Paulo Evaristo Arns, Luiz Inácio Lula da Silva, Betinho, Luiz Eduardo Greenhalgh, Hélio Bicudo, entre outros (FREIRE, 2015).

O contínuo trabalho realizado pela Pastoral Operária, de disseminação de consciência de classe, levou progressivamente à organização dos trabalhadores católicos da cidade. Para Hellmann (2010, p.27), “[...] em tempos de regime autoritário, [...] a estrutura eclesial em Joinville tornou-se um abrigo aos movimentos populares e o discurso religioso transformou-se em um meio de difusão de ideias políticas.”

A organização da Pastoral Operária em Joinville, em 1979, segundo Freire (2015), foi responsável pela articulação de uma greve nas empresas Schultz, Metalúrgica Duque e Indústrias Schneider (Ciser). O movimento grevista teria partido de um panfleto distribuído pela Pastoral Operária entre os fiéis, denunciando a má qualidade no atendimento à saúde do trabalhador, tendo como desfecho a morte de trabalhadores.

Em resposta ao trabalho de organização da Pastoral Operária, a repressão intensificou-se. Em 1979, a Operação Barriga Verde, que realizou prisões, torturas e assassinatos durante a ditadura em Santa Catarina, já havia terminado, mas o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) continuava ativo. O CCC foi um grupo formado por indivíduos da sociedade civil, odiosos da representação do comunismo, que gozavam de alguma legitimidade de ação violenta durante a ditadura. Tal grupo perseguiu e entrevistou na Pastoral Operária, apreendendo materiais (HELLMANN, 2010).

Os trabalhos da corrente de esquerda da Igreja Católica, com a Teologia da Libertação e a organização da Pastoral Operária em Joinville, colaboram para forjar o surgimento de lideranças políticas e de um movimento partidário que culmina na criação do Partido dos Trabalhadores.

Nas palavras de Freire (2015, p.174) “A matriz discursiva da Teologia da Libertação daria origem à fundação do Partido dos Trabalhadores em Joinville e reintroduziria o conflito na relação capital-trabalho na cidade.”

O Partido dos Trabalhadores foi, então, fundado em 21 de junho de 1981 na cidade e iniciou as atividades com 571 filiados (SILVA, MATTOS, NUNES, 2010). A organização para a fundação teve início em 1979, com poucas pessoas, todas ligadas à corrente de esquerda da Igreja Católica, às Comunidades Eclesiais de Base, à Pastoral Operária, Pastoral da Juventude e do Centro de Direitos Humanos.

Para João Fachini, a ordem cronológica dos acontecimentos foi, a princípio, a organização das Comunidades Eclesiais de Bases, que formou o Centro de Direitos Humanos, que criou o Partido dos Trabalhadores em Joinville, com o compromisso de luta com as oposições sindicais.

Desta forma, as oposições sindicais de Joinville, que a partir de 1989 começariam a conquistar sindicatos e filia-los à CUT, tiveram origem nas Comunidades Eclesiais de Bases, reproduzindo a trajetória de outros sindicatos como os de Curitiba e da Região Metropolitana, de Campinas e Região e de Volta Redonda.

Todavia, é preciso ressaltar que a organização do partido em Joinville não esteve, a princípio, ligada a sindicalistas. A construção das oposições sindicais na cidade foi um processo lento e desafiador. Somente em 1989, um grupo com uma bandeira explicitamente oposicionista conquistou uma entidade sindical, o Sindicato dos Mecânicos, tendo Wilson Vieira, o Dentinho, filiado ao PT, como presidente. Silva, Mattos e Nunes (2010, p.13) são taxativos ao afirma que em Joinville “[...] os movimentos religiosos foram mais representativos que os sindicatos na formação do PT”.

Segundo Hellmann (2010), em 1979, João Socas e Cleber Pinheiro estiveram em Joinville para iniciar um contato para a organização do Partido na cidade. Posteriormente, foram realizadas reuniões em Joinville, Criciúma e Florianópolis, durante as quais estiveram presentes Ruth Boettcher, Eurides Mescolotto, Ideli Salvatti e João Schimitz.

Na origem, os objetivos do Partido eram ligados à organização dos trabalhadores em comissões de fábrica, oposições sindicais e ao direito à moradia (NEITSCH, 2017, informação verbal). Ao longo dos anos 1980, o Partido se fortaleceu, organizou candidatos e disputou eleições. Mas até 1989 o Partido não conseguiu impulsionar nenhuma liderança sindical, muito embora, segundo Carlito Merse “apesar de não ser

filiado à CUT, nós [o PT] tínhamos gente nossa lá dentro [do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville]” (MERSS, 2017, informação verbal).

A partir de 1989, o trabalho realizado na Pastoral Operária e no Partido dos Trabalhadores, cujos objetivos eram, entre outros, apoiar a organização das oposições sindicais começaria a gerar frutos com a primeira vitória de uma chapa cutista para o Sindicato dos Metalúrgicos.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville

O Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville foi fundado em 17 de novembro de 1931 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 12 de fevereiro de 1942, por meio da Carta Sindical emitida pelo órgão federal. Expressão do modelo de sindicalismo de Estado implementando durante o governo Vargas, o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville “[...] nasceu [...] para a manutenção e o disciplinamento do trabalhador ao Estado, ao capital, ao interesse condicional e irrestrito da indústria” (SOUZA, 2008, p.80).

Este Sindicato é um dos mais antigos da cidade e originalmente representava, além dos metalúrgicos, os trabalhadores mecânicos, siderúrgicos, de fundição e do material elétrico. Porém na década de 1950, a entidade foi dividida em três novas entidades sindicais, resultando um sindicato para a categoria dos mecânicos, outro sindicato para o setor térmico e outro para os trabalhadores metalúrgicos.

Segundo Souza (2008, p.33), durante o Estado Novo “[...] o movimento sindical joinvilense assumiu uma postura corporativista, reformista e de colaboração com o capital.”, fruto da incorporação do trabalhismo varguista. Os sindicatos, durante este período, difundiam a ideologia do trabalho disciplinado. Os sindicatos de Joinville cumpriam a função de propagar os ideais varguistas no meio operário, “[...] em assembleias, cursos, encontros promovidos pelas entidades sindicais, patrocinados e fiscalizados pelo Estado.” (SOUZA, 2008, p. 40).

No período da ditadura, o Sindicato se manteve propagador da ideologia do trabalho disciplinado, contendo a luta operária e amortecendo conflitos. Durante este período, segundo Adolfo José Constâncio (2017, informação verbal)⁵⁰, a burguesia se utilizava de formas de controle e de artimanhas para comunicação entre si, para reprimir

⁵⁰ Adolfo José Constâncio foi o presidente do SMJ no período 1994 a 1988.

expressões de organização da classe trabalhadora. Um exemplo de artimanha utilizada era a que consistia em assinalar, com um código na cor vermelha, as Carteiras de Trabalho de trabalhadores mais reivindicativos, quando estes eram demitidos (a data ou ano). Segundo o mesmo entrevistado, este era um código que significava “que você era um agitador, um cara que não servia para trabalhar, que você era uma cara que faria confusão, que faz greve.” (CONSTÂNCIO, 2016, informação verbal). Este mecanismo utilizado foi chamado de “lista negra” e perdurou até, pelo menos, 1987.

Até a década de 1980, a atuação dos sindicatos joinvilenses era, segundo Aires Zacarias (SINDICALISMO, 1980, s/p) expressão do peleguismo. Os sindicatos limitavam sua atuação à prestação de serviços assistenciais, enquanto no plano político buscavam restringir a participação de militantes dissonantes com a linha de atuação da diretoria.

. Todavia, em 1985 este comportamento assistencialista e de retaguarda é, em parte, superado com a primeira greve na Fundação Tupy S/A, marcando o rompimento do Sindicato dos Metalúrgicos com o modelo vigente. A partir de então se inicia um processo gradual de mudança, que se estenderia durante a década de 1990 até a consolidação e alastramento das ideias cutistas na cidade.

A rigor, inicia-se um processo de mudança política no movimento sindical em Joinville, sob influência da CUT, que conquista em 1989 a direção do Sindicato dos Mecânicos. Neste mesmo ano, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do Material Plástico de Joinville, também, elege uma chapa cutista para a direção da entidade.

Este clima de mudança, de conquista das oposições sindicais, terá repercussão entre os metalúrgicos de tal forma que a partir de 1985 ocorrem as primeiras greves de maior envergadura desta categoria na cidade. Mais precisamente, neste ano, os metalúrgicos deflagram uma greve, na Tupy S.A, com a participação de 7.200 trabalhadores, de um total de 10 mil funcionários da empresa (SAG/DIEESE, s/d)⁵¹.

Esta greve ocorreu quando o Sindicato procurou a gerência da Tupy S.A. para negociar um aumento salarial (fora do período da data-base) levando em conta a inflação do período. Na reunião de negociação, para além da diretoria do Sindicato, compareceram duzentos trabalhadores que, por difundirem a ideologia de parceria, acreditavam que a gerência concederia um aumento salarial. Entretanto, quando a gerência se negou a negociar, diante do grande número de trabalhadores no recinto, o

⁵¹ Os dados do Sistema de Acompanhamento de Greves nesta monografia apresentados foram solicitados ao DIEESE e gentilmente encaminhados a nós por Rodrigo Linhares, a quem a autora agradece.

Sindicato deflagrou a primeira greve da categoria. O processo de negociação se desenrolou com interferência do Tribunal Regional do Trabalho e, segundo dados do SAG/Dieese (s/d), os metalúrgicos retornaram ao trabalho mediante acordo com a empresa.

Para parte da diretoria, que vinha desde 1982 buscando apoio e credibilidade junto aos trabalhadores, a greve de 1985 representou ganho real, pois foi um momento histórico de conquista. Segundo Carvalho,

Aí o sindicato começou a ser visto e respeitado, por uma grande parcela da população, por outra parcela a efeito de comentários, pelo patronato eu passei a ser alvo de comentários. [...] E aí o sindicato começou. E os outros [sindicatos] também começaram a agregar; eu te diria que o movimento sindical em Joinville se divide em antes e depois de 85. Depois de 85 outras categorias também começaram a criar coragem de fazer um enfrentamento. (CARVALHO, 2016, informação verbal).

Em nossa análise, apesar deste evento, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville ainda estava, naquele momento, sob influência do modelo do velho sindicalismo, buscando meios de se adequar à nova configuração social. Como dissemos, foi somente em 1994 que, numa tentativa de consolidação da CUT na cidade, uma diretoria com proposta de filiação àquela central foi eleita. Vejamos de forma mais sistemática este histórico.

Segundo nossa análise dos eventos ocorridos durante a década em que Luiz Carvalho dirigiu a entidade sindical, houve uma mudança significativa na forma de condução de parte da diretoria.

A atuação do grupo representado por Luiz Alberto na diretoria ocorre por sua vez, como já afirmamos, em um contexto de mudança no sindicalismo e na política de Joinville. Tal mudança tem sua gênese na corrente de esquerda da Igreja Católica, que culminou na entrada do Partido dos Trabalhadores na cidade. Uma das pautas de luta dos membros do Partido em Joinville era o apoio às oposições sindicais, porta de entrada para o chamado “novo sindicalismo”.

Somando-se a ação da Igreja Católica (com a Teologia da Libertação), o Partido dos Trabalhadores e as oposições sindicais, a intensa migração (vindo, sobretudo, no sentido Paraná-Joinville), que resultou maiores taxas de desemprego, a sociedade joinvilense passou por transformações significativas na década de 1980. Dessa forma, pensamentos contra conservadores passaram a ter espaço e o movimento operário e

sindical ganhou terreno para se articular. A conjuntura nacional, de final de regime ditatorial, também impulsionava e cedia lugar a ideologia da harmonia social.

A partir desta época, o sindicato passou a elaborar e distribuir um jornal para a categoria, incentivando, nas palavras de Luiz Carvalho, um “estado de alerta” e posterior “estado de greve”. Segundo Luiz Carvalho, em 1982, a categoria encontrava-se despolitizada e realizar uma greve seria “desperdiçar a oportunidade e colocar o sindicato de vez pra baixo.” (CARVALHO, 2016, informação verbal). A estratégia de mobilização então envolveu um sólido trabalho de base⁵².

Para Luiz Carvalho, progressivamente o sindicato ganhou respeito da categoria. Segundo Valmir “Capim” Neitsch, “[...] houve um tempo que era o Lula em São Paulo e o Carvalho aqui em Joinville, ele era amado pelos trabalhadores.”.

Segundo João Fachini (2017, informação verbal), a Fundação Tupy era, na década de 1980, área de segurança nacional⁵³ e por este motivo durante a greve de 1985 um grande policiamento foi articulado dentro da fundição para caso quisessem agir.

Durante a greve a Fundação permaneceu fechada, com exceção da guarda e da polícia, ninguém entrava, ninguém saía. A direção da empresa foi proibida de entrar na fábrica, linhas telefônicas foram instaladas em um espaço próximo, para a diretoria.

Segundo entrevistas, uma possível entrada da CUT na cidade foi bastante repudiada e adiada pelo patronato na década de 1980. Adolfo José Constâncio, primeiro presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville filiado à CUT, em entrevista, nos relatou sobre sua história de vida e sua visão da entrada da CUT na cidade:

Eu trabalhei na Ciser desde 1985, e lá, o senhor Schneider [Carlos Schneider], falecido, todo dia colocava um recorte do jornal Folha de São Paulo no mural da firma e circulava com caneta lumi-color notícias sobre a CUT. O jornal metia o pau [criticava] e ele circulava e mandava colar no mural na frente da firma. E aquilo começou a me perturbar, eu me perguntava o porquê que ele colocava coisas da CUT no mural, eu ainda não era filiado a CUT. Aí um dia eu perguntei o porquê que ele coloca notícias da CUT e ele começou a rir, dizendo que era porquê ele não queria que a CUT viesse para Santa Catarina.

⁵² Durante os anos 1980, aconteciam no bairro Boa Vista, bairro de residência de muitos funcionários da Fundação Tupy, missas católicas dirigidas pelo Monsenhor Boleslau, que reuniam milhares de metalúrgicos para ouvir as ideias (emblemáticas) da Teologia da Libertação, com pautas “contra Figueiredo”, “abaixo a Ditadura” e “contra a exploração”. (NEITSCH, 2017, informação verbal).

⁵³ A Fundação Tupy S.A é a maior fundição da América Latina, foi a primeira a moldar ferro fundido maleável, o que, em caso de guerra, seria vantajoso. Segundo Freire (2015) a afirmação de Joinville ser uma cidade de segurança nacional refere a um acordo realizado durante o regime militar que, em caso de guerra, a Fundação Tupy converteria a produção para a indústria bélica. Em contrapartida, recebeu empréstimos do governo. Costa (2000) concorda e afirma, em sua dissertação de mestrado que a Fundação Tupy recebeu empréstimos do governo federal para expandir a produção fabril.

Era estranho porque todo dia ele tirava um tempo para fazer isso. Ele pegava o jornal, recortava a parte, passava com aquela canetinha onde falava “CUT”, “baderna em São Paulo”, que “quebrou tudo”, e colocava no mural. E assim a CUT em Joinville entrou bem depois. Era vista desde modo, o empresariado, não queria nem saber. Porque no ABC paulista era greve direto. Tanto que quando nós fomos filiar o sindicato à CUT eles colocaram uns caras lá [o patronato], mas como era maioria na assembleia, quando nós filiamos tinha mil e poucas pessoas lá no centro, no pátio do sindicato, e tinha 10 pessoas que a gente mapeou que eram pessoas que a empresa mandou para [o sindicato] não se filiar (CONSTÂNCIO, 2016, informação verbal).

A concretização da filiação aconteceu com apoio de lideranças da própria CUT e do PT do estado de São Paulo, da cidade de Curitiba e da capital de Santa Catarina, Florianópolis. Primeiramente o Sindicato dos Mecânicos se filia à central, em janeiro 1989. Em dezembro daquele ano, o Sindicato dos Trabalhadores do Material Plástico também se filia à CUT, após vitória da chapa três, apoiada pela central. O Sindicato dos Metalúrgicos filia-se em 1994 e o dos Servidores Públicos em 1995.

Em 1989, a categoria dos trabalhadores em oficinas mecânicas da cidade de Joinville tinha dezessete mil empregados, dos quais nove mil e novecentos associados aos Sindicato dos Mecânicos. A eleição, que viria a eleger uma chapa cutista, foi disputada por três chapas, a chamada chapa 1 da situação, com o presidente de então, Luiz Álvaro de Freitas, a chapa 2, com Werner Klug e a chapa vitoriosa, a chapa 3, liderada por Wilson Vieira, conhecido como Dentinho. A votação obtida pela chapa de Dentinho foi numericamente três vezes superior a da chapa de situação.⁵⁴

O processo de mudança política no movimento sindical joinvilense resulta, também, da ação política do PT na cidade. A vitória de uma chapa cutista, em 1989, no Sindicato dos Mecânicos retrata a ligação do PT com as disputas por diretorias de entidades sindicais,

A esmagadora votação (55%) na chapa apoiada pelo PT no Sindicato dos Mecânicos foi confirmadora [do aumento de inserção e trabalho do PT na cidade], Luis Álvaro de Freitas (filiado ao PFL), que está no cargo [de presidente dos mecânicos] e concorreu à reeleição pela chapa 1, sentiu que a chapa apoiada pela CUT iria vencer a eleição. ‘Se este pessoal do PT fizer um bom trabalho, vai acabar pegando os outros Sindicatos. Caso contrário, eles não vão conseguir conquistas mais nenhum Sindicato’, afirmou (JORNAL DE SANTA CATARINA, 1989, p.7).

⁵⁴ Em 1995, a chapa da situação, ainda filiada à CUT, venceu a eleição, contra uma chapa da Força Sindical. Mas a partir de então o sindicato passou a ter um novo presidente, João Batista.

A experiência acumulada ao longo das greves, a atuação conjunta com os mecânicos e a crescente influência da CUT e do PT na cidade ajudam a entender o movimento de ruptura dos metalúrgicos com o velho sindicalismo e o surgimento, em 1994, de uma chapa cutista, de oposição no Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville.

O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Joinville filiou-se à CUT em 1994, após disputada eleição em que venceria a chapa três, de oposição, tornando-se presidente o trabalhador Adolfo José Constâncio, da fábrica Ciser. O processo eleitoral teve apoio de lideranças da própria CUT e do PT do estado de São Paulo, da cidade de Curitiba e da capital catarinense (DIÁRIO CATARINENSE, 1989, p.13).

A partir de então, o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville passou, segundo nos foi relatado em entrevistas, a organizar greves anualmente, logrando ganhos reais à categoria, ainda que de forma menos intensa que no estado de São Paulo. De tal maneira que a filiação à CUT representou uma mudança, tanto de folego quanto financeira para a entrada de uma diretoria mais reivindicativa.

A investida da CUT em Joinville foi bem sucedida nos quatro sindicatos citados, que ao longo dos anos 1990 não sofreram grande oposição de outras centrais sindicais. Em 1993, Rolando Isler deixou a presidência do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Material Plástico de Joinville (que se manteve filiado à CUT) para liderar o Sindicato dos Trabalhadores em Condomínios, mas sob filiação da Força Sindical.

Os novos rumos que o sindicalismo joinvilense abriu no início da década, com a consolidação do sindicalismo cutista, repercutiu em uma nova maneira de negociação. Segundo Adolfo José Constâncio, diante das greves paulistas, a burguesia de Joinville se mostrava propensa à negociação, o que permitia margem de manobra para os sindicalistas realizarem propostas e argumentações, que consistiam em pressionar uma empresa por ano, na esperança de que isso resultasse em um efeito dominó.

Conclusão

Embora o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville tenha se filiado à CUT apenas em 1994, desde 1982 um processo de contínua mudança do velho peleguismo vinha sendo forjado. A principal liderança sindical deste processo de mudança foi Luis Carvalho, eleito em 1982 vice-presidente, quando foi rompida a tradição da cidade “não grevista” com a histórica greve de 1985 na Fundação Tupy S.A., ocasião em que

participaram 7.200 metalúrgicos, de um total de 9 mil funcionários da empresa (SAG/DIEESE, s/d).

Este processo foi liderado por ativistas da Igreja Católica, ligados à Teologia da Libertação, que no início da década organizaram o Partido dos Trabalhadores na cidade e, articulados em oposições sindicais, tinham no Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville o maior número de trabalhadores.

Desta maneira, desenvolvemos a hipótese de que a experiência acumulada ao longo das greves, a atuação conjunta com o Sindicato dos Mecânicos e a crescente influência da CUT e do PT na cidade explicam o movimento de ruptura dos metalúrgicos com o velho sindicalismo e o surgimento, em 1994, de uma chapa cutista, de oposição no Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville.

Desde então, a chapa da situação se mantém a frente do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, filiada à CUT, realizando um trabalho reivindicativo, de contestação, logrando ganhos econômicos à categoria, sem todavia efetuar críticas à estrutura sindical vigente.

Referências citadas

CARVALHO, Luiz. São Francisco do Sul, abril 2016. Entrevista concedida a Ana Paula Nascimento.

CONSTÂNCIO, Adolfo, Joinville, abril 2016. Entrevista concedida a Ana Paula Nascimento.

CORREIO DA TUPY. **Edição Fábrica**, , n. 52. jun. 1981

COSTA, I. A. A Cidade da Ordem: Joinville 1917 - 1973. In: GUEDES, S.; COSTA, I.; FONTOURA, A.; COELHO, I.; SILVA, J.; SOUZA, S. (Org.). **Histórias de (I)migrantes: O Cotidiano de uma Cidade**. 1ed. Joinville: UNIVILLE, 2000, v. 1, p. 105-161.

COSTA, I. A. **A Cidade da Ordem: Tensões Sociais e Controle** (Joinville: 1917/1943). 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1996.

DIÁRIO CATARINENSE. **Mecânicos elegem petista**. Diário Catarinense. Joinville, p.13. jan. 1989.

FACHINI, João. Balneário Barra do Sul, abril 2017. Entrevista concedida a Ana Paula Nascimento.

FREIRE, I. S. **Ecos de democratização: uma análise das vozes do processo de transição do regime militar em Joinville**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GRACIOLLI, E. J. **Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve em 1988.** Edufu, 2a. ed., 2009.

HELLMANN, F. **O pecado original do PT: a construção do Partido dos Trabalhadores em Joinville.** 2010. Monografia. Curso de bacharel em Comunicação Social. Associação Educacional Luterana Bom Jesus/IELUSC. 2010.

HORA H. Sindicalismo. Joinville, s/p, 14 fev. 1980.

III Feira de Amostras de Santa Catarina. **Dez itens sôbre: O município de Joinville; A Fundação Tupy S.A.** Prefeitura de Joinville, 1963.

JORGE, G. C. A greve paulistana de 1917 e suas repercussões no operariado catarinense. **Revista Santa Catarina em História:** Florianópolis, v.1, n.2, 2007.

MERSS, Carlito. Joinville, abril 2017. Entrevista concedida a Ana Paula Nascimento.

MICHELS, I. L. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico, 1956 aos precatórios, 1997.** Campo Grande: Editora UFMS, 1998.

NEITSCH, “Capim” Valmir. Joinville, abril 2017. Entrevista concedida a Ana Paula Nascimento.

ROCHA, I. O. **Industrialização de Joinville (SC): da gênese às exportações.** (1994) Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

SILVA, R., MATTOS, F.; NUNES, S. L. Distanto brilho da estrela, o sucesso tardio do PT em uma cidade fortemente industrializada e urbanizada: o caso de Joinville SC. **V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política.** Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010.

SOUZA, D. C.; TRÓPIA, P. V. O protagonismo metalúrgico no sindicalismo brasileiro. SOUZA, D. C.; TRÓPIA, P. V. (Org.). **Sindicatos Metalúrgicos no Brasil Contemporâneo.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SOUZA, G. M. **Cidade onde se trabalha: a propagação ideológica do autoritarismo estadonovista em Joinville.** Itajaí: Ed. Maria do Cais, 2008.